



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROSALINE ALVES DA SILVA

**A ESCOLA JOCKEY CLUB BRASILEIRO NO ESPAÇO CIDADINO CARIOCA
(1946-2010): O LEGADO DE UMA TRADIÇÃO.**

Rio de Janeiro
2018

ROSALINE ALVES DA SILVA

**A ESCOLA JOCKEY CLUB BRASILEIRO NO ESPAÇO CIDADINO CARIOCA
(1946-2010): O LEGADO DE UMA TRADIÇÃO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Sujeitos e Processos Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Waidenfeld Chaves

Rio de Janeiro
2018

CIP - Catalogação na Publicação

SS586e Silva, Rosaline Alves da A Escola Jockey Club Brasileiro no espaço citadino carioca (1946-2010): o legado de uma tradição. / Rosaline Alves da Silva. -- Rio de Janeiro, 2018.
174 f.

Orientador: Miriam Waidenfeld Chaves.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Escola Jockey Club Brasileiro. 2. Culturas Escolares. 3. Ethos Racionalista e Privatista. 4. Configuração Familiar. 5. Meritocracia. I. Chaves, Miriam Waidenfeld, orient. II. Título.



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação **"A Escola Jockey Club Brasileiro no espaço citadino carioca (1946-2010): o legado de uma tradição"**

Mestrando(a): **Rosaline Alves da Silva**

Orientado(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). Miriam Waidenfeld Chaves**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). Miriam Waidenfeld Chaves- Presidente

Prof(a). Dr(a). José Cláudio Sooma Silva

Prof(a). Dr(a). Patrícia Coelho da Costa

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares Jorgina Santana, Ulisses Silva e Jorge Luis com os quais dialoguei sobre o tema desta pesquisa, de modo especial à Antonia José da Silva, minha mãe, que alfabetizou muitas crianças que não aprendiam no modo convencional, nas décadas de 1970 e 1980, em uma casa simples no alto da Rocinha, onde morávamos. E à Angélica Alves, minha irmã, que, ao contar-me sobre o trabalho que desenvolve com seus alunos em uma escola municipal do Complexo da Maré, foi/é exemplo de uma profissional que trabalha em prol de “resultados improváveis,” em um contexto que desafia qualquer pedagogia.

Aos heróis dos grupos empobrecidos, que persistem no difícil jogo da vida, de modo especial aos da Comunidade Escolar Jockey Club Brasileiro (alunos e suas famílias), a quem devo enorme respeito e carinho.

À memória de Ana Waleska Pollo Campos Mendonça (10/03/1946 - 22/05/2017), de quem fui aluna na graduação. No ano de 2016 a professora Waleska participou das comemorações dos 70 anos da EJCB e, na ocasião, me estimulou na realização dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Miriam Waidenfeld Chaves, pela firmeza, seriedade e rigor, seguidos de delicadeza e carinho, nos momentos das orientações; por ser exemplo de uma pesquisadora competente e comprometida com o campo educacional. Agradeço, ainda, os generosos espaços de ensinamentos que me dedicou e a paciência que teve comigo. Com ela, aos poucos, obtive mais clareza, tanto de minha posição acadêmica, quanto política no trabalho de pesquisa. Hoje, alcancei mais do que a produção de uma dissertação, defini a forma que quero ser e estar no campo educacional: atuando, principalmente, na escolarização dos mais empobrecidos. Muito obrigada, Miriam!

Aos Profissionais que, direta ou indiretamente, estão comprometidos com uma educação de qualidade para os mais vulneráveis social e economicamente, de modo muito especial aos Professores Doutores: Vera Maria Candau (PUC-Rio), Patrícia Coelho (PUC-Rio), Libania Xavier (UFRJ), Adélia Maria Koff (NOVAMERICA), José Cláudio Sooma (UFRJ) e Jefferson da Costa Soares (PUC-Rio). E às Professoras Marília Palhares, Angela Correa e Maria Angélica Lauriano que dirigiram o Colégio Teresiano por décadas.

À Equipe do PPGE/UFRJ, em qual a presença da profissional Solange Rosa é especial, por seu profissionalismo, sua presteza, generosidade, seu carinho e seu humanismo.

À Professora Sandra Page, diretora da Escola Jockey Club Brasileiro, de quem tenho a honra de ser diretora adjunta e testemunha de seu compromisso com uma educação de qualidade para alunos historicamente empobrecidos, tanto na EJCB, quanto na rede municipal onde também atua. E, ao Jockey Club Brasileiro, representado por seu atual Presidente, Sr. Luiz Alfredo Taunay, que desde o início concordou com esta pesquisa e me apoiou total e generosamente.

Aos companheiros conscientes do desafio que é trabalhar para que a educação não seja “privilégio”, mas direito de todos, de modo especial à Bruna Lana, Flávia Gerusa, Daniel Vilaça, Lourenço Cezar, Wagner Corbo e Rodrigo Borba.

LISTA DE FIGURAS, LISTA DE TABELAS E LISTA DE ANEXOS

Figura 1 - Visita do Presidente Gaspar Dutra à Escola do JCB	36
Figura 2 - Crianças do JIJCB ao ar livre.....	37
Figura 3 - Túnel subterrâneo onde as aulas aconteciam, até a construção de uma sede em 1955.	38
Figura 4 - Recortes da reportagem com Galpão/pavilhão onde as crianças também ficaram, seguido do prenúncio da sede a ser inaugurada.....	38
Figura 5 - Reportagem sobre atividades do JIJCB.....	41
Figura 6 - Reportagem que exalta a formalidade e a elegância dada à exposição de trabalhos do JIJCB.....	42
Figura 7 - Ilustração do Organograma hierárquico do JCB.	45
Figura 8 - Trecho da reportagem que registra que o JIEPJCB enriqueceu a cidade.....	50
Figura 9 - Título da reportagem que aponta o JIEPJCB como marco na história da cidade.	51
Figura 10 - Frente da EJCB e seus alunos em 1955.....	52
Figura 11 - Apresentação de dança.	56
Figura 12 - Alunos em atividade cívica.....	56
Figura 13 - Apresentação Teatral dos alunos.	57
Figura 14 - Apresentação da classe de balé do JIEPJCB.....	57
Figura 15 - Apresentação de canto Orfeônico.....	58
Figura 16 - Evento de ginástica entre outros no Encerramento Letivo.....	59
Figura 17 - Apresentação Teatral dos alunos.	60
Figura 18 - Apresentação Teatral.....	61
Figura 19 - Alunos esperando para exame de radiográfico.....	61
Figura 20 - Alunos de uma turma da escola.....	62
Figura 21 - Moradores no Parque Proletário da Gávea, antes da remoção, em 1968.	66
Figura 22 - Remoção do Parque Proletário da Gávea, 1974.	67
Figura 23 - Almirante Augusto Amaral Peixoto com os alunos em ato cívico. .	75
Figura 24 - Reportagem que destaque os altos gastos com a escola.....	78
Figura 25 - Reportagem que defende que a Escola do Jockey não pode fechar..	79
Figura 26 - Manchete da reportagem sobre o almoço oferecido aos militares pelo JCB.....	93
Figura 27 - Foto da grade curricular da década de 1970.	98
Figura 28 - Cerimônia de posse dos novos monitores da saúde/turmas dos menores.	99
Figura 29 - Foto do texto de abertura do Livro de Queixas.	103
Figura 30 - Foto do texto introdutório do Livro de Queixas.	104
Figura 31 – Foto1 dos registros coberto com nanquim no Livro de Queixas. .	105
Figura 32 - Fotos dos registros coberto com nanquim no Livro de Queixas. .	105
Figura 33 - Frente da Ficha de Aplicação e Comportamento.....	106
Figura 34 - Verso da Ficha de Aplicação e Comportamento.....	106
Figura 35 - Anúncio que mostra a locação do teatro.....	107
Figura 36 - Bonde 194/Gávea.	111
Figura 37 - Segunda linha de ônibus da Rocinha.	111
Figura 38 - Túnel Dois Irmãos em construção.	113
Figura 39 - Imagem do Túnel Dois Irmãos com o alto a favela, em permanente crescimento e abaixo a estrada que passa “pelas portas” da Rocinha. .	113
Figura 40 - Laboratório de Matemática da EJCB – materiais reaproveitados.	123
Figura 41 - Laboratório de Matemática da EJCB.	124

Figura 42 - Certificado distribuído na OIM/EJCB.	125
Figura 44 - Divulgação do Resultado da Olimpíada de Matemática da EJCB.	126
Figura 43 - Olimpíada de Matemática da EJCB.	125
Figura 45 - Certificado distribuído na Olimpíada de Português da EJCB.	128
Figura 46 - Slogan da Empresa que fornece o lanche desde 2008.	134
Figura 47 - Primeiro exemplo de Kit de lanche dos alunos utilizado a partir de 2008.	135
Figura 48 - Segundo exemplo de Kit de lanche dos alunos, utilizado a partir de 2008.	135
Figura 49 - Material usado na Reunião de Pais de 2010	136
Figura 50 - Dinâmica na reunião de pais de 2010.....	136
Figura 51 - Gráfico do rendimento dos alunos projetado na reunião de pais de 2010.	137
Figura 52 - Ônibus escolar da EJCB.	140

Tabela 1 - Identificação dos entrevistados:	29
Tabela 2 - Metragem das salas de aula.	54
Tabela 3 - Porcentagem do aproveitamento escolar. (Ap = aprovado).	71
Tabela 4 - Dados de Augusto Amaral Peixoto.	76
Tabela 5 - Razões sociais da escola ao longo do tempo.	81
Tabela 6 - Currículo de D. Antônia, diretora concursada.	82
Tabela 7 - Relação dos documentos abertos ou enfatizados na gestão do Almirante Augusto A. Peixoto.....	101
Tabela 8 – Exemplos de Ofícios expedidos.	101
Tabela 9- Dados da Dona Antonia/Diretora – 83 anos.....	118
Tabela 10 - Dados da Dona Hortência Flores/Assessora da Direção – 70 anos.	118
Tabela 11 - Dados da Dona Graça Almeida/Diretora – 65 anos.	118
Tabela 12 - Dados da Dona Bruna/Coordenadora – 73 anos.	118
Tabela 13 - Dados da Dona Monique/Coordenadora – 38 anos.	119

Lista de Anexos:

Anexo A - Documento de aprovação da pesquisa no Conselho de Ética – CEP (Parecer: 2.372.183).....	163
Anexo B - Fazenda Cangalhas, antes do lugar se configurar a favela da Rocinha.....	164
Anexo C - Letra da Canção Fibra de Herói usada nas atividades cívicas da EJCB.....	164
Anexo D - Reportagens sobre as assistências oferecidas.....	165
Anexo E - Matéria sobre salário-educação e sobre a EJCB.....	166
Anexo F - Reportagem sobre favela em frente à escola do JCB.....	167
Anexo G - A mãe com o maior número de filhos na escola sendo cumprimentada pelo Almirante no dia das mães.....	168
Anexo H - A mãe com o maior número de filhos na escola sendo homenageada por um aluno.....	168

Anexo I - Reportagem que descreve a EJCB como uma das mais eficientes no país e como uma obra assistencial promovida pelo JCB.....	169
Anexo J - Frente da escola asfaltada mostrando outro tempo, posterior à avenida de paralelepípedos da década de 1950.....	170
Anexo L – Frente da escola na década de 1950.....	170
Anexo M – reportagem sobre a inauguração da escola.....	171
Anexo N – Inauguração do <i>playground</i> da escola.....	172
Anexo O – Aluno no <i>playground</i> com uma das inspetoras de ensino.....	172
Anexo P – Dez fotos atuais de alguns espaços internos e externos da EJCB.....	173

RESUMO

SILVA, Rosaline Alves da. **A Escola Jockey CLUB Brasileiro no espaço cidadão carioca (1946-2010): o legado de uma tradição.** Dissertação (Mestrado em Educação), 174 páginas. - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho situa-se no campo que analisa a história das instituições educativas a partir do interior das mesmas e sob a ótica relacional, que, neste caso, envolve escola e sociedade (CHAVES, 2014) – bairro/clube/cidade. Ainda, aborda aspectos da História da Educação Brasileira, à medida que seu próprio decurso evidencia aspectos relevantes desse campo de conhecimento, no que se refere a educação de grupos empobrecidos. Por meio dessa perspectiva investigou a Escola Jockey Club Brasileiro (EJCB), com o objetivo de identificar a cultura e as práticas (ESCOLANO, 2000; JULIA, 2001; VIDAL, 2005) ali produzidas, que colaboraram para a constituição de uma identidade, que definimos como sendo cada vez mais meritocrática. Criada e mantida pelo Jockey Club Brasileiro (JCB), instituição tradicional e aristocrática que existe desde 1932 na zona sul carioca, a escola analisada se localiza dentro do próprio clube e consiste em um estabelecimento septuagenário e gratuito, destinado a alunos de famílias historicamente empobrecidas – em sua maioria, moradores da Rocinha. Configura-se como uma escola *sui generis*, cujas características podem ser explicadas por meio de sua trajetória que, neste trabalho, foi definida a partir de três fases: 1) de sua origem (1946) até os anos 1960, período descrito por um *ethos* assistencialista, cujo cotidiano escolar foi, principalmente, marcado pelo esbanjamento dos gastos e pelo ensinamento de uma cultura do tipo européia – *ballet*, música e teatro -, conforme os valores do clube naquela época; 2) de 1970 até o ano de 1980, contexto da ditadura civil militar (DREIFUSS, 1981), em que a EJCB, apesar de ter adotado práticas baseadas no controle e na repressão, assim como os preceitos da Lei 5692/71, nomeou, através de seu vice-presidente, a diretora que iria mais tarde possibilitar a entrada da escola em sua terceira fase; 3) e de 1989 a 2010, período da consolidação de seu *ethos* meritocrático, uma vez que as medidas implantadas – nota de corte, seis, para seleção e permanência, maratonas e simulados de matemática e português para aumentar a qualidade da aprendizagem e a competição e, ainda, convênios com escolas e entidades reconhecidas pedagogicamente a fim de qualificar ainda mais os alunos -, segundo nossa hipótese, definiram a identidade da escola a partir das medidas citadas acima. Para analisar as referidas etapas, lançou-se mão da metodologia de análise documental e de entrevistas, privilegiando o recorte temporal de 1946 - 2010. Com base na teoria das relações de Norbert Elias (1994), constatou que as transformações ocorridas na escola – a construção de um perfil racional, privatista e a emergência de um *ethos* meritocrático – foram historicamente construídas e são próprias das mudanças sociais das quais faz parte.

Palavras chave: Escola Jockey Club Brasileiro; História da Educação; Culturas Escolares; *Ethos* Racionalista e Privatista; Configuração Familiar; Meritocracia.

ABSTRACT

SILVA, Rosaline Alves da. **Escola Jockey CLUB Brasileiro in Rio de Janeiro (1946-2010): the legacy of a tradition.** Dissertation (Masters degree in Education), 174 pages. - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

This work is settled in the area which analyzes educational institutions' History from their inwards and by the relational view, which, in this case, involves school and society. (CHAVES, 2014) - neighborhood/club/city. Furthermore, this dissertation approaches Brazilian Education aspects, since its own course evidences relevant facts from this field of knowledge, concerning impoverished groups' education. Through this perspective, Escola Jockey Club Brasileiro (EJCB) was investigated with the aim of identifying its culture and practices (ESCOLANO, 2000; JULIA, 2001; VIDAL, 2005), which cooperated to the constitution of an identity, defined here as increasingly meritocratic. Created and financially maintained by Jockey Club Brasileiro (JCB), a traditional aristocratic institution which exists since 1932 in the South Zone of Rio de Janeiro, the analyzed school is located inside the club and consists of a gratuitous septuagenarian establishment, destined to students coming from historically impoverished families – the great majority is Rocinha resident. It is configured as a *sui generis* school, in which characteristics can be explained through its trajectory that, in this work, was defined from three phases: 1) from its origin (1946) to the 1960's, a period described by an assistentialist *ethos*, in which daily school routine was targeted mainly by the wasted expenses and by the teaching of a European kind culture - *ballet*, music and theater –, according to the club's values at that time; 2) from 1970 to 1980, Civil military dictatorship context (DREIFUSS, 1981), in which EJCB, besides adhering some practices based in control and repression, such as law 5692/71 precepts, it named, through its vice-president, the principal that would later enable the school's entrance in its third phase; 3) and from 1989 to 2010, a period of consolidation of the school's meritocratic *ethos*, once the implemented measures – passing score six, for selection and permanence; marathons, math and Portuguese simulations in order to increase the learning quality and the competition and, still, establish agreements with schools and entities that are pedagogically recognized with the view to enhance students' qualification –, according to our hypothesis, defined the school's identity from the measures mentioned above. In order to analyze the referred stages, it was used the methodology of analyzing documents and interviews, privileging the temporal cut from 1946 to 2010. Based on the relationship theory from Norbert Elias (1994), we verified that the transmutations occurred inside the school – the construction of a rational, privatist profile and the emergence of a meritocratic *ethos* – were historically built and they are characteristic of the social changes of which they are inserted.

Keywords: Escola Jockey Club Brasileiro; Education History; School Culture; Rationalist and Privatist *Ethos*; Family Configuration; Meritocracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - A PEDRA FUNDAMENTAL E A BUSCA POR UMA “EXCELÊNCIA” ESCOLAR.	34
1.1. A memória subterrânea exposta.	35
1.2. Finalmente, uma edificação apropriada.	45
1.2.1. Dois aspectos legais: a garantia da continuidade da escola.....	47
1.2.2. A fabricação de um projeto escolar monumental.	49
1.2.3. Consolidação e crise do <i>ethos</i> assistencialista.	62
1.3. Dois personagens de fôlego que mudaram a escola.	74
CAPÍTULO II - A LEI 5692/71: OS FUNDAMENTOS DO ETHOS RACIONAL E UTILITARISTA.	88
2.1. A lei, a conjuntura e as relações com a escola.	90
2.2. Afirmção dos princípios da Lei na cultura da escola.	95
2.3. Uma administração aos moldes da caserna: maior controle, fiscalização e burocratização.....	100
2.3.1. Um pequeno interregno.	108
2.4. Os efeitos de um novo contexto geográfico na escola: a Rocinha e seus alunos moradores.	109
CAPÍTULO 3- A MERITOCRACIA “NA BERLINDA”.	116
3.1. Caracterização das entrevistas e dos informantes.....	117
3.2. As mudanças significativas: rumo a uma nova escola.	119
3.2.1. A seleção e a permanência em debate.....	120
3.2.2. A relevância de D. Graça para a escola.....	121
3.3. A consonância da família com o projeto da escola.	137
CONCLUSÃO	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
ANEXOS	160

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa, historicamente, a Escola Jockey Club Brasileiro (EJCB), que foge às definições mais conhecidas (pública, privada e confessional) sobre o que seja uma instituição de ensino.

Estabelecida na década de 1940, no Rio de Janeiro, é de propriedade do Jockey Club Brasileiro (JCB), associação fundada em 1932 pela elite carioca - políticos, militares, médicos, jornalistas, fazendeiros etc. - e que durante o século passado ocupou um lugar de destaque na história da cidade do Rio de Janeiro, como veremos ao longo deste trabalho.

Entendê-la implicou compreender suas relações com alguns acontecimentos da cidade, com o clube o qual pertence e com os grupos sociais (professores, alunos, funcionários, diretores, etc.) com ela envolvidos.

Ancorada na temática da História das Instituições Educativas, esta dissertação apresenta uma reflexão acerca das práticas dos responsáveis pela escola analisada, desde sua fundação e passando pelo período da ditadura civil militar (DREIFUSS, 1981) até o contexto da redemocratização, dois momentos-chaves na trajetória da própria escola. Portanto, priorizamos o recorte temporal de 1946-2010, pois foi nesse período que essa instituição educativa passou por várias transformações substanciais a fim de evitar sua extinção. Também foi quando começou a ter considerável aumento no índice de alunos que continuavam seus estudos até o fim do antigo Primeiro Grau, na medida em que nos anos anteriores a maioria deles findava sua escolaridade no antigo Ensino Primário

Além disso, a escolha desse recorte histórico se relaciona com a criação de inovações urbanas (como a construção do túnel Dois Irmãos – hoje denominado Zuzu Angel, por exemplo) que mudaram o ritmo da cidade que, ao se adequar a um novo padrão de modernidade¹ nacional, acabou por afetar a própria trajetória pedagógica da EJCB. Trata-se, enfim, da emergência de outra lógica que se impôs: a da educação, relacionada às exigências do mercado de trabalho e aos ditames da privatização do ensino (CUNHA, 2007) e que, nesse caso, fomentaram as mudanças na própria EJCB, na medida em que seu

¹ Entendemos o termo segundo Le Goff (1994) quando afirma que no século XX moderno associa-se às idéias de racionalização, progresso, mecanização e industrialização (p. 192).

*ethos*² assistencialista³ foi substituído por outro de cunho meritocrático⁴, mais de acordo com o modelo nacional imposto na época.

Um conjunto de materiais, rico em informações sobre esse período da história da escola, foi, inclusive, selecionado, a fim de salientar os aspectos acima assinalados. Portanto, mostraremos que a EJCB, ao se adaptar às novas exigências sociais e pedagógicas, adquiriu uma forma escolar (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001) que acabou por lhe conferir uma identidade educacional bastante peculiar.

Sob essa ótica, optamos por adotar três objetivos específicos que se relacionam entre si: 1) identificar de que modo o *ethos* assistencialista aos poucos perdeu espaço na cultura da EJCB; 2) descrever o impacto da Lei 5692/71, promulgada durante a ditadura civil militar, na trajetória da escola; 3) e analisar as transformações pedagógicas, administrativas e físicas, que ocorreram na escola, a partir da década de 1970 até o ano de 2010 que, em outras palavras, pressupuseram a adoção e a consolidação de um *ethos* racional e meritocrático. Ou seja, procuramos segundo esses objetivos descrever o processo de modernização (LE GOFF, 1990) administrativa e pedagógica da escola.

Para o campo acadêmico, este estudo justifica-se por representar um tipo de escola pouco pesquisada no âmbito da História das Instituições Educacionais. Permite acrescentar dados às discussões inerentes à investigação sobre escolas de um perfil com peculiaridades pouco conhecidas, conforme descritas no parágrafo seguinte.

² Para Pierre Bourdieu (1983), o *ethos* é o conjunto de princípios interiorizados que guiam a conduta do indivíduo de forma inconsciente e que permite a adesão aos valores partilhados por determinado grupo social.

³ A opção pelo uso do termo assistencialismo e não assistência social se deve ao fato de até os anos 1980, a assistência social ainda não estar legalizada como direito no país, o que ocorreu somente a partir da Constituição de 1988. Logo, o que predominava nas relações sociais até aquele momento eram práticas de cunho assistencialistas, associadas à caridade (SPOSATI, 2004). Ou seja, defendemos a ideia de que até os anos 1970 havia a predominância de uma cultura assistencialista no projeto pedagógico da EJCB.

⁴ “Quando falamos de sociedade meritocrática, referimo-nos, em geral, a uma sociedade que se aproxima muito do modelo da mobilidade perfeita” (BOBBIO, 1998, p. 170). “Muitos sociólogos sustentam que os mecanismos adscritivos são típicos de sociedades tradicionais e estáticas, enquanto que as sociedades modernas e dinâmicas tendem a privilegiar o mérito individual e, conseqüentemente, os mecanismos aquisitivos. Todavia, a simples constatação de que as capacidades individuais são também resultado das diferentes oportunidades oferecidas aos vários estratos sociais, e de que até as sociedades mais dinâmicas revelam taxa elevadíssima de hereditariedade nas posições sociais, faz com que toda afirmação deste tipo deva ser considerada de forma muito relativa, se não se quiser cair numa mera declaração de princípios de índole ideológica” (BOBBIO, 1998, p. 445).

Fundada em 1946, a instituição analisada constitui-se gratuita, setuagenária e localizada dentro do JCB⁵, o mesmo que a criou e a mantém financeiramente. Em resumo, a EJCB existe no interior de uma empresa tradicional e aristocrática⁶ destinada à prática do hipismo.

Além dos pontos já mencionados, acreditamos que essa relação constitutiva da escola com o clube que a criou, aliada à sua localização – existe no interior do próprio JCB, que por sua vez encontra-se em uma área nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro e tem como clientela grupos elitizados – nos garante um estudo promissor, quando temos em vista que essa escola apresenta aspectos que podemos associar a um modelo de escolarização das elites (PINÇON e CHARLOT, 2002), mas que neste caso é produzido por uma escola que, peculiarmente, tem como alvos agrupamentos sociais historicamente empobrecidos. Portanto, pontuar suas características implica trazer à tona a trajetória de uma escola, segundo nossa apreciação, *sui generis* para a História das Instituições Educacionais.

Principalmente se levarmos em conta que, de acordo com a revisão bibliográfica realizada, não localizamos estudos sobre esse tipo de escola. Ou seja, trabalhos a respeito de estabelecimentos escolares gratuitos, bem equipados, espaçosos, financiados por uma empresa privada e destinados a alunos de grupos empobrecidos.

Mesmo sobre a Fundação Bradesco, conhecida no Rio de Janeiro por sua atuação educacional com alunos de grupos economicamente desfavorecidos, desde 1956⁷, não encontramos nenhum trabalho. Essa

⁵ Administrado por uma rede de sócios formada por descendentes de barões, como André Gustavo Paulo de Frontin, titulado patriarca do clube (RIBEIRO, 1944); militares; políticos; e pessoas da grande imprensa ou ligadas à mesma, o JCB movimentou, por décadas, o Rio de Janeiro promovendo eventos importantes para cena urbana da cidade (CARVALHO, 1998). Suas dependências representam uma das maiores construções territoriais privadas cariocas. Ocupando parte de quatro bairros – Gávea, Jardim Botânico, Leblon e Lagoa - de uma região nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro, o clube ainda se encontra situado em uma das áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário (COSTA & JUNIOR, 2015).

⁶ O Dicionário Aurélio define a palavra aristocracia da seguinte forma: “Conjunto dos nobres. Forma de governo em que predomina a nobreza. Superioridade”. Fonte: <https://dicionariodoaurelio.com/aristocracia> - acessado em 31 de agosto de 2018. Neste trabalho, o termo aristocracia está empregado para caracterizar a rede turfista do JCB, principalmente entre os anos 1940 – 1990, ou seja, grupos sociais que descendem da antiga nobreza brasileira.

⁷ Fonte: <https://fundacao.bradesco> – Acesso em 20 de abril de 2017.

ausência, inclusive, soubemos, faz parte da política interna do Bradesco que não autoriza pesquisas acadêmicas sobre suas escolas⁸.

Nesse sentido, vale chamarmos novamente a atenção para a relevância deste tipo de estudo para o campo científico, à medida que adentra em uma ceara praticamente intocável: estudos sobre realidades que desconhecemos em função de se manterem ainda quase secretas por suas instituições mantenedoras. Mas, que quando analisadas, podem nos mostrar aspectos inusitados, como por exemplo, a posição que a EJCB ocupa no *ranking* das escolas que aprovam para o Ensino Médio.

Enfim, esta dissertação por tomar como objeto uma instituição gratuita, financiada por uma empresa privada, destinada a grupos de alunos dos quais um número considerável encontra-se historicamente fadado ao fracasso escolar (PATTO, 1999; LAHIRE, 1997) e que, no entanto, manteve um alto índice de aprovação para estabelecimentos públicos de Ensino Médio considerados de prestígio (Colégio Pedro II, CAP UFRJ, CEFET, CEFETEC) e/ou para boas escolas privadas com bolsa de estudo por desempenho acadêmico (por exemplo, Colégio Teresiano/CAP PUC e Centro Educacional da Lagoa) pressupõe trazer à tona aspectos educacionais que merecem ser analisados, conhecidos e divulgados.

Além disso, este trabalho ainda se justifica, na medida em que a escola, setuagenária, também pode colaborar com estudos sobre a própria História do Rio de Janeiro: o clube que a concebeu possui um lugar de destaque na história da cidade. Assim, a dissertação ao se encontrar na fronteira dos estudos históricos a respeito da educação escolar e da cidade tem condições de explorar aspectos relevantes sobre essas temáticas principalmente pelo fato de o JCB se constituir em um clube tradicional de elite, fundado em 1932, gerido por políticos, jornalistas e, sobretudo, militares, durante os anos 1970 e 1980.

Cabe ainda, mencionar que a escolha desse objeto se deve ao fato de contarmos com minha experiência profissional de doze anos, na função de docente e de diretora adjunta, na instituição investigada. Tempo suficiente para observar vários fatores, dos quais um é primordial: os bons resultados escolares alcançados com alunos de grupos historicamente empobrecidos, em

⁸ A informação foi obtida junto à própria Fundação Bradesco.

sua grande maioria moradores da Favela da Rocinha, comunidade carente de políticas públicas básicas e que nos dias de hoje vive sob o forte impacto da violência, tanto dos traficantes, quanto da polícia.

De acordo com o perfil da EJCB, realizamos a nossa revisão bibliográfica, de modo a buscar por produções que viessem auxiliar-nos no desenho de nosso campo teórico, bem como no entendimento acerca da especificidade de nosso objeto de estudo: uma escola gratuita gerida por uma instituição privada.

Consultamos o banco de dados da CAPES⁹, da CBHE¹⁰, da ANPUH¹¹ e da ANPEd¹², de onde selecionamos trinta e três trabalhos acadêmicos, produzidos entre os anos de 2006 e 2016 que estabelecem algum tipo de diálogo com nosso estudo. Dessa triagem, fizemos uma amostra de pesquisas históricas sobre instituições educativas, composta por produções que contemplaram desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, incluindo escolas técnicas. São estudos sobre estabelecimentos municipais, estaduais, federais, de iniciativa religiosa e/ou de iniciativa privada, que nos ajudaram a pensar a delimitação e os aportes para o objeto desta dissertação.

Entretanto, apenas a leitura de quatro trabalhos foi especialmente importante para nossa pesquisa. A primeira é a dissertação defendida por Moção (2015), na Faculdade de Educação da UFRJ, que nos apontou pistas para o número de instituições públicas de Educação Infantil, na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas que antecederam o ano de 1946, data em que a EJCB iniciou suas atividades para esse segmento de ensino.

A dissertação mostra a importância e o lugar ocupado pelo Jardim de Infância Campos Salles, desde sua criação em 1909, até os anos 1911, períodos anteriores à democratização e à expansão da Educação Infantil no Brasil. Ainda, nos apresenta como essa fundação se concretizou via a ação de algumas professoras, modo de análise este similar ao que fizemos ao entender

⁹ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao> - Acesso em: 24 de outubro de 2016.

¹⁰ Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/quem-somos-nos> - Acesso em: 16 de setembro de 2016.

¹¹ Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/quem-somos> - Acesso em: 17 de setembro de 2016.

¹² Disponível em: <http://www.anped.org.br/sobre-anped> - Acesso em: 30 de outubro de 2016.

a EJCB por meio das práticas das pessoas que por ela respondem: grupos da sociedade turfista carioca e seus funcionários.

Os trabalhos de Castro (2006), sobre o Instituto Valsé, e de Matiello (2017), sobre o Colégio Regina Coeli, ambos apresentados no CBHE, também consideram aspectos similares aos que propomos. Enquanto Matiello nos mostra como o Colégio Regina Coeli durante sua trajetória – 1948/1980 - passa de uma escola confessional para uma escola comunitária, indicando uma mudança de perfil, Castro, ao analisar a história do Instituto Valsé, salienta a importância do colégio para a educação de um grupo de alunos, em situações financeiras desfavoráveis na cidade de Uberlândia.

Por fim, a dissertação de Lima (2015), defendida na Faculdade de Educação da UFRJ, ao retratar a história do Colégio Carmela Dutra, através das normalistas, também comunga com nossa opção de investigar a EJCB por meio dos indivíduos que por ela respondem. Ainda, essa produção trabalha com fotografias do ponto de vista teórico sugerido por Mauad (2008), referencial que também elegemos como aporte nesta pesquisa.

Através dessas leituras confirmou-se nossa opção de analisar a EJCB por meio de uma abordagem sócio-histórica, considerando-a na relação com a sociedade em que se insere (ELIAS, 1994). Como ilustração dessa concepção analítica, citamos o livro “Mozart: sociologia de um gênio”, em que Nobert Elias (1995) mostra que a arte de um músico, assim como o próprio músico, só será substancialmente compreendida, se o estudo não isolar a arte do artista – em nosso caso, não isolar a escola dos grupos sociais com ela envolvidos -, pois “a divisão resultante, na qual se colocam em escaninhos separados o ministério atribuído a um gênio, de um lado e sua humanidade comum, de outro, expressa uma desumanidade profunda” [...] (ELIAS, 1995, p.55).

Dessa forma, sublinhamos que essa perspectiva potencializa nossa reflexão, à medida que essa abordagem oferece ferramentas de pesquisa, para produzirmos a história da EJCB, via os feitos de seus responsáveis – diretores do clube, diretores da escola, professores, funcionários, etc.

Segundo Roger Chartier (1991), essa concepção de análise, inclusive, possibilita uma perspectiva mais cultural, menos dependente de uma ótica mais política e econômica. Ao se reportar à teoria de Chartier, Chaves (2014b) explica que essa ótica possibilita compreender as instituições escolares

segundo um ponto de vista que ultrapassa a idéia da escola como algo pronto e acabado.

Desse modo, se Gatti Júnior (2007) mostra como essa temática é trabalhada segundo uma abordagem mais tradicional, que toma o termo “instituição” como conceito, outros autores - Werle, Britto & Colau (2007) - vislumbram o estudo sobre as instituições educacionais a partir de uma premissa que leva mais em conta o movimento, o espaço e as relações internas da escola. Assim, entendemos a EJCB mais como um espaço social que implica em algo em permanente construção, do que como uma instituição que nos leva a defini-la como algo dado/terminado.

Nesse sentido, o conceito de configuração social de Nobeit Elias atendeu a nossa concepção de escola como espaço social e nos permitiu “ir aos porões” (VEIGA, 2005), para entender o subterrâneo dos desdobramentos históricos da EJCB, que resultaram na consolidação de um perfil considerado moderno. Pois, segundo Elias (2015), o conceito de configuração social pressupõe um conjunto de pessoas dentro de uma relação mutável de interdependência, que se movimenta no interior de determinado espaço social – neste caso, a EJCB e o JCB.

Logo, esse conceito possibilita uma percepção integrada e personificada da escola em questão, de modo a permitir-nos descer abaixo da ponta do *iceberg*, para analisar as transformações que levaram a EJCB às mudanças que enfraqueceram seu perfil assistencialista e abriram espaço para a construção de um *ethos* racional e meritocrático.

Para Elias o entendimento do ocorrido em um dado contexto deve ser analisado desde a ação até o lugar ocupado pelos indivíduos que a compõe:

Entretanto, esse arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares, pois cada indivíduo, mesmo o mais poderoso, mesmo o chefe tribal, o monarca absolutista ou o ditador, faz parte dele, é representante de uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das tensões específicas desse contexto total (ELIAS, 1994, p. 22).

Assim, entender um ou mais fatos históricos da EJCB requer interpretar sua história, a partir das relações interpessoais que dela fazem parte, bem

como do lugar social - um clube aristocrático - em que essas mesmas ações acontecem; aspecto esse que, inclusive, irá conferir-lhe movimento e historicidade. Ou seja, procuramos analisar a história da EJCB, na complexidade do conjunto de relações e dos espaços – o clube, o bairro e a cidade - por ela instituídos.

Outro conceito importante para nós é o de culturas escolares (ESCOLANO, 2000; JULIA, 2001; VIDAL, 2005; FARIA, GONÇALVES, PAULINO & VIDAL, 2004), pois, por meio do mesmo as práticas e os processos educativos analisados passam a ser compreendidos pelas ações dos grupos que compõem o contexto de uma escola (VIDAL, 2005). Desse modo, através desse conceito pudemos entender a EJCB, a partir de suas práticas, atitudes e comportamentos. Ou seja, dentre as várias possibilidades de se construir operações históricas (CHARTIER, 1991; BURKE, 2008), esse conceito nos permitiu trazer à tona as representações no interior da EJCB que levaram ao abandono do *ethos* assistencialista e à formação de seu *ethos* racional e meritocrático.

Essa perspectiva cultural também nos possibilitou buscar no cenário da EJCB o papel representado por sua configuração, tanto social, quanto espacial, e os significados nela contidos. Escrevendo de outra maneira, a concepção de culturas escolares mostrou-nos a funcionalidade do conceito de configuração social/espacial (LAHIRE, 1997), na medida em que permitiu entendermos o processo de formação identitária da EJCB, via sua prática em escolarizar.

Além disso, a noção de culturas escolares, como algo que modela e remodela os comportamentos e a estrutura cognitiva, que visa disciplinar o corpo, e que ainda se expressa por meio da arquitetura escolar¹³ (VIDAL, 2005), também foi essencial para a compreensão das práticas que levaram às transformações físicas, administrativas e pedagógicas da EJCB.

Logo, pensar historicamente a instituição analisada, na interação escola/clube/cidade, exigiu olhá-la no diálogo com algumas instâncias da

¹³ Temos presente que até a década de 1960, aproximadamente, as estruturas físicas das escolas públicas também se caracterizavam por espaços grandiosos e bem equipados – como, por exemplo, as Escolas Municipais Argentina e Pedro Ernesto. O que queremos destacar é o fato de grupos empobrecidos, que ainda não estavam fortemente presentes nas escolas públicas, serem a clientela atendida na arquitetura monumental da Escola do Jockey Club Brasileiro, o que, a nosso ver, foi bastante simbólico e significativo, conforme abordaremos ao longo deste trabalho.

sociedade. E para que tal análise fosse realizada utilizamos fontes tanto escritas e fotográficas quanto orais.

As primeiras compõem um conjunto de documentos - imagens/fotos, fichas de alunos, atas, boletins, manuscritos, livro de queixas, cadernos de comunicações internas, ofícios, reportagens de jornais, entre outros – que se encontram no arquivo da escola. E essa variedade de dados¹⁴, verdadeiras minas de ouro, inclusive apontou a existência de outras fontes fora dos muros dessa escola - Arquivo da Rede Globo¹⁵, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, e Biblioteca Nacional Digital (Hemeroteca) – que também foram utilizadas.

Como não poderia ser de outra forma, optamos por uma reflexão mais histórica e social das leis e dos documentos (FARIA FILHO, 1998) encontrados. Ou seja, buscamos entendê-los na sua dinamicidade e inter-relacionados com as práticas no interior da EJCB. Nesse sentido, levamos em conta suas linguagens, suas práticas e representações, com especial atenção às influências e às funções das mesmas na mudança de *ethos* de nosso objeto.

Nesse procedimento metodológico, cabem duas ressalvas: uma que, ao acessarmos os documentos, estávamos conscientes de que todo arquivo em si é uma seleção (FARIA FILHO, 1998) e outra, que, graças às discussões de Mauad (2008), sobre a fotografia como fonte, foi possível entender as imagens da EJCB como documentos. Como uma materialidade impregnada de sentido/informações, sobre determinados aspectos da EJCB – condições de vida, infraestrutura - e que se constituíram como pistas para a análise da mudança de *ethos* dessa escola. Enfim, identificamos “imagens/documento e imagens/monumento” (MAUAD, 2008, p. 22) que testemunham fatos ou marcaram acontecimentos ocorridos na instituição educativa investigada e que nos ajudaram a entender as questões postas por esta dissertação.

Cabe, ainda, salientar que, ao analisarmos reportagens e notícias de jornais sobre a EJCB, estamos conscientes de que os “discursos são práticas sociais historicamente datadas” (MELO, 2005) produzidas dentro do contexto

¹⁴ A própria escola desconhecia a riqueza de seu arquivo e ficou surpresa com o material descoberto.

¹⁵ Identificamos a existência da gravação da fundação do prédio da escola em 1955, registrada pela Rede Globo.

histórico em que se dão (BARROS VIDA & COLA, 1940; CAMPOS, 2012; CHAVES, 2003; FONSECA, 2008). Logo, entendemos que o uso de alguns artigos de jornais e de revistas como fonte, pressupõe entendê-los por uma ótica crítica a qual considera que “os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação” [...] (THOMPSON, 1998, p. 20).

Dos jornais e revistas analisadas, identificamos a seguinte diferenciação entre as publicações: a) aquelas editadas pela grande imprensa: – Luta Democrática (1954 – 1980), na época, terceiro maior jornal do Rio de Janeiro, atrás apenas de O Globo e O Dia. Seus temas estavam centrados na política governamental (CPDOC¹⁶); - A Noite (1911 – 1857), arrendado pelo Ministério da Fazenda (CPDOC¹⁷), em 1946. Considerado um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro, com circulação diária e grandes tiragens. Abordava, principalmente, assuntos sobre a política nacional e as questões da cidade do Rio de Janeiro (HEMEROTECA¹⁸); - Tribuna da Imprensa (1949 – 2008), jornal orientado à política econômica do governo (CPDOC¹⁹); - O Jornal (1919 – 1974), publicação de estilo literário e científico, também tinha clara posição política, favorável ao estilo tradicional (CPDOC²⁰); - Gazeta de Notícias (1875 – 1979), jornal que abriu espaço para a literatura de folhetins. Inicialmente caracterizou-se por ser antimonarquista e, mais tarde, passou a defender as elites agrárias. Promoveu o debate sobre os grandes temas nacionais e chegou a figurar entre os mais bem equipados jornais do mundo (CPDOC²¹); - a) Manchete (1952 – 2000), revista brasileira classificada como a segunda maior de sua época. Concentrava-se em notícias e em temas culturais (O GLOBO²²); b) uma revista de publicação do próprio clube: – Guia Turfista (1950 – 1980), com matérias sobre acontecimentos sociais e esportivos

¹⁶ Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luta-democratica> - Acesso em 27 de setembro de 2016.

¹⁷ Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a> - Acesso em 27 de setembro de 2016.

¹⁸ Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/> - Acesso em 29 de setembro de 2016.

¹⁹ Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa> - Acesso em 04 de outubro de 2016.

²⁰ Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL,%20O.pdf> - Acesso em 04 de outubro de 2016.

²¹ Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%20C3%8DCIAS.pdf> - Acesso em 06 de outubro de 2016.

²² Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dos-anos-50-aos-2000-revista-manchete-imprimiu-sua-marca-ao-jornalismo-21204604> - Acesso em 06 de outubro de 2016.

relativos ao JCB e ao Turfe; c) dois jornais dirigidos à criação de equinos e aos esportes, incluindo aí o turfe: - O Campo (1930 – 1952) e o Jornal dos Sports (1931 – 2010). d) duas publicações dirigidas à família e à mulher: – Revista Vida Doméstica (1920 – 1962), suas matérias representavam a mulher como dona de casa. Também, escrevia romances e novelas. E ressaltava ritos como, primeira comunhão, casamento, encerramento de ano letivo, formaturas²³ – A Cruz (vigência não identificada), administrado pela ala tradicional da Igreja Católica e que abordava temas referentes à educação, em um momento em que o ensino religioso estava fragilizado²⁴.

Como exemplificado acima, utilizamos uma multiplicidade de publicações, que, apesar de caracterizadas por tendências e enfoques variados, todas, enfim, ressaltaram a escola mantida pelo Jockey Club como um importante acontecimento, no Rio de Janeiro, para o campo educacional. As reportagens eleitas converteram-se em documentos fundamentais, uma vez que, como imprensa, retrataram por meio de uma multiplicidade histórica, as instâncias de socialização dos alunos e as práticas do campo educativo (NÓVOA et. al., 2002) em questão. Sobretudo, não podemos deixar de pontuar que ao selecionarmos esses materiais nos encontramos perante documentos [...] que permitem [permitiram] construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado [seja no contexto paternalista ou autoritarista] e as práticas efetivas na sala de aula” [da escola analisada] (NÓVOA et. AL, 2002, p. 13).

Ou seja, os materiais selecionados serviram como meios para compreendermos algumas articulações entre a teoria e a prática (NÓVOA, et. AL, 2002), no decurso histórico de nosso objeto de pesquisa, conforme analisaremos ao longo desta dissertação.

Para este estudo em particular, interessa termos presente que as leituras apresentadas pela imprensa sobre a EJCB, assim como os demais documentos, não são neutros, mas encontram-se relacionados à intencionalidade do editor que produz cada um dos periódicos e das revistas (CHAVES, 2003).

²³ Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000100011 - Acesso em 07 de outubro de 2016.

²⁴Fonte: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/99900-a-cruz-jornal-religioso,-litterario,-historico-e-philosophico.html> - Acesso em 7 de outubro de 2016.

A análise documental ainda nos fez perceber o quanto a arquitetura da EJCB, bem como sua composição espacial – divisão de salas, refeitório, auditório, etc. - constitui parte relevante de sua história. E, principalmente expressa suas transformações e mudança de *ethos*, na medida em que várias de suas salas mudam de função – por exemplo, de consultório dentário à sala de aula e de farmácia à sala de orientação educacional – em busca de um novo padrão administrativo e pedagógico, que identificamos como “moderno”.

Escolano (2000) e Werle, Brito & Collau (2007) justamente chamam a atenção para a importância da análise da forma física da escola – planta, prédio e arquitetura -, como um aspecto preponderante para o entendimento, não apenas das culturas escolares, mas da própria história da escola e sua transformação durante as décadas aqui pesquisadas.

E se Faria Filho & Vidal (2000) nos mostram que no século XVIII, a educação dava-se em espaços de improviso, por meio de uma relação com o tempo, regida pelas necessidades de uma população rural; mais adiante, por exemplo, indicam o surgimento das escolas monumentos, com o objetivo de mostrar para a população o marco de outro tempo histórico e a presença do Estado nessas construções.

Nesse caso, entendemos um pouco melhor o momento em que a EJCB muda-se de um espaço quase invisível – meio escondido no clube - para um prédio monumental no mesmo estilo eclético²⁵ de seu mantenedor, aspecto que abordaremos no primeiro capítulo.

Le Goff (1990), ao defender que todo espaço físico expressa textualidade, inclusive, nos mostrou o quanto a espaçosa arquitetura da EJCB, de estilo francês, pode instituir uma memória. Nessa linha de raciocínio, nos indicou que seus idealizadores, bem como sua própria trajetória imprimem um sentido e um simbolismo que acabou por defini-la. Portanto, assim como nos documentos, buscamos no prédio e nos espaços da EJCB elementos que transcendem a sua concretude e que imprimiram certos sentidos e marcas sociais à história que estamos contando.

A análise das fontes orais - entrevistas semiestruturadas – também foi permeada por esse princípio de se entender as falas dos depoentes como

²⁵ Referência aos estilos surgidos durante o século XIX que exibiam combinações de elementos que podiam vir da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica.

relatos de memória (PORTELLI, 1997), portanto impregnadas de sentido (POLLAK 1989; 1992), interrelacionadas entre o real e o fictício (ALMEIDA, 2009) e, por vezes, motivadora de um exercício político (SANTOS, 2007).

Esse procedimento metodológico contemplou 5 depoentes: 2 diretoras, 1 assessora de direção e 2 coordenadoras, que atuaram no período de transformação da escola.

Tabela 1 - Identificação dos entrevistados:

Entrevistados²⁶	Período de atuação na EJC
1. Antonia – Diretora.	1980 – 1994
2. Bruna – Coordenadora.	1988 – 2008
3. Hortência – Assessora da Direção.	1980 – 2014
4. Monique – Coordenadora.	2007 – 2014
5. Leila – Diretora (entrevista não realizada).	1994 – 2007, como diretora, porém na escola desde antes de 1980.
6. Graça – Diretora.	2007 – atual, na função, mas do quadro funcional desde a década de 1980.

Através desses depoentes pudemos ter uma visão dos mecanismos empreendidos pela escola, em direção a sua transformação. Ou seja, a

²⁶ Nomes fictícios, exceto do vice-presidente do JCB.

adaptação aos novos tempos implicou tanto a eliminação de uma série de práticas – corte de gastos; fechamento do consultório dentário; desinstalação dos aparelhos de rádio interno; desativação da cozinha e conseqüentemente o cancelamento das refeições diárias; substituição do piso de madeira corrida do pátio interno por placas de cimento; abolição da doação de uniforme e material escolares – não mais condizentes com o novo momento social e educacional da escola, quanto a adoção de certas medidas - mudanças de currículo, como a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica; modificação dos critérios de acesso; concurso inédito para diretora; ênfase em aprovações para concurso; e parcerias com instituições preparatórias para concursos de Ensino Médio²⁷ e com cursos de idiomas²⁸ - que inclusive permitiram que a escola atingisse um novo lugar na rede de escolas destinadas às crianças oriundas de famílias historicamente empobrecidas.

Nesse sentido, essas entrevistas, centradas em personagens que vivenciaram a escola dos anos 1980 em diante, além de nos apontar os aspectos que implicaram na mudança de *ethos* na escola, também nos mostraram, acima de tudo, que a EJCB a partir desse momento atingiu um patamar educacional bastante *sui generis*, à medida que pôde ser definida como um estabelecimento, que tem como alvo formar uma elite escolar nos grupos empobrecidos. Isto indicou-nos, que assim como o clube, a EJCB quis cumprir o mesmo destino de seu mantenedor; ou seja, constituir-se a partir de certa distinção.

A memória resgatada, por meio das entrevistas, revelou também eventos desconhecidos e/ou aspectos desconhecidos sobre eventos conhecidos (PORTELLI, 1997) e, ainda, ofereceu especial contribuição para o entendimento dos diferentes tempos que constituem a história da EJCB;

²⁷ Desde 2005 a EJCB tem uma parceria com o Instituto Rogério Steinberg (IRS) – organização sem fins lucrativos fundada em 1998 que atua na identificação de crianças pobres com altas habilidades, na Cidade do Rio de Janeiro. Além da oferta gratuita de curso preparatório para concurso de Ensino Médio para os alunos que se destacam por média, seleciona discentes que segundo a avaliação da Escola Jockey e do Instituto merecem ser indicados para curso de desenvoltura artística, como teatro e dança, que são ministrados pelo próprio Instituto.

²⁸ Parceria com o Núcleo de Estudos e Ação sobre o Menor da PUC-Rio (NEAM/PUC-RIO) – fundado em 1981, pela PUC-Rio - que indica alunos de comunidades para curso de inglês em uma Unidade Específica da Cultura Inglesa, com bolsa integral e material completo durante todos os oito anos do curso, desde que o aluno não fique reprovado. Caso isso ocorra, o mesmo perde o direito à vaga financiada. Ainda, o NEAM oferece cursos gratuitos extracurriculares para jovens de comunidades de capacitação extracurriculares em Introdução à Informática, Photoshop, Microsoft Excel, Introdução à Fotografia, Português; Reciclagem; Ética e Cidadania; entre outros.

permitindo, inclusive, a triangulação dos mesmos com os dados escritos e com as imagens selecionadas. Aspecto esse, fundamental para Portelli (1997), uma vez que tal procedimento facilitou a complementariedade das fontes e alargou nossa compreensão sobre as memórias analisadas, por meio da prova e contraprova.

Para Bosi (1994) as memórias advindas “dessas conversas” ao possibilitarem unir os tempos, coloca a escola na relação com seu passado e presente através das lembranças dos entrevistados. Ou seja, Bosi nos mostrou que os depoimentos - das diretoras da escola, da assessora e das duas coordenadoras – assim como os documentos, por acionarem o passado da EJCB, cumprem o papel de contar uma versão sobre a história da mesma.

Ao mesmo tempo, Almeida (2009) nos chama a atenção para o momento de ativação das memórias dos entrevistados: instante de desencadeamento de tensões – entre o dito e não dito - assentadas em um terreno bastante movediço – lembranças desejadas e indesejadas, que fazem parte da base de qualquer informação, obtida via a história oral (ALMEIDA, 2009).

Nesse campo de tensões, nosso cuidado e, sobretudo, nossa postura ética estiveram muito presentes, pois estávamos nos relacionando com relatos que tocam a existência e a vida de um grupo; memórias que se encontravam cobertas por várias camadas.

Nesse caso, coube-nos estarmos conscientes de que a nossa dissertação constituiu-se de versões sobre a EJCB, contadas por diversos indivíduos, a partir da relação e da experiência de cada um deles com o passado (ALMEIDA, 2009) da escola. Portanto, tivemos presente as possíveis armadilhas entre verdade e ficção, durante a análise das entrevistas. Nesse caso, recorreremos às nossas anotações sobre o comportamento dos informantes - expressão corporal, emoções, silêncios, etc. - (PORTELLI, 1997), no momento em que falavam sobre a memória que tem da EJCB.

Ainda sobre os perigos descritos no parágrafo anterior, Almeida (2009) afirma que a memória, por si só, não pode trazer o conhecimento pleno sobre aquilo que se investiga. Daí ser de extrema importância considerar os conflitos e as tensões das práticas discursivas, pois tendências, como a idealização do

passado, levado a cabo, tanto pelo entrevistado, quanto pelo entrevistador (ALMEIDA, 2009), podem embaçar a investigação do objeto em pauta: a EJC.B.

A análise das fontes sob a ótica acima, evidenciou que a história da escola analisada não se acha solta em um espaço e tempo quaisquer. Mas, ao contrário, encontra-se localizada em um espaço próprio – no interior de um clube de elite carioca que, por sua vez, encontra-se fixado em uma das áreas mais prestigiadas da cidade do Rio de Janeiro – e em um período determinado – 1946/2010 -; aspectos esses que definiram o tipo de narrativa utilizada. Além disso, também é fato que essa história foi construída por sujeitos específicos com lembranças igualmente específicas.

Nesse sentido, a combinação de diferentes procedimentos metodológicos - análise documental (composta por escritos, manuscritos, fotos, etc) e entrevistas – nos permitiu identificar como a EJC.B, apesar das diferentes camadas de sua história, conseguiu apagar uma imagem, tanto subterrânea, quanto assistencialista, para, ao fim, moldar uma representação de si mesma, pautada em uma distinção considerada moderna – meritocrática, privatista e racionalista -, inclusive, por seus mantenedores.

Enfim, nossa intenção foi buscar os principais acontecimentos que pontuaram a construção das peculiaridades dessa escola – por exemplo, escolher atentamente quem serão seus alunos, a partir de 1980; encontrar-se dentro de um clube de grupos elitizados; ter um alto índice de aprovação nos concursos, como por exemplo, o do Colégio Pedro II, o do Colégio de Aplicação da UFRJ e o do Centro Federal de Educação Tecnológica do RJ - que apesar de ter atingido os seus setenta anos, ainda possui pouca visibilidade tanto social quanto acadêmica.

A versão, que produzimos sobre a EJC.B, está organizada em três capítulos seguidos de nossas conclusões. No primeiro capítulo, abordamos, de modo integrado, a história da escola, do clube que a mantém e da cidade, mais especificamente dos bairros que a circundam, a fim de entendermos o modo como a própria EJC.B se constituiu a partir de um *ethos* assistencialista. Destacamos, posteriormente, a transformação desse *ethos* escolar, na medida em que, nos anos 1970, certas mudanças alteraram o perfil pedagógico e administrativo da escola. E, com base em Elias (1994) e Bourdieu (1983), concluimos que essas modificações foram engendradas por indivíduos – diretor

do clube e diretoras da escola, principalmente – que comprometidos com a EJCB, idealizaram-na tomando como inspiração a própria excelência do clube que a mantém.

No segundo capítulo, analisamos as práticas no interior da escola pesquisada, no auge do período do regime civil militar, e apresentamos as culturas que permearam seu interior e as representações que tinha sobre si mesma e sobre a sociedade em questão. Nesse caso, foi central a abordagem sobre as mudanças ocorridas na EJCB, por conta das modificações na estrutura do ensino, no currículo e nos comportamentos devido a promulgação da Lei 5692/71 (CUNHA, 2005). Ainda, nessa sessão, mostramos que a decisão por manter a escola já não é unânime.

E, no último capítulo, apresentamos o resultado das entrevistas. Essa sessão, portanto, analisa os depoimentos que descreveram a concretização de um novo *ethos* de cunho mais privativo, racional e, principalmente meritocrático e que, fundamentalmente, foi consolidado na EJCB a partir da entrada da professora Graça para a direção. Também chama a atenção para a importância do *ethos* familiar para a viabilização desse mesmo projeto na escola.

Além disso, confirma ou põe em dúvida fatos sobre a escola em pauta assim como narram dados e/ou acontecimentos desconhecidos ou que não aparecem nos documentos oficiais da escola.

Conscientes de que a história oral, no trabalho científico, opera com versões, e logo, entende que a concepção de verdade é variável, entendemos que este capítulo é fruto de uma interpretação possível.

CAPÍTULO I

A PEDRA FUNDAMENTAL E A BUSCA POR UMA “EXCELÊNCIA” ESCOLAR

Este capítulo analisa como a EJCB foi paulatinamente construindo seu *ethos* privatista - racional - inspirado na própria excelência do JCB, instituição que a concebeu e a mantém.

Para isso, este texto procurou mostrar em que medida a EJCB e o JCB foram atingidos por uma modernização (LE GOFF, 1992) que acabou por transformar um e outro constitutivamente. Ou seja, buscou-se salientar que se a EJCB abandonou seu *ethos* assistencialista e adotou outro privatista, o JCB, de certo modo, colocou de lado seu espírito aristocrático e, administrativamente, assumiu um estilo mais empresarial e pragmático, uma vez que a própria década de 1970 impôs ao país um rearranjo social, político, econômico e educacional, que irá atingir tanto a escola quanto o clube, como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo. Também foram analisados os efeitos históricos de algumas transformações sociais e espaciais – urbanas e de localização da escola, no interior do clube – que, inclusive, contribuíram para uma análise mais apurada a respeito do perfil, tanto pedagógico quanto, administrativo e arquitetônico da EJCB.

1.1. A memória subterrânea exposta.

O *ethos* privatista da EJCB, tido como “natural”, para os que a administram e a conheceram a partir do século XXI, era impensável em 1946, quando a pedra fundamental da mesma a inaugurou como Jardim de Infância. Isso se explica, porque o modelo adotado nessa instituição a partir de 1970 contrastou com o assistencialista, que a caracterizou por quase três décadas.

Portanto, até o final de 1960, essa instituição foi considerada “Obra de benemerência social” (O JORNAL, 11 de maio de 1955, p.9) pelos grupos políticos, religiosos, militares e da grande imprensa, que simpatizavam com sua política assistencialista/paternalista. Em razão disso, a escola foi palco de acontecimentos, que atraíam várias personalidades que por lá deixavam suas mensagens no Livro de Impressões e Assinaturas da referida instituição escolar. Visitaram-na, por exemplo, o presidente Eurico Gaspar Dutra e o prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, General Mendes de Moraes, ao longo da década de 1940; e o presidente João Fernandes Campos Café Filho, o bispo

do Rio de Janeiro D. José Távora, os Ministros da Educação e do Trabalho, por ocasião da fundação de seu prédio considerado monumental, em 1955.

Alguns desses visitantes, inclusive, possibilitaram que a escola fosse alvo de notícias em alguns jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro:

Figura 1 - Visita do Presidente Gaspar Dutra à Escola do JCB



O EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA GAL. EURICO GASPAR DUTRA E O ILUSTRE PREFEITO DA CIDADE GAL. MENDES DE MORAES VISITARAM O JARDIM DE INFÂNCIA DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO. Precisamente às 8h30 de ontem chegaram ao Hipódromo da Gávea o Exmo. Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra e o Sr. General Mendes de Moraes, Prefeito da Cidade que ali foram visitar o Jardim de Infância que o Jockey Club Brasileiro Mantém com magníficos resultados. O Chefe da Nação e o Prefeito da Cidade foram recebidos pelos diretores da prestigiosa sociedade, Dr. João Borges Filho, presidente; Phitadelpho de Azevedo, vive-presidente; Rubens Maciel, secretário; sr. Manuel Araújo, tesoureiro; drs. Nilo Vasconcellos Velho da Silva e José Bastos Padilha, diretores do Hiódrom; dr. Antonio Farjado e sr. Jesse de Paiva, diretores da sede; [...] além do corpo docente do Jardim de Infância e pelas crianças que ali recebem instrução. [...].

Fonte: A MANHÃ, 10 de dezembro de 1947, p. 10 - Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Ao noticiar que o “Exmo. presidente, general Eurico Gaspar Dutra e o ilustre prefeito da cidade, general Mendes de Moraes visitaram o Jardim de Infância Jockey Club Brasileiro” (JIJCB), a publicação acima mostrou o lugar de destaque ocupado por essa instituição educativa, naquela cena política carioca. Soma-se, ainda, ao “texto verbal” o “não verbal” (MAUAD, 2008, p.25), expressado na fotografia, que além de ter registrado a visita de políticos do primeiro escalão do governo ao JIJCB, revelou a presença: de algumas mulheres esposas dos membros da rede turfista, de professoras do JIJCB e de alunos na foto. Ou seja, as fotografias ao mostrarem as crianças perfiladas abrindo o caminho para as autoridades, não apenas evidenciaram uma homenagem da escola a essas personalidades, mas principalmente expuseram a aliança entre o clube turfista e a política.

Por outro lado, se o jornal A Manhã, assim como a revista Guia Turfista, como veremos ao longo deste trabalho, exibiu a face glamorosa do JIJCB, bem como a benemerência do clube turfista, em fundar um colégio para seus funcionários, também escondeu o que o próprio clube não quis expor: o espaço precário onde os alunos aprendiam, uma vez que a escola até 1955 não possuiu uma sede própria. As aulas, nesse caso, ocorriam ao ar livre, em uma espécie de túnel subterrâneo e até na casa de apostas/galpão, como evidenciam as imagens da Revista da Semana, uma foto atual e a reportagem feita pelo jornal Tribuna da Imprensa, respectivamente:

Figura 2 - Crianças do JIJCB ao ar livre.



Fonte: Revista da Semana, 05 de abril de 1947, p. 45

Figura 3 - Túnel subterrâneo onde as aulas aconteciam, até a construção de uma sede em 1955.



Fonte: ROSALINE ALVES, março de 2017.

Figura 4 - Recortes da reportagem com Galpão/pavilhão onde as crianças também ficaram, seguido do prenúncio da sede a ser inaugurada.

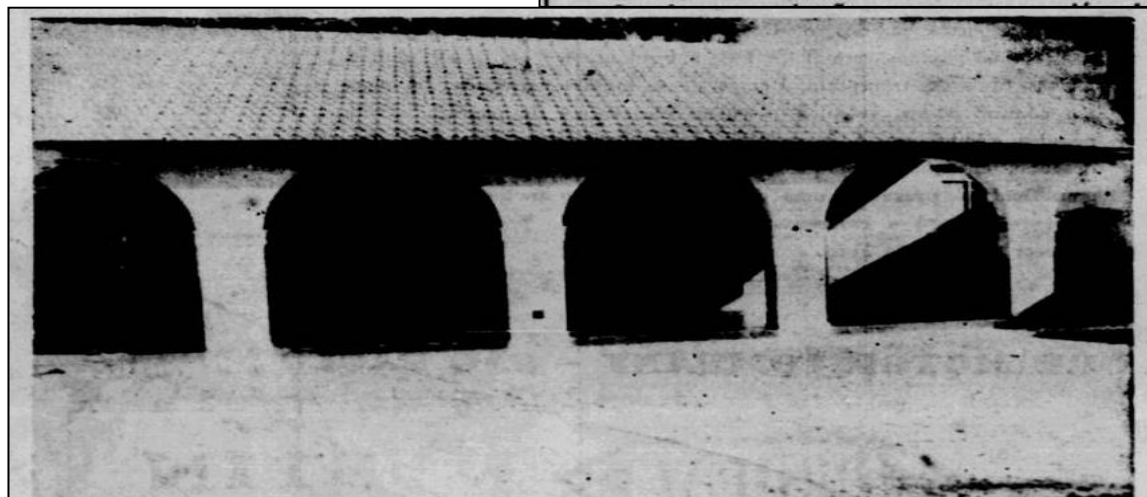
ATIVIDADES DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO

ESCOLA PRIMARIA E JARDIM DE INFANCIA

Espera-se que, até agosto próximo, esteja terminada a obra, quando todos os cursos passarão a funcionar. Comportando 500 crianças, que entrarão com quatro anos de idade, fazendo, portanto, o Curso de Jardim de Infância e todo o Primário, — ter-se-á, assim, completado o plano de dotar o

Jockey Club Brasileiro de um Departamento educativo, em magníficas instalações, com oito salas para aulas, Gabinetes Dentário e Médico, Refeitório, Cozinha, Copa e demais instalações, inclusive dois pátios, um coberto e outro ao ar livre.

Os Cursos serão dirigidos pela Professora Mauricéa Felix da Silva, contando com nove professoras e oito monitoras.



Fonte: TRIBUNA DA IMPRENSA, 31 de março de 1952, p.6.

Portanto, apesar da notoriedade da escola – ser considerada “tão importante obra de benemerência social” (O JORNAL, 11 de maio de 1955, p. 19) – suas condições físicas – sua localização – iniciais, no período de 1946 a 1954, não faziam jus a esse seu reconhecimento, na medida em que o JIJCB existia de modo precário, inadequado e insalubre. Enfim, se o clube e diversos jornais não expuseram as condições da escola pela falta de sede preferindo registrar as crianças brincando, como na figura 2, e as visitas ilustres, o Jornal Tribuna da Imprensa, através da reportagem “Atividades do Jockey Club Brasileiro: Escola Primária e Jardim de Infância” (Figura 4), de certa forma, ousou mostrar as mazelas do colégio quando escreveu sobre a vontade de o clube em construir uma sede própria para o JIJCB. Assim, se por um lado, seu “texto verbal” exaltou o que estava por vir – a inauguração do prédio projetado - por outro, ao publicar a fotografia do primeiro espaço da escola, seu “texto não verbal” expressou a outra face da textualidade desse momento histórico (MAUAD, 2008) da escola, escondida pelo clube.

Entretanto, acreditamos que segundo a perspectiva assistencialista da época, a simples existência da escola já poderia ser considerada motivo de regozijo, uma vez que o que contava era a “preocupação” do clube - tradicional e composto pela elite carioca - com as crianças que ali moravam seja numa espécie de vila para os funcionários do clube, seja nos Parques Proletários do Jardim Botânico, da Gávea e do Leblon²⁹, bairros esses que inicialmente eram compostos por diversas fábricas de tecidos e que durante muitas décadas abrigaram várias famílias, tanto de imigrantes, quanto de migrantes (IPEA, 2016).

Enfim, para nós essa postura foi fruto do que Pollak (1989) chamou de “memória enquadrada” (POLLAK, 1989, p. 6) que, acreditamos, teve a função de esconder as características espaciais do Jardim de Infância em seus

²⁹ Cabe aqui chamar a atenção para o incêndio que em 1969 pôs fim a Favela Praia do Pinto localizada bem no coração do Leblon. Fruto de um confronto entre os moradores e as autoridades políticas que já vislumbravam a década de 1970 como um tempo de mudança para esses bairros, o incêndio pode ser considerado um marco na história desses bairros: a construção de uma nova forma identitária para a região – fim das chácaras, principalmente na Gávea, e das Vilas Proletárias e até de favelas e a construção de condomínios de apartamentos para a alta classe média carioca. Assim, se Botafogo brilhou nos anos 1920 e 1930 com seus casarões que abrigava os barões de café, os anos 1940, 1950 e 1960 vêem nascer a Princesinha do Mar que passa a ser cultuada tanto pela boêmia e intelectualidade carioca quanto pela alta classe média que, finalmente, a partir dos anos 1970 migra para o Leblon, Ipanema, Gávea e Jardim Botânico.

primeiros anos, o que justificaria o fato de a reportagem da figura 2, publicada pela Revista da Semana, apresentar a imagem das crianças apenas ao ar livre; ou seja, uma imagem que não comprometeria a falta de uma sede para a escola.

Logo, o que foi registrado nos jornais, no início da existência do Jardim de Infância, enfocou a elegância e a benemerência da ação educativa/assistencialista do clube; tendo-se todo o cuidado para que o espaço físico da escola - um subterrâneo ou uma casa de apostas -, onde as crianças, de fato, aprendiam a ler e escrever, não fosse fotografado. Ou seja, através de nosso trabalho de pesquisa iconográfica, verificamos que dessa época, apenas, temos ou os registros de cerimônias e comemorações que, na maioria das vezes, ocorreram em alguma dependência do próprio clube, ou os alunos em alguma atividade ao ar livre, conforme foto acima. Logo, concluímos que o que se expunha era basicamente o *glamour* do trabalho educativo/assistencialista do clube com a finalidade explícita de a instituição turfista se promover social e politicamente.

Portanto, essas reportagens numa espécie de propaganda, buscaram chamar a atenção para a participação do clube na vida escolar dos alunos, conforme as duas fotos abaixo:

Figura 5 - Reportagem sobre atividades do JIJC.

JANEIRO-1952 VIDA DOMÉSTICA

O Dr. João Borges Filho, faz a entrega dos prêmios aos que mais se distinguiram.



**OBRA
MERITÓRIA
DO**

JOCKEY CLUB BRASILEIRO



O Dr. João Borges, Presidente do Jockey Club ladeado pelo Dr. Artur Pires, supervisor da Escola, Dr. Leonidas Mendes, e Profe Mauricéa Felix da Silva e cooperadoras da Escola.

Revestiu-se de grande expressão festiva o encerramento do ano letivo da Escola do Jockey Club Brasileiro.

Compareceu, à frente de trezentos alunos, o corpo docente, dessa benemérita Escola.

Presidiu a brilhante solenidade o Dr. João Borges Filho, Presidente do Jockey.

Falou a Profe Mauricéa Felix da Silva diretora do educandário que disse, em bela forma, do mérito daquele estabelecimento que o Jockey Club custeia para educar, gratuitamente, os filhos dos profissionais do Turf.

Após a distribuição de prêmios aos alunos e com a presença do supervisor desse serviço, Dr. Artur Pires e Dr. José Candido de Almeida Reis, diretor do Hipódromo, o Dr. João Borges, louvou o esforço da diretora e de quantos cooperaram nessa grande obra educacional do Jockey Club, encerrou-se a solenidade.





Fonte: VIDA DOMÉSTICA, 1952, p. 23.

Figura 6 - Reportagem que exalta a formalidade e a elegância dada à exposição de trabalhos do JIJC.

A exposição de trabalhos do Jardim da Infância do Jockey Club Brasileiro



Mme. Pôrto da Silveira desamarrando as fitas no momento da inauguração do interessante certame infantil



O Dr. Artur Pires pronunciando o discurso de encerramento dos trabalhos, após a exposição

Como comprovam as ilustrações, acima, o que aparece destacado nos textos visuais (MAUAD in CIVATTA, et al., 2008) das reportagens é a distinção aristocrática do próprio clube, expressada, inclusive, no uso de chapéus³⁰ que compunham o uniforme dos pequenos e na “elegância” dos eventos promovidos. Possivelmente, esse seja o tom das matérias publicadas que, nesse caso, restringiram aos referidos aspectos e não mencionavam outras dificuldades do dia a dia escolar, como por exemplo, as aulas em dias de chuva. Ou seja, acreditamos que essa espécie de “caixa preta” não estava de acordo com o que se pretendia dizer, deixar saber e memorizar (POLLAK, 1989; 1992) sobre a escola.

Portanto, a configuração sócio-espacial (ELIAS, 1994) desse estabelecimento de ensino se formou no interior da comarca de mais de duzentos mil metros quadrados³¹, do JCB³² que, por essa razão, além de ter tornado público apenas os aspectos que quis sobre a escola que mantinha, também permitiu, segundo nossa análise, que esse imbricamento espacial, acabasse por explicitar o caráter de dependência mútua que existiu e continua existindo entre a escola e o clube. Ou ainda, entre os funcionários do clube - operários e cavalariços³³ - e a direção do clube no que se refere aos filhos daqueles, uma vez que famílias de boa parte desses empregados moravam em uma vila no interior do JCB³⁴ como já sinalizado anteriormente.

Assim, é fato que a fundação do JIJC em 1946 deveu-se a essa ocorrência: atender aos filhos dos funcionários do JCB que permaneciam soltos pelas vilas dos funcionários no interior do clube (LIVRO HISTÓRICO DA EJC. 1956 – 1994).

Entretanto, também é verdade que se as razões da existência do Jardim de Infância não foram tão glamorosas, assim como a sua própria localização

³⁰ O uso de chapéus simbolizava uma marca de identidade nobre, principalmente nos eventos do Grande Prêmio Brasil, realizados pelo Jockey Club Brasileiro.

³¹ Se estiver lendo na tela de computador, concomitantemente, pressione a tecla Ctrl e clique no endereço do hiperlink, abaixo, para visualizar o espaço do JCB (Ctrl + clique): <file:///C:/Users/Rosaline/Videos/Jockey%20Club%20Brasileiro,%20uma%20vista%20de%20tira%20o%20fôlego!%5b1%5d.mp4> - Acesso em 28 de março de 2017.

Obs. Se estiver lendo na versão impressa, copie e cole o hiperlink na barra de endereços de sua máquina.

³² Com um terreno de grande extensão, seiscentos e quarenta mil metros quadrados, o clube se encontra localizado em parte dos bairros do Leblon, Lagoa, Gávea e Jardim Botânico, área que a partir dos anos 1970 transformou-se em uma localidade nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro.

³³ Operário contratado para cuidar da higiene e da alimentação do cavalo.

³⁴ Dados extraídos das Fichas dos matriculados na década de 1940 – acervo da escola.

inicial – um subterrâneo -, o JCB, conforme já exposto acima, tratou, através, inclusive, da imprensa de mostrar esse feito como fruto de sua “obra de benemerência social”³⁵.

Dona Marília Gonçalves, professora do Jardim de Infância, em 1951, segundo nossa pesquisa, será, por fim, a grande responsável por proferir no interior da escola, pela primeira vez, algumas palavras que determinadas fotografias já haviam mostrado. Mas, se seu discurso anunciando a construção da escola acionou esse “mal do passado” (POLLAK, 1988, p.10), quebrando o silêncio mantido por anos, também afirmou que essa obra pressupôs que a casa de apostas seria transformada aos poucos em uma casa de sabedoria:

[.] fui convidada a comparecer no Hipódromo, para estudar, a possibilidade de organizar uma escola, que seria mantida por essa prestigiosa entidade. Confesso-vos que a princípio estranhei tal idéia, e, se não fora a certeza de que não estava sonhando e sim, pisando, fortemente o chão, eu julgaria estar num destes lugares, onde somente em lindos sonhos os achamos. Fui conduzida ao local onde deveria funcionar o colégio. Parei estática e obumbrada! O lugar, como é até hoje, não podia ser mais panteístico, nem sonhador, mas o prédio destinado à escola não me agradou. Era uma casa de apostas!

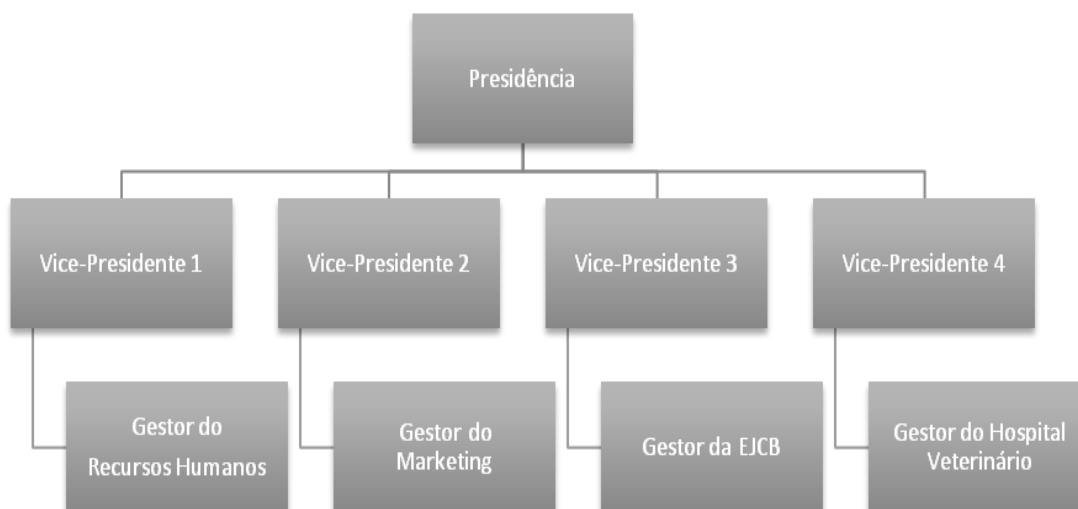
Pensei comigo, Sócrates adorava a natureza e ministrava aos seus discípulos suas sábias idéias, em lugares onde a natureza era o único cenário. E, assim foi. Primeiramente funcionamos ao ar livre, com um grupo de 60 crianças. Depois, por encanto àquela casa de apostas foi transformada aos poucos em casa de sabedoria. [...] (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 de agosto de 1951, p. 5).

Enfim, se o discurso acima apenas reafirma nossas considerações, ao apontar para o fato de que as atividades do JIJCB foram iniciadas em espaços de improviso (FARIA FILHO; VIDAL, 2000), isto é, “ao ar livre” - na verdade, em um subterrâneo - [...], onde “a natureza era o único cenário” -, vale aqui ressaltar que o que o clube quis, de fato, foi registrar e fixar como memória (POLLAK, 1989) a imagem do JIJCB como um “santuário” que desde seu início encontrava-se vinculado ao clube.

Vínculo esse que pode ser entendido a partir do organograma abaixo que, nesse caso, nos mostra que a escola compõe um setor do clube assim como outro qualquer:

³⁵ No entanto, vale mencionar, ainda que não discorramos sobre, que o clube promotor do Jardim de Infância também era visto como “a desgraça” por parte daqueles que criticavam as consequências do jogo de azar, principalmente para os setores desfavorecidos economicamente. Possivelmente, a escola mantida pelo clube também servia como justificativa para atenuar essa questão.

Figura 7 - Ilustração do Organograma hierárquico do JCB.



Fonte: Produzido por ROSALINE ALVES, dezembro de 2017.

Como visto, a escola pesquisada encontra-se submetida à estrutura organizacional do JCB, assim como todos seus outros departamentos. Ou seja, a administração do JIJCB tal como o setor de marketing, de corridas, de recursos humanos, entre outros, sempre possuiu um membro da presidência do turfe: um vice-presidente³⁶, que, por sua vez tem por função delegar/contratar um gestor (diretor) para a escola, como fazem os outros vice-presidentes dos demais setores da empresa nos departamentos que lhe competem.

1.2. Finalmente, uma edificação apropriada.

A inauguração da sede da Escola do Jockey, em 1955 nove anos após a sua criação, permitiu que a mesma usufrísse de um espaço próprio, dentro do clube aristocrático que a fundou e a mantém. Esse tipo de configuração, formada por um espaço que habita outro, dentro do hipódromo, já ocorria por conta, tanto da existência do espaço improvisado do JIJCB, quanto da presença das vilas residenciais em que viviam os funcionários do clube com suas famílias (ROCHA, 2011).

³⁶ A hierarquia da Diretoria do clube é composta por um presidente e vários vice-presidentes.

A novidade, trazida pela inauguração da sede, está na formalização da existência de uma instituição educacional, dentro do clube aristocrático, de modo a colocar em relação funcional (ELIAS, 1994) duas realidades distintas, uma vez que deu margem para que os filhos dos funcionários saíssem de seu isolamento espacial – as vilas onde moravam e o subterrâneo onde estudavam – e passassem a usufruir de toda a grandeza arquitetônica e espacial, tanto do clube – jardins bem cuidados, prédio imponente do clube, (CARVALHO, N. 1998) que lembra os palácios parisienses –, quanto da escola. Ou seja, a partir desse momento o clube permitiu que essas crianças, acostumadas a espaços minúsculos, saíssem de seu confinamento – escolar e familiar – e passassem a conviver com espaços grandiosos, possibilitando que essa experiência marcasse as suas identidades escolares (PINÇON; CHARLOT, 2002). Aspecto esse relevante para nossa hipótese no que se refere ao tipo de escolarização de “excelência” promovido pelo clube.

Portanto, se as moradias dos trabalhadores que residiam nas vilas do clube se constituíam em espaços pequenos e precários (ROCHA, 2011), assim como o primeiro espaço do JIJC, realidade, inclusive, evidenciada pelo Jornal Tribuna da Imprensa (figura 4), a condição da sede da escola recém-construída permitiria que os pequenos, filhos dos funcionários do clube, tivessem a oportunidade de viver outra experiência: circular por espaços largos e grandiosos que desconheciam e usufruir de um espaço escolar bastante privilegiado espacialmente.

A reportagem abaixo, inclusive, ilustra o quanto a escola era bem equipada para a época. Com o título “Filhos de funcionários do Jockey Club Brasileiro possuem a mais moderna escola primária carioca” o artigo afirma:

Localizado à Rua Bartolomeu Mitre, 1110, o conjunto educacional de grande beleza arquitetônica e funcional obedece aos mais rigorosos preceitos da pedagogia moderna. [...] A localização esplendida possibilita o fácil acesso dos alunos, ocupando uma área de 4.500 metros quadrados, o prédio está dividido em dois pavimentos. No primeiro andar, além da sala do supervisor [vice-presidente], sala da diretoria, gabinete dentário, seis salas de aula, sala de banho para Educação Física, duas salas com lavatórios e “toilettes” para as crianças, [...] um magnífico auditório de estilo moderníssimo, que recebe confortavelmente mais de 600 pessoas. Ainda no primeiro andar, a cozinha da escola, construída dentro das mais rígidas normas da técnica moderna, [...] ressalta-se também [...] uma enorme copa, onde além das instalações de água quente e fria, [...] uma torneira de água gelada. Mais adiante, ainda no primeiro andar, encontra-se a sala de música. Na parte central do edifício está

localizado o majestoso ginásio de basquete-ball, totalmente coberto. [...] O ginásio uns dos maiores, existentes na Zona Sul da cidade, já foi palco de grandes competições esportivas dos alunos [...]. No refeitório, mesas fórmicas, distribuídas em filas por um vasto salão. No segundo pavimento, [...] a biblioteca [...], um pequeno museu vivo sendo organizado [...]. Também no segundo pavimento estão o almoxarifado, a administração, a rouparia e o depósito [...] (CORREIO DE MANHÃ, 23 de abril de 1958, p. 9).

Além disso, a descrição - “a maioria desses meninos, desconhecia o que seja limpeza corporal. Aqui recebem mais esse benefício, que procuramos estender aos seus lares, mediante conselhos aos pais” (REVISTA DA SEMANA, 1946, p. 49) – feita por outra reportagem evidenciou que se as crianças inicialmente não desfrutavam de espaços saudáveis na escola – um subterrâneo – tampouco, usufruíam de condições adequadas em suas casas. Entretanto, se a configuração familiar – “condições e disposições econômicas [e] as formas familiares de investimentos pedagógicos” (LAHIRE, 1997, páginas 24 e 27) - pouco mudou, impondo às crianças um estilo de vida oriundo de sua situação historicamente empobrecida – espaços diminutos e pouca estrutura sanitária e elétrica -, a inauguração de um prédio próprio, por outro lado, implicou a constituição de uma configuração escolar (IDEM) que, com certeza, permitiria que essas mesmas crianças internalizassem novos hábitos, por exemplo, de higiene, e construíssem mais à frente uma identidade escolar pautada pela “excelência” almejada, segundo o augúrio do clube.

Nesse caso, ainda que sob o signo do *ethos* assistencialista, pareceu que a escola profetizou seu futuro: a formação de uma “elite” escolar nos meios populares (LAHIRE, 1997), conforme abordaremos no capítulo três.

1.2.1. Dois aspectos legais: a garantia da continuidade da escola.

Além do narrado até aqui, dois aspectos bastante relevantes somaram-se à criação e à manutenção da escola do JCB. Ou seja, se o pretexto imediato para a sua inauguração, em 1946, foi o de ocupar os filhos dos funcionários do clube que ali moravam e brincavam, em 1955, com a construção de uma sede própria, duas razões legais trataram de garantir vida longa para a escola.

Sua história, portanto, não irá depender mais apenas da vontade benemerente do clube, uma vez que essa agremiação também passou a se

beneficiar da existência da escola, na medida em que através dela pôde cumprir com dois novos dispositivos legais promulgados, ainda, em 1946.

O primeiro deles refere-se à resolução federal que determina a proibição de jogo de azar no país, implantada durante o governo de Gaspar Dutra³⁷, pela força do decreto-lei 9.215 de 30 de abril de 1946. Nesse caso, o discurso pronunciado, por um membro da rede turfista, na ocasião da visita do próprio Presidente Gaspar Dutra ao Jardim de Infância do Jockey nos mostrou explicitamente como a escola pode ser útil ao clube – possivelmente, a importância de se realizar atividades assistencialistas também servia para “legalizar” uma prática ilegal, o jogo de azar:

O Jockey Club Brasileiro aplica as percentagens [no Jardim de Infância], que semanalmente, recolhe do movimento das apostas. Aquelas percentagens não se esvaem em aplicações estéreis, como tudo que vem do azar. Não ao lado do engrandecimento material [referindo-se ao Jardim de Infância e às outras práticas assistenciais] deste Hipódromo, que aos poucos vai atingindo a certo grau de perfeição [...] (O JORNAL, 28 de setembro de 1946 p.7).

O outro aspecto legal traz à baila a exigência de que toda empresa, com mais de cem funcionários, mantivesse uma escola para os filhos de seus contratados ou pagasse o salário educação, conforme o artigo 178, inciso II da Constituição de 1946, aspecto esse que implicou diretamente o JCB, uma vez que naquela época possuía um número de funcionários superior a cem. Nesse caso, a existência da escola já garantia ao clube o cumprimento desse preceito legal.

Apesar desta pesquisa não ter se aprofundando nesses dois aspectos legais, por conta de seu limite de tempo, é importante trazê-los à tona, uma vez que demonstraram que a manutenção da escola, para além de seu espaço de improvisado, deveu-se a uma dependência recíproca (ELIAS, 1994) entre escola e clube. Ou seja, vínculos legais e políticos, em última instância, sustentaram essa ligação, na medida em que, por exemplo, através da instituição educativa em questão, o clube conseguiu corresponder às exigências da lei.

Portanto, foi por meio da construção de uma sede própria em 1955 que a escola, ainda sob a égide assistencialista garantiu a sua existência e rumou

³⁷ O presidente Jânio Quadros, na década de 1960, limitou as corridas de cavalos aos finais de semana, no entanto, essa determinação em nada interferiu no funcionamento da escola, conforme mostraremos no decorrer desta dissertação.

em direção a sua “excelência” escolar; mesmo que essas razões iniciais não tenham sido pedagógicas, mas políticas e legais.

1.2.2. A fabricação de um projeto escolar monumental.

O Livro de Ocorrência Histórica, do acervo da instituição analisada, inclusive, tratou de registrar a edificação da sede para o estabelecimento de ensino em questão. Construção essa que viria a ser o cenário de representação (ESCOLANO BENITO, 2000) do *ethos* assistencialista do Jardim de Infância e Escola Primária Jockey Club Brasileiro (JIEPJCB), nome adotado pela instituição a partir da construção da referida sede, em 1955.

Tal empreendimento conferiu-lhe culturas escolares (ESCOLANO, 2000; JULIA, 2001; VIDAL, 2005) e uma identidade própria, a fim de que deixasse de lado seus espaços de improviso e sua antiga denominação – Jardim de Infância Jockey Club Brasileiro – e transformasse sua precariedade que, inclusive, tornava a ação assistencialista do clube um tanto sombria, em algo sólido e imponente, na medida em que seu edifício passou a ter uma arquitetura similar ao do clube – espaços grandiosos e estilo eclético com colunas gregas e vidraças.

Desse modo, a escola deixou de “ter como [principal] cenário a natureza”, para possuir a um lugar dotado: [...] “de significaciones, esto es, como un orden conformado a reglas y formas que comportan [su] sentido y que por consiguiente transmiten, através de su semántica y de las metáforas y los signos en que se expresa, una determinada cultura [...] (ESCOLANO BENITO, 2000, p. 2).

Entendemos, portanto, os nove anos que antecederam a construção de uma sede própria, como o prelúdio da imagem e das culturas escolares a serem construídas. Ou seja, como um momento que se caracterizou por inúmeras prefações alardeadas já de antemão: como trombetas ao vento, tanto pelo clube, quanto por alguns jornais³⁸ da época, que passaram a anunciar o que estava por vir: a “nova escola do Jockey Club Brasileiro” (JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 11 de maio 1955, p. 6).

³⁸ Como o Globo, o Jornal do Brasil e o Diário de Notícias.

De modo a fazer com que a chegada desse novo fato marcasse na história da escola e da cidade uma memória constituidora de forte identidade (POLLAK, 1989), a imprensa, logo, tratou de registrar tal acontecimento, publicando as impressões dos governantes que enxergaram na inauguração da escola um exemplo a ser seguido:

Exemplo que deveria ser seguido por outras instituições. [e] Padrão do que melhor possa ser feito pelo governo municipal - Palavras do Presidente da República e do Prefeito do Distrito Federal, por ocasião da inauguração das novas instalações da Escola do Jockey Club Brasileiro - Expressões do Ministro do Trabalho - Benção do Bispo Auxiliar D. José Távora, representante de V. Em^a. o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara - Nota Pitoresca - Pessoas presentes - Outras notas (NOTA CARIOCA, 1955, p. 8).

Várias outras reportagens registraram a inauguração da escola como um marco na história da cidade e do país. Suas manchetes disseram: “Filhos dos Funcionários do Jockey Club Brasileiro possuem a mais moderna escola Primária carioca” (CORREIO DA MANHÃ, 22 de abril de 1958, p. 9); “Obra Social que é um orgulho para o país. Inaugurada ontem, pelo Presidente da República, o novo prédio da Escola do Jockey Club Brasileiro” (Correio da Manhã, 11 de abril de 1955, p. 3). As reportagens abaixo também expressaram o impacto da inauguração da escola na imprensa:

Figura 8 - Trecho da reportagem que registra que o JIEPJCB enriqueceu a cidade.

A Cidade Maravilhosa enriqueceu-se, na magnífica manhã de 10 de maio p. p., com a inauguração da nova Escola do Jockey Club Brasileiro, uma das mais importantes, senão a mais bem construída, nesta capital, pois que, na sua estrutura nota-se o desvelo com que foi orientada a sua construção, no sentido humano de bem servir e proteger a infância [...].

Fonte: VIDA DOMÉSTICA, junho de 1955, p 28.

Figura 9 - Título da reportagem que aponta o JIEPJCB como marco na história da cidade.



Fonte: REVISTA DO TURFE, maio de 1955, página não identificada.

Assim, a sede recém-construída conferiu um novo tempo e espaço à escola que pode remodelar sua vida e forma escolar (VICENTE; LAHIRE; THIN, 2011), garantindo que suas práticas, inclusive, ultrapassassem os muros escolares, como mostraremos no terceiro capítulo.

Além disso, sua textualidade monumental somou-se a imagem de uma das avenidas mais movimentadas do bairro da Leblon que cortada pelos trilhos do bonde, ainda, tinha como vizinho o Miguel Couto, importante hospital da cidade, inaugurado na década de 1930.

Inclusive, até a década de 1980, alguns de seus médicos sistematicamente almoçavam na escola – às vezes almoços regados a vinhos e bacalhau (Informação obtida pela Entrevista com Diretora Antônia, que atuou na escola na década de 1980 – parte anotada, não gravada, por solicitação da informante) –; fato esse que revelou a relação íntima do clube com várias instâncias da cidade, bem como com um tipo de prática que o *ethos* privatista custou para exterminar, como discutiremos no capítulo terceiro.

Assim, em 1955, a escola emergiu da insalubridade subterrânea alagada pelas chuvas³⁹ - “ar livre”, eufemismo utilizado que escondia sua realidade dos primeiros anos - para a avenida larga e de paralelepípedo do bairro do Leblon. Passou a ter um prédio, cuja construção “constituiu acontecimento marcante na vida da cidade” (DIÁRIO DA NOITE, 11 de maio de 1955, p.17), de modo a lembrar as instituições denominadas monumentais, por Filho e Vidal (2000), quando descrevem as escolas construídas pelo governo no final do século XIX, com intuito de impor sua distinção. Pois, conforme nosso modo de interpretar, apesar de esta escola não ter sido construída pelo poder público, a analogia aqui nos pareceu pertinente, uma vez que a grandiosidade arquitetônica do clube mantenedor da escola se estendeu à mesma, imprimindo-lhe a identidade aristocrática espacial do próprio JCB:

Figura 10 - Frente da EJCB e seus alunos em 1955.



Fonte: Arquivo fotográfico da EJCB.

Além disso, o clube por meio de seu vice-presidente educacional - organograma da figura 7 - ao incentivar a prática assistencialista fez emergir no JIEPJCB tipos culturas escolares que, segundo nossa hipótese, expressavam o desejo de o JCB imprimir na escola a sua marca aristocrática e monumental.

³⁹ Em diálogo ocasional com uma ex-aluna do tempo em que a escola funcionava ao ar livre, ela recordou os inconvenientes por conta dos dias de chuva.

Tal fato, inclusive, para nós, solidificou sua identidade escolar, que foi pautada por uma cultura política (RIDENTI, 2003) que, ainda, se encontrava de acordo com as ideologias⁴⁰ da rede turfista.

A afirmação de sua existência por meio de sua sede, portanto, ampliou o número de funcionários do JIEPJCB, que passou a ter mais de duzentos empregados em várias novas funções: farmacêutico, cozinheiro-chefe, encarregada de dispensa, operador de máquina de cinema, contínuo e psicólogo.

Todo esse grupo de pessoas, de fato, transformou a escola em uma instituição *sui generis*, na medida em que psicólogo, cozinheiro-chefe, farmacêutico, operador de cinema, encarregada de dispensa, médico, dentista e contínuo, não eram encontrados em escolas públicas, quiçá em escolas privadas de grupos elitizados.

Cabe aqui, mais uma vez o registro: já nos anos 1950 percebeu-se a existência de certas características da educação escolar de filhos de famílias abastadas e tradicionais na escola pesquisada. E, por conta dessa peculiaridade, vários jornais da época se interessaram em fiar no mundo (THOMPSON, 1998) carioca o movimento cotidiano dessa instituição. Desde atividades simples, como início ou encerramento do ano letivo até a visita do Presidente interino da República Café Filho, do Prefeito Alim Pedro, do Bispo D. Távora, entre outros que foram noticiadas pela imprensa carioca (JORNAL ÚLTIMA HORA, 11 de maio de 1955, p.9; JORNAL TRUBUNA DA IMPRENSA, 11 de maio de 1955, p. 6; entre outros).

Vale, ainda, salientar que os discursos dos visitantes da escola publicados nos periódicos evidenciaram as “práticas sociais historicamente datadas” (MELO, 2005), produzidas pela escola, bem como também expressavam o contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro daquele período.

Também, é importante pontuar que o marco arquitetônico, representado pelo novo prédio da escola, implicou em mudanças legais. Pois, a prática social expressada em sua lei (FARIA FILHO, 1998), após a inauguração do edifício, além do assistencialismo, que já era a principal característica de seus feitos, oficializou certas práticas escolares e culturais, de modo que a escolarização

⁴⁰ Configuração social por meio de coerção (ELIAS, 1994) ideológica/ discurso que leva a interiorização de valores propagados.

do JIEPJCB se assemelhasse à “dos filhos dos chefes” (PINÇON; CHARLOT, 2002).

Nesse caso, a escola do JCB propiciou, entre outros aspectos, a estadia dos alunos atendidos em ambientes incomuns aos de seu cotidiano familiar. Ou seja, passaram a ter acesso a espaços característicos aos da escolarização dos “filhos das famílias abastadas e tradicionais” (PINÇON; CHARLOT, 2002). Exemplo disso pode ser verificado através do quadro a seguir que nos oferece uma noção das áreas das salas de aula construídas:

Tabela 2 - Metragem das salas de aula.

Sala	Área	Sala	Área
07	54m ²	12	48m ²
9	54m ²	14	60m ²
11	54m ²	16	60m ²
04	54m ²	18	60m ²
06	51m ²	20	60m ²
08	54m ²	22	55,35m ²
10	54m ²	21	43,2m ²

Fonte: Pasta de registros, 21 de maio de 1973, sem número de página.

E além de salas espaçosas, as instalações também eram “magníficas [e] dispunham de quadras de futebol e de basquete, de pátio externo, de *play ground* e de pátio interno” (O JORNAL, 11 de maio de 1955, p. 7, 2ª seção); e, ainda, de sala de cinema/teatro, farmácia, gabinetes médico e odontológico e refeitório. Portanto, essa base material (WERLE, BRITO & COLAU) planejada para a sede da escola marcou um novo tempo histórico, em sua trajetória.

Além disso, pelo fato de a escola encontrar-se dentro do terreno do clube, a área verde e territorial do mesmo, vale novamente ressaltar, permitia que os estudantes tivessem seu dia a dia escolar marcado pela largueza dos espaços, aspecto relevante para Pinçon e Charlot (2002) quando analisam as identidades estudantis dos filhos da “elite” francesa.

Nessa nova etapa da escola inúmeras atividades foram desenvolvidas permitindo que seu alunado se acostumasse com um cotidiano escolar bastante diferenciado. E além das comemorações cívicas - que consistiam em desfiles, palestras e proclamações de hinos patrióticos -, e das dramatizações - que faziam menção aos hábitos e às culturas do tempo imperial -, o balé, a ginástica olímpica e o canto orfeônico⁴¹, compuseram parte do programa dos alunos da escola.

Aqui cabem duas considerações. A primeira delas é que partimos da premissa que o clube quis ver na escola uma extensão de seu *ethos* aristocrático, pois, acreditamos que, afinal de contas, para seus dirigentes, a escola é parte constitutiva do clube e, nesse caso, não conseguiam conceber algo para o estabelecimento de ensino ali construído, que destoasse de seus princípios, ainda mais, que escola se encontrava no interior de seus próprios muros. Além disso, havia a possibilidade de por meio dessa prática escolar, o clube aumentar seu capital social e político (BOURDIEU, 1983) perante a sociedade carioca.

Portanto, as reportagens abaixo comprovam que o *ethos* assistencialista da escola pressupunha escolarizar os filhos dos funcionários do JIEPJCB segundo um modelo “aristocrático⁴²”, uma vez que um clube também aristocrático apenas poderia oferecer uma educação do tipo “aristocrática”. As imagens abaixo falam por si só: expõem práticas culturais que se encontram ancoradas em uma cultura de origem europeia, bastante apartada da realidade dos alunos. Mas que quando repetidamente ensinadas acabam por ser incorporadas pelos discentes em sua identidade social (BOURDIEU, 1983). Ou

⁴¹ Apesar de o Canto orfeônico ter sido determinado como disciplina obrigatória - Reforma Capanema/ decreto n. 24.794, de 14 de julho de 1934, esfera federal, no período referido acima, essa obrigatoriedade já não se encontrava em vigor. Logo, o fato da escola analisada manter o ensino de Canto Orfeônico demonstrou a nosso ver certa peculiaridade.

⁴² Modelo pautado nos ideais do grupo mantenedor da escola, ver nora de número 60.

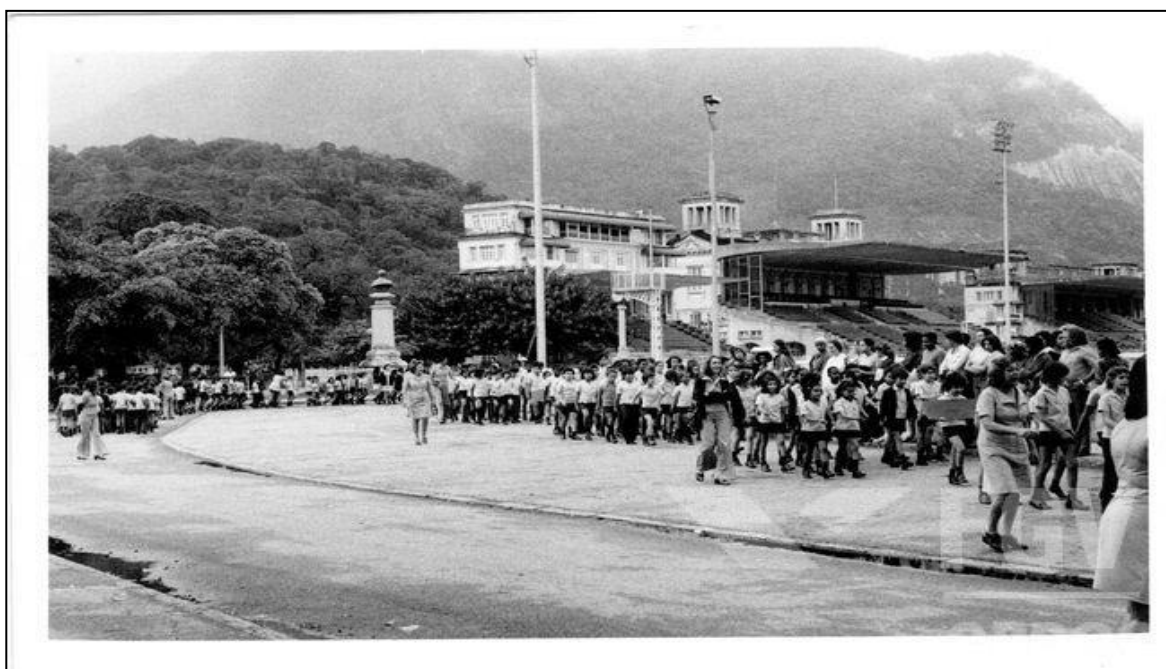
seja, eram assimiladas via um processo de individualização do sujeito, a partir de ações pedagógicas produzidas pela escola do Jockey:

Figura 11 - Apresentação de dança.



Fonte: Álbum fotográfico da escola.

Figura 12 - Alunos em atividade cívica.



Fonte: Arquivo FGV, classificação 131, data provável entre 1966 e 1976, foto 4.

Figura 13 - Apresentação Teatral dos alunos.



Figura 14 - Apresentação da classe de balé do JIEPJCB.

Fonte: Álbum Fotográfico do Arquivo da EICB, 1956.



Fonte: Álbum Fotográfico do Arquivo da EICB, 1957.

Figura 15 - Apresentação de canto Orfeônico.



Fonte: Álbum de Reportagens Históricas da EJC, 1959.

Figura 16 - Evento de ginástica entre outros no Encerramento Letivo.



Fonte: REVISTA DA SEMANA, 03 de janeiro de 1959, p. 43.

Cada uma das reportagens, portanto, é exemplo dos tipos de culturas escolares (VIDAL, 2005) que a rede turfista através de sua escola produzia em seu interior. Balé, canto orfeônico – como já dito, em 1960 já não compunha o grupo de disciplinas obrigatórias, no entanto o JCB manteve-o no currículo de sua escola -, teatro e ginástica olímpica, por exemplo, demonstraram o tipo de *habitus* (BOURDIEU, 1983) que as crianças incorporavam tornando-os seus.

Mais tarde, inclusive, essa assimilação, implicou cognitivamente em determinado capital cultural, (BOURDIEU,1983), que resultou na trajetória escolar propedêutica de vários alunos, conforme demonstraremos no segundo e no terceiro capítulo.

Por outro lado, vale salientar que se nas imagens acima poucos alunos negros aparecem em certas atividades culturais, tais como balé, apresentações teatrais e ginásticas, esses irão estar mais presentes nas fotos que contemplavam atividades coletivas de cunho cívico ou religioso, como coral e Primeira Eucaristia. Mas, acima de tudo, pudemos perceber a incidência, majoritária, desses alunos em atividades de menos *glamour* ou em situações de atendimento médico. Essa composição, segundo nossa hipótese, expressaria a ausência de representatividade dos alunos negros nas atividades consideradas de destaque, apesar de uma foto de uma das turmas ter mostrado que o quantitativo desses alunos era expressivo;

Figura 17 - Apresentação Teatral dos alunos.



Fonte: Álbum de Reportagens Históricas da EJC, 1956.

Figura 18 - Apresentação Teatral.



Fonte: Álbum de Reportagens Históricas da EJC, 1956.

Figura 19 - Alunos esperando para exame de radiográfico.



Fonte: Álbum de Reportagens Históricas da EJC, 1956.



Fonte: Fonte: Álbum de Reportagens Históricas da EJC, 1957.

Vale a ressalva que o tempo histórico aqui descrito refere-se aos anos 1950, período em que as camadas mais empobrecidas da sociedade encontravam-se ainda em uma posição muito mais fixada a sua “origem social” e, sobretudo, em um contexto em que a discussão étnica (GONÇALVES e SILVA, 2000) ainda caminhava em direção ao respaldo legal conquistado a partir dos anos de 1980/90 (GOMES, 2006).

1.2.3. Consolidação e crise do *ethos* assistencialista.

Se por um lado a escola produziu um tipo de atividade escolar muito distante da realidade social e familiar de seu público, conforme descrito acima, a cultura assistencialista, a seu modo, também buscou transformar essa mesma realidade familiar e social dos alunos. Por meio de instalações condignas a escola voltou-se, para a higienização e para a nutrição saudável, na medida em que seu prédio monumental permitiu a construção de toda uma série de salas voltadas para esse fim: gabinetes médico e dentário, posto farmacêutico, salão de cabeleireiro/barbeiro, salas de banho masculino e feminino, unidade móvel de serviço de radiografia, cozinha ampla e refeitório com 400 lugares.

As ações de cunho assistencialista, adotadas pela escola foram exaltadas por uma parcela dos membros do clube, que ainda enfatizou a necessidade dela própria ser a norteadora da nação:

No domínio das relações humanas, o Jockey Club Brasileiro assinala hoje um marco decisivo. A inauguração da nova escola, que lhe traz o nome, é um vínculo definitivo entre a instituição e as conquistas sociais. As agremiações turfistas atravessam importante fase de profundas mudanças de orientação, em que se afirmam os princípios liberais, conduzindo os povos livres aos seus grandes destinos (JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 11 de maio de 1955, p.6).

Portanto, a mudança de orientação do JCB, no que se referiu à escola, implicou a consolidação de um trabalho social que visou à produção de certas práticas - fornecimento de material escolar, uniformes, alimentação; atendimento médico e dentário, financiamento de tratamentos e/ou internação hospitalar, se necessário; serviço de higienização e cortes de cabelos (CORREIO DA MANHÃ, 21 de abril de 1956) - que segundo Sposati (2004) e Ferreira (2009) se destacavam pela ótica de benfeitoria e/ou de sacerdócio. Tais características ficaram mais visíveis, quando a escola descreveu a clientela atendida da seguinte forma:

Essas criancinhas que, até há pouco viviam em ambientes de péssimas condições materiais, tem progredido no seu desenvolvimento quer material quer cultural. Essas pequenas almas, que fogem diariamente a um ambiente pouco confortável, apresentam, hora a hora, melhorias acentuadas em suas maneiras sociais e aumento gradativo no peso, como acusa a ficha médica rigorosamente controlada (REVISTA DA SEMANA, 05 de abril de 1947, p.46).

Isto dá trabalho. Muito trabalho e preocupações. Mas acredite que nos faz um bem enorme esse sacerdócio. Fora daqui, onde estariam agora essas crianças? Quase todos os filhos de pais pobres sem a assistência que o Estado lhes deveria proporcionar, encontraram nisto o refúgio e o amparo que as leis não lhes concedem (Revista da Semana, 05 de abril de 1947, p.46).

O segundo trecho da citação deixa claro que as práticas empreendidas eram vistas como uma missão, um sacerdócio, que, de certa forma, visava o desenvolvimento de um tipo de nação - uma república organizada sob a ótica tradicionalista.

Entretanto, a escola ao mesmo tempo em que era administrada segundo essa forte perspectiva assistencialista, igualmente possuía como uma de suas

marcas uma distinção que a transformara em “uma espécie de escola de luxo” (LEITE FILHO, 2008, p. 190). Ou seja, um tipo de estabelecimento que se distinguia das creches, instituições da época, geralmente, destinadas às crianças oriundas de famílias empobrecidas (LEITE FILHO, 2008) e dos asilos e internatos, reservadas às crianças em situação de extremo empobrecimento (RIZZINI, 2004).

Portanto, o decurso, traçado pela escola analisada, permitiu às crianças novas formas de se relacionar com e na sociedade, as quais estavam de acordo com o modelo que definia o aluno de uma escola de grupos historicamente enriquecidos (PINÇON. M. e PINÇON-CHARLOT, 2002) e o “indivíduo moderno” (OLIVEIRA, 2000, p.140), daquele contexto, conforme nossa análise. E segundo Paulillo e Silva (2012) se o objetivo central dessa construção de códigos e de comportamentos, adotado pela escola era ensinar os alunos a se refutarem das condutas consideradas impróprias de acordo com os ditames da sociedade dita civilizada, o trabalho pedagógico ora implementado encontrava-se ancorado em tipos de culturas que privilegiavam hábitos, comportamentos e atitudes que os responsáveis pela escola definiam como legítimos (BOURDIEU, 1983) – cultura européia.

Neste cenário, se os altos índices de analfabetismo⁴³ e desnutrição, por exemplo, eram incompatíveis com a modernização que se pretendia, o JIEPJCB era reportado como uma “belíssima cruzada social do Jockey Club Brasileiro” (REVISTA GUIA TURFISTA, maio de 1955, página não identificada), provavelmente por conta da sua sintonia com o projeto de nação, descrito acima.

Portanto, nessa configuração, que entremeava cidade, clube e escola, podemos afirmar que o assistencialismo praticado pela instituição também implicava escolarizar.

Esses anos de fartura e de crença no modelo adotado, porém, não se sustentaram na década a seguir. A crise financeira vivenciada pelo clube no fim de 1960 e ao longo da década de 1970 e que, vale lembrar, não ocorreu desconectada da recessão que assolava o país (PRADO; EARP, 2003), acabou por afetar os gastos do clube com a escola. Assim, ao revisar seu

⁴³ Na década de 1940, o número de pessoas analfabetas, a partir de 15 anos, no Brasil, era de treze milhões e duzentos e sessenta e nove mil em uma sociedade de pouco mais de vinte e três milhões de habitantes (IBGE).

papel, a escola para se adaptar aos novos tempos que avassalavam o Brasil foi obrigada a propor diversas alterações em seu cotidiano escolar.

A primeira delas ancorou-se nas próprias modificações que ocorreram, durante a década de 1970, no país e que direta ou indiretamente afetaram, seja a cidade do Rio de Janeiro, seja o clube e a escola.

Período mais marcante da ditadura civil militar (DREIFUSS, 1981 e 1987), que além da repressão política, foi um tempo de grandes transformações econômicas e urbanas⁴⁴ (FICO, 2004), aspectos esses que ao alterarem o perfil da cidade do Rio de Janeiro, acabaram por modificar o perfil do aluno que passou a frequentar o JIEPJCB, como detalhado no segundo capítulo.

Em síntese, as modificações urbanísticas na cidade - ao atrair migrantes para as novas obras públicas (a ponte Rio-Niterói, por exemplo) e ao (re)configurar o espaço, de modo que os mais empobrecidos fossem realocados para favelas ou áreas distantes da Zona Sul; a adoção de maior formalidade nas relações trabalhistas, seguidos de enxugamentos dos gastos e extinção de favoritismos; a formação de novos comportamentos, nova concepção de moderno, no lugar do modelo de representação “antiga”, que não teria mais sentido na sociedade que se (re)construía - foram, enfim, acontecimentos que afetaram o dia a dia da escola nos anos 1970. Ou seja, com a transformação dos bairros da Gávea, Jardim Botânico e Leblon e das próprias vilas do clube⁴⁵, bem como as remoções dos Parques Proletários (IPEA, 2016) para áreas mais afastadas da cidade, a fim de que aqueles bairros se tornassem, predominantemente, de grupos enriquecidos, boa parte dos alunos da escola passou a ser residente da Favela da Rocinha⁴⁶ - região

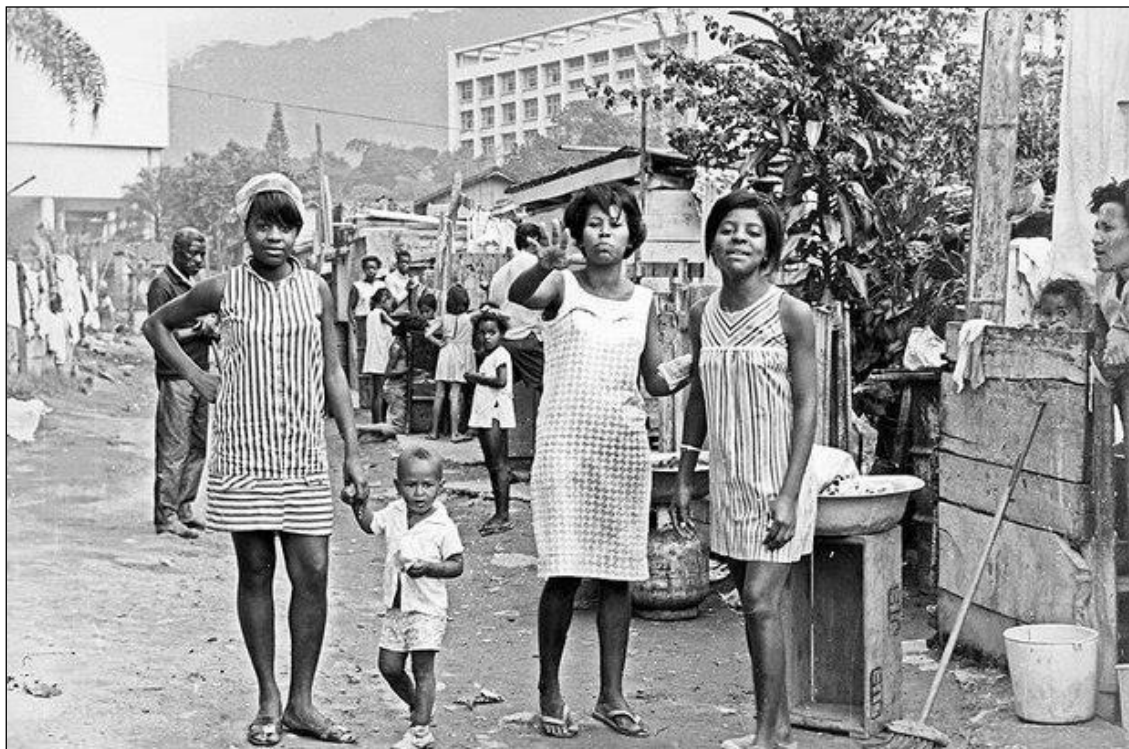
⁴⁴ Contexto vivido sob o slogan do “Brasil ame-o ou deixe-o”, marcado por várias práticas que visavam à construção de um país de grande potência, como por exemplo, as construções civis.

⁴⁵ As crianças cresceram e a porcentagem de alunos, filhos de profissionais do JCB, diminuiu, bem como as vilas/moradias no interior do clube foram se extinguindo. Além disso, alguns funcionários passaram a morar no clube sem suas respectivas famílias, que por uma questão de mais espaço físico, preferiram viver em regiões mais afastadas – Baixada Fluminense ou até mesmo em outro estado.

⁴⁶ “O local, que é considerado favela-bairro desde 1993, se localiza em uma região de grande valor imobiliário, tendo como vizinhos Gávea, São Conrado e Vidigal. De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, cerca de 70.000 pessoas moram na Rocinha, embora os próprios moradores acreditem que esse número já passa dos 100 mil. O bairro, segundo dados do Sebrén 2010 (Instituto Pereira Passos), ocupa uma área de aproximadamente 847.629m². Ainda segundo o mesmo levantamento, a Rocinha é considerada a maior favela do Rio de Janeiro, em termos populacionais, tendo 14 sub-

que no século XVIII em vez de barracos, abrigava uma fazenda, a Quebra Cangalhas⁴⁷ (foto em anexo) - e também plantios, que alimentavam uma feira existente na Praça Santos Dumont:

Figura 21 - Moradores no Parque Proletário da Gávea, antes da remoção, em 1968.



Fonte: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 1968.

bairros: Barcelos, Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua Nova, Roupas Sujas, Cachopa, Vila Verde, Macega, Vila Cruzado, 199, Laboriaux, Boiadeiro e Dionéia”.

Fonte:

<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/8689-rocinha-de-fazenda-a-maior-favela-do-rio-de-janeiro> - Acesso em 26 de agosto de 2017.

⁴⁷ Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/a-historia-da-favela-da-rocinha-em-sao-conrado-3222591> - Acesso em 26 de agosto de 2017.

Figura 22 - Remoção do Parque Proletário da Gávea, 1974.



Fonte: NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC-RIO, 1974.

Assim, se a Rocinha crescia consideravelmente devido não apenas aos seus novos moradores oriundos do Nordeste, mas também a uma população pobre e negra que se aquartelava cada vez mais nas favelas cariocas em razão do novo projeto econômico em vigor (CALDEIRA, 2013) que se encontrava em “pleno vapor” na cidade do Rio de Janeiro, a maioria dos alunos da escola justamente tornaram-se oriundos daquela mesma favela.

Uma segunda alteração encaminhada pelo clube/escola referiu-se à perspectiva empresarial que a própria associação esportiva decidiu adotar junto aos funcionários da escola: as formalidades de uma típica relação trabalhista, já que antes essas mesmas relações se estruturavam por uma lógica assistencialista/paternalista e por uma cultura política (RIDENTI, 2003) de “camaradagem”/”jeitinho”. Cultura essa que se estendia para além da fronteira da escola, quando, por exemplo, médicos do Hospital Miguel Couto e professores de outras escolas iam sistematicamente ao JIEPJCB para almoçar.

Essa cultura, entretanto, se modificou e as relações no interior da escola passaram a ser cada vez mais formais. Foi curioso notar que já nos anos de 2005 os funcionários do clube passam a ser denominados “colaboradores”,

uma concepção que emerge de um novo tempo na empresa Jockey e, conseqüentemente, na escola analisada.

Ao gerar uma nova “forma de regularidade social” (ELIAS, 1994, p.23) na relação da rede turfista empregadora com os seus empregados, as dependências recíprocas (IDEM, 1994) entre ambas essas partes pressupuseram uma mudança de comportamento que pôde ser constatado em alguns documentos encontrados no acervo da escola. Por exemplo, no registro do Caderno de Comunicação Interna consta o seguinte aviso: “Professores e funcionários, em atendimento às leis, a partir do dia 07 de julho, segunda-feira, todos nós, cumpriremos um novo horário de expediente, no qual se incluirá a hora de alimentação” (Rio, 04 de julho de 1980, páginas sem numeração). Outro fato interessante evidenciado no Ofício nº 48/80, intitulado “Orientação sobre o cumprimento de exigências do Ministério de Trabalho”, foi que se antes de 1970 as visitas do Ministério do Trabalho ao clube/escola eram apenas sociais, a partir desse período passam a ser como a de um órgão fiscalizador, colocando por terra a relação informal e permeada pela camaradagem que poderia existir entre a empresa de turfe e esse órgão público.

Ainda sobre as novas relações entre o clube e o cotidiano da escola, nos deparamos com outras mudanças que procuraram uma economia nos gastos e assim, por fim a uma cultura paternalista/assistencialista que, conseqüentemente, não controlava as suas despesas: a) normas no uso do telefone: “peço para só usarem o telefone da escola em caso de grande necessidade, pois a conta do mês anterior veio muito grande” (CADERNO CIRCULAR, 10 de maio de 1979); b) restrições das saídas dos funcionários da escola durante o expediente: “comunico que só será concedida a autorização de saída da escola, para consulta médica, mediante apresentação de um comprovante de horário expedido pelo médico ou clínica” (CADERNO CIRCULAR, 13 de agosto, de 1970); c) o fim do artífice (cabelereiro dos alunos) e a contratação de um contínuo (empregado multifuncional) que passou a desempenhar atividades variadas, espécie de “faz-tudo⁴⁸”: “tendo sido extinto o cargo de artífice, vimos propor a criação do cargo de contínuo,

⁴⁸ Indivíduo que exerce diversas funções ou se dedica a vários ofícios.

para atender as necessidades da escola” (OFÍCIO nº 3/78 de 24 de janeiro de 1978).

Uma terceira medida que também implicou no desmonte do *ethos* assistencialista diz respeito ao modo como a escola passou a tratar o aluno. Ou seja, deixou-se de adotar práticas disciplinares que envolviam a violência física, na medida em que se tornaram anti-pedagógicas:

Às professoras e auxiliares de disciplina, de acordo com o regulamento da escola, é proibido: a) castigar fisicamente os alunos; b) colocar crianças de castigo nos corredores ou em outra sala; c) não deixar o aluno ir à aula de Educação Física, etc (CADERNO CIRCULAR DO ACERVO DA EJCB – 1978 – 1985.).

Com base na discussão que correlaciona sociedade, adaptação e controle de Nobert Elias (1994, p. 32), deferimos que a escola em questão passou por um processo de adaptação às práticas “atualizadas” do campo educacional. Desse modo, sua forma de controle abandonou a sanção física e se redesenhou sobre outra base: a moral. Inclusive, a própria escola, explicitou essa mudança, quando ditou que “A disciplina baseada na violência, na energia demasiada e na carranca fechada pode servir para manter o aluno quieto e submisso, mas será prejudicial ao desenvolvimento de sua personalidade” (CADERNO CIRCULAR DO ACERVO DA EJCB – 1978 – 1985).

Ainda no que se referiu ao trato com aluno, já nos anos 1980, optou-se pela criação do Serviço de Orientação Educacional (SOE)⁴⁹, demanda essa que implicou na contratação de um segundo Orientador Educacional, o que indica a existência de outro que o precedeu ainda nos anos 1970.

A instituição da caixa escolar foi outro aspecto que gerou o fim do modelo assistencialista como prática exclusiva do clube, uma vez que o mesmo tinha a tradição de doar (ao seu alunado) uniformes, material escolar, cestas básicas e medicamentos, quando necessários, sem a contribuição da comunidade escolar. Essa inovação consistiu na co-participação dos pais dos discentes, nos gastos com as doações de óculos, agasalhos entre outros, para aqueles, financeiramente, impossibilitados de adquirir esses itens.

De outro lado, se os pais começaram a contribuir mensalmente com a caixa escolar – um dever – tornaram-se, mais cientes de seus direitos,

⁴⁹ Instituído obrigatoriamente pela lei 5692/71.

conforme exemplo a seguir que nos mostra um abaixo assinado desses mesmos pais de alunos, dirigido à Região Administrativa do Leblon, requerendo a instalação de um sinal de trânsito, na frente da escola (LIVRO DE CÍRCULO DE PAIS, 1979, página 27). Solicitação, que quando foi atendida, modificou o entorno no que se referia ao trânsito no próprio bairro: “Em estudo anexado ao processo [...] sugerimos a colocação de um sinal de pedestres à Avenida Bartolomeu Mitre, entre a Escola do Jockey Club Brasileiro e o Mercadinho Peg-Pag [...]” (ESTADO DA GUNABARA/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, 24 de abril de 1969).

Assim, a escola a partir desse momento ao dividir esse tipo de despesa com os pais dos alunos não apenas conteve seus gastos, como também pode aplicá-lo em outro setor: “Dona Maria pediu que todos que pudessem contribuíssem para a caixa escolar, que tem como finalidade ajudar às crianças que não tem condições financeiras para comprar material escolar, óculos, agasalhos, etc.” (LIVRO DE CÍRCULO DE PAIS, 23/06/1976, p. 138).

A nova política de permanência dos alunos também foi alterada indicando o fim de certos pedidos: o “apadrinhamento” de um membro da rede turfista, ou de pessoas ligadas à mesma, deixou de ser suficiente para a continuação do aluno reprovado na escola. Nesse caso, instituiu-se uma regra que marcou o perfil de seu alunado daqui para frente. Ou seja, a reprovação escolar daqueles que não eram filhos de funcionários passou a ser inaceitável. Assim, os que não logravam a aprovação eram jubilados, ao final do ano letivo:

[...] os alunos que não são filhos de funcionários não podem repetir de ano. [...] essa medida foi tomada, pois é preciso selecionar os alunos, devido ao número de salas de aula e as crianças que não têm bom aproveitamento estão ocupando o lugar de outras que poderão fazê-lo a contento [...] (LIVRO DE CÍRCULO DE PAIS, 18 de setembro de 1975, p. 132 – grifos nossos).

Como constado, a intolerância à reprovação foi, em certa medida, instaurada. No entanto, sua implantação já vinha sendo cunhada na escola desde 1965, quando o *ethos* assistencialista já começava a dar sinais de enfraquecimento. Inclusive, o discurso da diretora, em 1965, atestou essa afirmação: [...]”o objetivo no presente ano é reprovar em massa para melhorar

o nível da escola” (Livro de Círculo de Pais, 10 de junho de 1965, p. 37 – grifo nosso).

A nosso ver, o termo “melhorar”, indicava a concepção que, mais tarde, a escola teria no centro de seu projeto educativo: a ótica meritocrática. Pois, está implícita, no discurso da diretora, a construção de uma idéia de rendimento atrelado ao mérito, não mais ao apadrinhamento, por exemplo. Ainda, dentro da perspectiva que colocou a escola rumo à crise do *ethos* assistencialista, outro trecho do mesmo livro frisou que [...] “somente seria promovido quem merecesse”. (LIVRO DE CÍRCULO DE PAIS, 10 de junho de 1965, p. 37 – grifos nossos).

Nesse caso, essa nova concepção institucional marcada pela ênfase no desempenho escolar, conforme o mérito dos alunos, ampliou-se e ao final do ano letivo de 1979, ficou determinado que os discentes filhos de funcionários só poderiam repetir a série uma vez, medida essa que contabilizou um grande número de alunos reprovados; demonstrando seu forte impacto na escola:

Tabela 3 - Porcentagem do aproveitamento escolar. (Ap = aprovado).

Série	Total de alunos p/ série	Total de aprovados (Ap.)	Ap. sem recuperação	Ap. após recuperação	Reprovados
1ª	170	114	84	30	56 (33%)
2ª	104	72	48	24	32 (30%)
3ª	131	103	81	22	28 (21%)
4ª	138	85	72	13	53 (28%)
5ª	130	87	48	39	43 (33%)
6ª	81	51	30	21	30 (37%)
7ª	33	32	10	22	1 (3%)
8ª	33	33	17	16	-

Fonte: Quadro produzido com base nos dados do acervo de Ofícios da escola.

Enfim, cabe salientar que essa medida, relativa a não aceitação da reprovação daqueles alunos não filhos de funcionários do clube e a tolerância restrita a uma única repetição para filhos de funcionários do JCB, passou a ter mais importância ainda se levarmos em conta que no ano de 1971 foi criado na escola o antigo Curso Ginásial, permitindo que os alunos ali matriculados vislumbrassem uma escolarização de maior duração, uma vez que, ao terminarem o antigo Curso de Primeiro Grau poderiam ingressar diretamente

no antigo Segundo Grau, na medida em que havia-se extinguido o Exame de Admissão.

Fato esse que além de ter aberto maiores oportunidades escolares para o público do colégio, também permitiu que eles próprios alcançassem uma trajetória acadêmica antes impensada. Esse acontecimento, sobretudo, ao mesmo tempo em que exigiu procedimentos pedagógicos mais rígidos, transformou a própria escola em um estabelecimento de ensino altamente cobiçado pela população mais empobrecida que morava na região – que neste momento, já seriam os moradores da Favela da Rocinha.

Portanto, em relação ao acesso de novos alunos à escola - política de ingresso -, se antes o critério baseava-se em certa medida no capital social (BOURDIEU, 1983) de algum potencial pai de aluno – cartas de recomendação de algum diretor do clube, político, sócio/a do clube – e em um exame médico - “ao candidatar-se à matrícula, a criança era submetida a rigoroso exame médico⁵⁰” (MANCHETE, 21 de maio de 1955, p. não identificada) -, a partir da década de 1980, o ingresso passou a ocorrer apenas por meio da aprovação em um concurso/prova. Ou seja, se antes o critério, para se matricular e permanecer na instituição era o apadrinhamento – o exame médico não impedia o aluno de matricular-se, porque se houvesse necessidade o JCB custeava a “assistência integral à criança doente” [...] (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11 de maio de 1955, p. 6) - a partir dos anos 1980, o critério da política de ingresso e permanência passou a ter um caráter seletivo e excludente.

Enfim, essas inovações permitiram, acima de tudo, que o espaço escolar, antes mais definido através de sua apropriação social, passasse, então, a ser concebido por meio de uma postura mais funcional e pragmática. A racionalização espacial e temporal imposta, portanto, acabou por alterar as experiências pedagógicas dos alunos que, nesse caso, deixaram de ser definidas por longos momentos de convivência, por exemplo, nas salas de aula, na biblioteca, no refeitório, nos pátios, etc.

⁵⁰ Que inclusive estava respaldado pelo artigo 31 do Capítulo V da lei 4244/42, quando dita que “O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado” (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942. LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO. CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Adotaram-se, a partir desse momento, formas mais regradadas e controladas, tanto temporal quanto, espacial. Assim, o auditório que, por anos, foi o cenário de demoradas festas e celebrações, aulas de teatro e canto orfeônico, onde os alunos permaneciam por várias horas, passou a ser locado, num sinal de que aqueles tempos de lazer e cultura dos alunos nesse espaço haviam acabado.

Outro aspecto a ser salientado diz respeito a certas práticas da escola relativas à segurança e ao policiamento em seu torno, na medida em que o crescimento urbano nos anos 1980 - aumento do transporte, do comércio e a vinda de novos moradores de classe média - ao alterar o cotidiano do bairro impôs à escola novas preocupações antes inexistentes (PACHECO, 2003). Inclusive, várias solicitações e requerimentos foram enviados pela escola tanto ao serviço de segurança do próprio clube, quanto aos órgãos públicos⁵¹ numa tentativa de o JIEPJCB lidar com os novos problemas causados pelo crescimento da cidade:

- Requerimentos de segurança ao JCB, por conta dos assaltos e da entrada de pessoas estranhas (OFÍCIO, nº41/78 de 1978);
- Encaminhamentos ao Jockey de várias solicitações de segurança extra, por conta dos roubos de fim de semana (OFÍCIO nº 28/79 de 20/08/1979);
- Solicitações de policiamento à polícia militar: nos horários de grande circulação de alunos (OFÍCIOS nº 77/78 de 21/11/1978 e nº. 26/78 de 10/05/1978):

Vimos pelo presente, comunicar a V. Sa., que neste fim de semana, [...] desapareceram quatro caixas de som do auditório da escola. Gostaríamos de obter providências no sentido de serem destacados para a escola, vigias permanentes [...]. Há necessidade urgente, pois a escola encerra suas atividades a 15 de dezembro próximo, quando então as facilidades serão maiores (OFÍCIO, 77/78, 21 de novembro de 1978).

Mediante a explanação acima, chegamos às seguintes considerações:

a) ao mesmo tempo em que ocorria o desmonte do *ethos* assistencialista, forjado na Escola do Jockey, principalmente, a partir do contexto paternalista, das décadas de 1940 e 1950, houve, no decorrer de 1980, o surgimento da ótica meritória, como medida pautada pela democracia, a fim de que assim escola e clube pudessem se adaptar ao novo perfil social, político, econômico,

⁵¹ Dados retirados dos requerimentos e ofícios da escola na década de 1970.

educacional e urbano, adotado pelo país e que teve sérios impactos na cidade do Rio de Janeiro; b) esse desmonte assistencialista rumo à racionalização, encontrava-se ancorado na lógica privatista da época, aspecto que alterou profundamente a cidade – que, por exemplo, se “modernizou” através da criação do Túnel Rebouças (ARQUIVO GERAL DA CIDADE - ONLINE⁵²) e da construção de prédios – e na política educacional – abertura de inúmeras escolas do setor privado (CUNHA, 2007). Ou seja, os novos tempos, alteraram conjuntamente o país, a cidade, o clube e a escola.

1.3. Dois personagens de fôlego que mudaram a escola.

Atestamos que neste estudo, os fios, aparentemente isolados - escola, clube, cidade e nação - devem ser considerados integradamente, ou seja, sob a ideia de que

nem a totalidade da rede, nem a forma assumida por cada um de seus fios, podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles isoladamente [...], a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede (ELIAS, 1994, p. 35).

Neste caso, para que as tensões pudessem ser aplacadas, o clube em 28 de agosto de 1964 (LIVRO DE OCORRÊNCIA HISTÓRICA DA EJCB, p.16), lançou mão de uma figura sua de destaque – Almirante Augusto Amaral Peixoto - para se responsabilizar pela implantação de um novo modelo administrativo⁵³ – mais racional – na EJCB a fim de que esta se submetesse às diretrizes do próprio clube que, naquele momento e até certo ponto, encontrava-se alinhado aos princípios da política brasileira adotada pelos militares.

⁵² Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=arquivo-geral-da-cidade-do-rio-de-janeiro> Acesso em 19 de abril de 2017.

⁵³ Ao Almirante Augusto Amaral Peixoto cabia as decisões administrativas, enquanto as pedagógicas competiam à diretora da escola. Ainda, mesmo não tendo nos aprofundado, vale mencionar o que possivelmente significava a figura desse militar à frente da escola do Jockey, uma instituição voltada aos empobrecidos, o que, conseqüentemente, formava uma imagem benfeitora da sociedade turfista no Brasil em que contexto em que o tráfego de influências era fortemente característico nas relações políticas e econômicas. Provavelmente, um militar do perfil do Almirante poderia facilitar as relações burocráticas as quais poderiam afetar o clube.

No cargo durante quatorze anos, analisamos a pessoa do Almirante, como um “mediador” ao tomarmos como referência a seção “Dominação carismática” do livro *Sociedade e Economia* (WEBER, 1999). Entendemo-lo como uma figura escolhida pelo clube, com o carisma indispensável para implantar na escola as inovações necessárias. Ou seja, para nós, o Almirante Amaral Peixoto cumpriu o papel de ligar os fios aparentemente isolados, segundo Elias (1994), na medida em que acreditamos que através de sua vasta atuação na sociedade carioca e na política brasileira “mediou” as relações da política no clube e na escola. Foi, por assim dizer, o porta voz no clube e na escola dos anseios de um país que, naquela época, encontrava-se gerenciado, tanto por generais, quanto por grupos empresariais (DREIFUSS, 1981):

Figura 23 - Almirante Augusto Amaral Peixoto com os alunos em ato cívico.



Fonte: Arquivo fotográfico da FGV.

A foto inclusive mostra o Almirante presente no cotidiano da escola com o propósito de comandar seu alunado através dos novos princípios. Sempre presente nas solenidades especiais, tais como formaturas, primeira eucaristia, abertura e encerramento letivos, entre outros, a figura do Almirante, segundo nossa análise, ligou nação, cidade, clube e escola. Ou seja, através de sua atuação, conseguimos em nossa análise juntar as pontas isoladas do modelo

implantado durante o governo civil militar com o modelo administrativo e pedagógico adotado na escola. E o breve resumo da vida do Almirante, descrito no quadro abaixo, não deixa dúvidas quanto à pertinência da análise realizada, que o definiu como um “mediador”: aquele que fez a ponte e ligou os fios entre o ideário nacional em voga, as transformações impostas ao Rio de Janeiro e o papel que a escola e o clube teriam que cumprir:

Tabela 4 - Dados de Augusto Amaral Peixoto.

1. Cursou a Escola Naval do Rio de Janeiro, de onde saiu, em 1922, como guarda-marinha e foi promovido no ano seguinte à segundo-tenente.
2. Participou da repressão ao levante tenentista, iniciado na capital paulista, em julho de 1924, mas pouco tempo depois aderiu ao tenentismo.
3. Era irmão do Governador do Rio de Janeiro Ernani Amaral Peixoto.
4. No ano de 1945 ingressou no Partido Social Democrático (PSD).
5. Em novembro de 1945, junto com Herculino Cascardo e outros, sublevou o encouraçado <i>São Paulo</i> e o torpedeiro <i>Goiás</i> , que resultou em seu exílio em Montevideú.
6. Durante o governo Dutra, ocupou cargos de segundo escalão.
7. Foi deputado federal em 1950.
8. Assumiu uma cadeira na Câmara em 1953.
9. Participou da reunião realizada no Palácio do Catete, na noite que antecedeu o suicídio de Getúlio Vargas.
10. Presidiu a Caixa Econômica Federal no governo de Juscelino Kubitscheck.
11. No mandato de Kubitscheck, elegeu-se deputado estadual da Guanabara.

12. Contrário ao regime civil militar instalado no país em 1964, após o fim do pluripartidarismo em 1965, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao novo regime ⁵⁴ .
13. Assumiu a Escola Jockey Club Brasileiro, como vice-presidente responsável, em 1964 e permanece nessa função até 1979.
14. Pela legenda MDB, reelegeu-se deputado estadual pela Guanabara, em 1966.
15. Entre 1969 e 1971 foi ministro de Tribunal de Contas do estado da Guanabara.
16. Morreu no Rio de Janeiro, em 1984.

Fonte: Dados copiados integralmente do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 – exceto a informação de numeração 13 que foi retirada do Livro Histórico da EJC, p 46.

Nesse sentido, para nós o Almirante Augusto Amaral Peixoto foi o homem escolhido pelo clube para mediar as transformações, que estavam para serem implementadas no interior da escola. Pois, se o clube, aristocrático, passava por certas dificuldades econômicas, já anunciadas nos anos 1960, o mesmo escolheu um “homem de pulso”, com características da caserna, para encaminhar a implantação de uma nova visão administrativa na escola que, de imediato, pressupunha o enxugamento dos altos gastos – vinhos nos almoços para convidados de última hora, banquetes pomposos e festas, por exemplo.

Nesse caso, reforçamos nossa análise com a ideia de que, como explica o próprio Nobert Elias, “a dominação carismática é uma dominação dos tempos de crise” (2001, p. 136). E aqui nesse período, a crise significava a implantação de um novo modelo administrativo e o aniquilamento do anterior – esbanjador, sem medidas, apadrinhamentos, proteções -, conforme reportagens abaixo:

⁵⁴ Encontramos na administração do Almirante indícios de apoio à ditadura civil militar, apesar do mesmo ter sido exilado e se filiado ao MDB, o que mostra a existência de coligações de interesses, ou seja, configurações funcionais próprias das relações (ELIAS, 1994) políticas.

Figura 24 - Reportagem que destaque os altos gastos com a escola.



O hasteamento da Bandeira Nacional deu início à cerimônia inaugural. Na foto à esquerda, o presidente Café Filho corta a fita simbólica, declarando aberta a grande Escola.

20 MILHÕES PARA 500 CRIANÇAS

ESCOLA JOCKEY CLUB BRASILEIRO ★ SORTE GRANDE
PARA OS FILHOS DOS PROFISSIONAIS DO TURF

Reportagem de ADALBERTO MENDES Fotos de ARNALDO VIEIRA



REVISTA DA SEMANA — 36

Fonte: REVISTA DA SEMANA, 1955, p. 36.

DOMINGO, 18 DE ABRIL DE 1976

ESCOLAR

Jockey Club, escola que não deve fechar

Com o valor social educativo que a maioria dos associados não tem conhecimento, a Escola do Jockey Club Brasileiro é um contraste com grande parte dos estabelecimentos de ensino oficiais, quer pelas suas instalações, pela sua organização, ou mesmo por sua limpeza.

Inaugurada há 21 anos, a Escola possui hoje perto de 750 alunos, todos filhos de funcionários e profissionais do turf, e foi construída com o objetivo de oferecer, além da instrução, toda assistência a estes, inclusive alimentação e serviços de ambulatório.

Existem uma lei que obriga toda empresa ou entidade com mais de cem funcionários, e que não mantenha uma escola primária para os parentes destes, a pagar uma determinada taxa, imposto este que será revertido na construção de novos estabelecimentos de ensino: é o chamado salário-educação. Talvez o Jockey Club seja, no Rio de Janeiro, uma das únicas entidades privadas que possui uma escola para seus funcionários, e estava por isso pagando apenas uma pequena quantia de salário-educação.

Em contrapartida, des-



A cozinha da Escola é de dar água na boca das oficiais

além dos serviços normais de instrução, uma séria assistência aos seus alunos, fornecendo gratuitamente uniformes, livros e todo o material escolar que eles necessitam. Existe também um consultório médico, com um profissional atendendo em tempo integral, e uma sala totalmente instalada para os serviços dentários, além de uma outra com cabeleireiro. São também fornecidas refeições a seus alunos, que têm assim lanche e almoço garantidos.

Em 1976, quando foi fundada, a Escola do Jockey Club atendia apenas a alguns poucos alunos. Hoje, funcionando em dois turnos, ele possui cerca de 750 crianças, assistindo as aulas que contam com o apoio de técnicas audiovisuais, havendo para isto uma professora especialmente contratada.

Ao contrário de muitas escolas oficiais, mantém aulas normais de educação física, havendo inclusive um ginásio de esportes e material para isto. Outras matérias que são estranhas ao ensino oficial, e que são aplicadas lá, são as de arte e música, com exibição de filmes e apresentações teatrais no seu auditório de 450 lugares.

de que houve a Reforma de Ensino, e o primário formou com o antigo ginásio o chamado ensino de 1º grau, a Escola do Jockey Club teve que abandonar o seu curso de Jardim de Infância, e partir para a formação de turmas de quinta a oitava série, o que começou a ser feito ano passado. Como estes alunos do antigo ginásio não contam com desconto no pagamento do salário-educação, que é feito com base na quantidade de alunos que cada escola deveria abrigar, o Jockey Club, além da despesa de quase Cr\$ 2.000.000,00 anuais, tem ainda que pagar Cr\$ 10.000,00 daquele imposto.

Estes fatos levaram um economista a sugerir à diretoria do Jockey Club Brasileiro a desvinculação da escola, o que foi rejeitado por unanimidade pelo Conselho Deliberativo. Isto, na época, levou o supervisor da escola, almirante Augusto do Amaral Peixoto, a um pedido de demissão, que no entanto não foi efetivada.

Atendendo a grande quantidade de alunos carentes, a Escola do Jockey Club Brasileiro presta,

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18 de abril de 1976, p. 5.

Portanto, se a primeira matéria mostrou as vultosas verbas que o clube destinava à escola, bem como a sua não fiscalização, a segunda chamou a atenção para o fato de que, se os gastos continuassem exorbitantes, a instituição educacional teria que ter suas portas fechadas.

Vale pontuar que, em 1971, a escola ao implantar o antigo Curso Ginásial, passou a ter menor isenção fiscal, no que se referiu ao salário-educação⁵⁵. Pois o desconto tributário, cedido ao JCB – por ser uma empresa com mais de cem funcionários, que mantém uma escola – era, por lei,

⁵⁵ Lei que determinou que toda empresa com mais de cem funcionários, deveria pagar ao governo um valor referente salário-educação - o artigo 48 da Lei n. 4.440, de 27 de outubro de 1964.

contabilizado apenas sobre o quantitativo de matrículas do antigo primário (1ª à 4ª série), naquele momento, referente ao primeiro segmento do Ensino de Primeiro Grau; nova estrutura escolar implantada pelo governo militar através da Lei 5692/71.

Esse fato motivou, mais ainda, a iniciativa de cortes de gastos na escola, ao ponto de colocar em xeque a sua existência, já que, a mesma, ao obedecer a exigência da 5692/71 e implantar o ensino de Primeiro Grau completo (1ª à 8ª série), teve uma diminuição das respectivas turmas atreladas ao desconto fiscal (1ª à 4ª). Inclusive, o Jornal Diário de Notícias publicou uma matéria intitulada “O Jockey escolheu a escola. Mas está no prejuízo” (9 de dezembro de 1973, p.27), conforme parte da reportagem:

O Jockey Club Brasileiro com muito mais de cem empregados, matem uma escola própria desde 1953 [a data correta é 1946, quando inicia com o Jardim de Infância]. Em 1964 foi instituído o salário educação pela lei 4.440 de 14% sobre a folha de pagamento da empresa.

A partir da instituição do salário educação a situação da escola do Jockey Club ao invés de melhorar, passou a piorar consideravelmente – diz o diretor supervisor da escola, Almirante Augusto Amaral Peixoto, que considera um absurdo o Jockey além de gastar cinco vezes mais mantendo uma escola, do que gastaria pagando o salário educação, ainda ter de pagar uma quota de excedente que se eleva a 36 mil cruzeiros por ano.

Ninguém esconde que é mais vantajoso para as empresas pagar o salário educação. E as empresas já sentiram essa realidade porque entre as 25/30 mil empresas que têm opção de escolha, apenas 95 optaram pela manutenção de escola própria – diz o gerente geral do Grupo-Tarefa salário educação, Fábio Veloso, técnico em administração pública, afirmando que ao determinar o número mínimo de alunos que cada empresa é responsável o FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação] tem em base o custo médio por aluno, e não quer saber se a escola é de luxo, gasta mais ou menos. A escola tem de ser popular – afirma o técnico Fábio Veloso.

Não queremos ajuda do governo, só queremos uma liberação, achamos um absurdo, depois de se gastar tanto com ensino, ainda ter de pagar uma cota de excedente [...] – explica o Almirante Augusto Amaral Peixoto. Essa lei é injusta [...] – conclui ele.

As opções são: o Jockey Club acaba com a escola (o que não está sendo acatado por seu diretor supervisor) ou assina um convênio com a Secretaria de Educação do Estado, passando a ser escola em cooperação, com o ensino patrocinado pela SED, mas com prioridade para os filhos dos empregados do Jockey, que continuariam a receber a mesma assistência social.

Como diretor do Jockey Club, encarregado de supervisionar a escola, o Almirante Augusto Amaral Peixoto vê a escola e seus alunos com muito carinho e não se conforma com a proposta do economista consultado pela administração do Jockey sobre o problema da escola. De acordo com os cálculos do economista o Jockey Club só tem uma saída: fechar a escola e pagar o salário educação de 1,4% (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 de dezembro de 1973, p. 27).

A reportagem, enfim relatou “os quiprocós” a respeito das opções administrativas levadas a cabo pela escola no que se referiu a seus gastos e, especificamente, em relação ao salário educação. Ou, seja, o “preço da glória” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 de dezembro de 1973, p. 27), experimentada em tempos anteriores estaria naquele momento tendo que conviver com os desajustes nos gastos. Inclusive, os sócios de modo geral não concordavam com os desencaixes financeiros, aspecto esse que levou um economista a sugerir à diretoria do Jockey Club Brasileiro a desvinculação da escola do clube; o que foi rejeitado por unanimidade pelo Conselho Deliberativo do clube (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18 de abril de 1976, p. 6).

Diante dessa negativa, se a solução encontrada foi a da negociação, o que demonstrou a tradição diplomática do clube (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 de dezembro de 1973, p. 27), restou ao nosso mediador, de forma bastante centralizadora, buscar alternativas para que a sangria dos gastos fosse estancada.

Portanto, na onda das negociações, mediada pelo Almirante Augusto Amaral Peixoto, a fim de que o novo *ethos* emergisse sem atropelos, decidiu-se pela extinção da modalidade do Jardim de Infância, em 1975. Nesse momento, inclusive, a escola foi mais uma vez renomeada e passou à razão social Escola Jockey Club Brasileiro (EJCB), contabilizando o terceiro nome que recebera:

Tabela 5 - Razões sociais da escola ao longo do tempo.

Razão social	Período
Jardim de Infância Jockey Club Brasileiro	1946 – 1953
Escola Primária e Jardim de Infância Jockey Club Brasileiro	1954 – 1974
Escola Jockey Club Brasileiro	1975 – Atual

Fonte: Quadro produzido com base nos dados do Livro Histórico do Acervo da EJCB.

Entretanto, só em 1979, após a renúncia da diretora da escola, o Almirante Augusto Amaral Peixoto, já no final de função de vice-presidente atuando na escola, sugeriu uma decisão bastante ousada diante à prerrogativa

ao sugerir a realização de um concurso externo para preencher o cargo de diretora escolar, proposta que foi bem recebida pela diretoria do clube e que coube ao vice-presidente que o sucedeu executá-la.

Assim, segundo a nova visão dos mantenedores da escola, acreditava-se ser preciso introduzir na EJC B uma pessoa competente, firme, mas acima de tudo de fora da instituição, sem relações afetivas e sociais com os membros e funcionários da escola, a fim de que assim pudesse, sem pudor e com a autonomia do cargo restituída, empreender as mudanças necessárias na administração da escola

Desse modo, após o concurso em 1980 que contou com vários inscritos, a diretora concursada, Dona Antônia, que teve ciência do processo seletivo via um anúncio no jornal⁵⁶, chegou à década de 1990 com seu trabalho praticamente acabado: saneamento das contas e algumas alterações de cunho pedagógico - modificação da média escolar e a implantação do caráter eliminatório da prova de seleção – que serviram de base para a construção do *ethos* meritocrático que foi consolidado na gestão de D. Graça, aspecto esse analisado no capítulo três.

Seu currículo descreve um pouco acerca de suas habilidades, muito diferentes das antigas diretoras, antes formadas por curso de formação de professores e/ou pedagogia e com uma experiência profissional restrita à atividade desenvolvida na escola do JCB:

Tabela 6 - Currículo de D. Antônia, diretora concursada.

Licenciada pela Universidade de EUA – validado no Brasil (entre 1975 e 1978/79).
Complementação Acadêmica pela Universidade Santa Úrsula (1979).
Funcionária do Ministério da Educação – INEP (antes de 1980).
Funcionária de uma Empresa Privada em Maceió (antes de 1980).
Contratada da Secretaria de Educação de Alagoas (antes de

⁵⁶ Antonia contou durante a entrevista que, ao retornar do E.U.A. onde cursou a faculdade na área da educação, viu no Jornal – ela não lembrou qual – que o JCB faria concurso para diretora escolar e se candidatou.

1980).
Escola Jockey Club Brasileiro (1980 – 1994).
Mestra em Educação pela Universidade Federal do RJ (1982).

Fonte: Arquivo Morto da Escola e Entrevista realizada com a própria.

Nesse sentido, a consonância do currículo da diretora com o objetivo da empresa - em modificar a cultura de sua escola -, bem como sua personalidade forte foram indispensáveis para o avanço das alterações capitaneadas pelo Almirante Augusto Amaral Peixoto. Ou seja, a nova diretora a partir de sua atuação conseguiu levar a cabo a nova política do clube para a escola.

De imediato, demitiu cem funcionários: “tinham cento e quarenta e seis funcionários... na época que eu entrei. [...] eu tirei CEM [...]. Eu fiquei com quarenta e seis [...] (ANTONIA, 9 de novembro de 2016). Ao entrevistá-la percebemos seu espanto diante de sua própria medida. Quem sabe, por ter acionado “um mal do passado” (POLLAK, 1989, p.12) ou até mesmo um “bem” do passado.

Contudo, sua atitude drástica foi marcada por resistências que eram provenientes do protecionismo oriundo do próprio clube, conforme seu depoimento a seguir: “Como elas tinham pistolão [...] aí elas falavam grosso comigo: “A senhora não sabe quem sou eu, quem me botou aqui” (ANTONIA, 9 de novembro de 2016. E, dessa dura empreitada, D. Antonia destacou a dificuldade que enfrentou ao despedir três funcionários: o médico, o dentista e a enfermeira.

Os relatos abaixo expressam bem a tensão desse momento e, mais ainda, o ambiente hostil que teve enfrentar, uma vez que precisou administrar funcionários, que se sentiam “protegidos” pelo clube e que nunca tiveram sua postura profissional questionada:

“Tinha um dentista. [...] que ia o dia que queria... e a hora que queria. [...] daí o dentista começou numa BRIGA comigo violenta. E ele não podia ser mandado embora, porque tinha MUITOS anos e o dinheiro era muito. [...] ele... pintava o sete comigo. [...] eu dava uma suspensão a ele. [...] ele voltava ainda pior; e daí entrou numa briga, porque ninguém, até então, tinha tido coragem de mexer nele” (ANTONIA, 9 de novembro de 2016).

A diretora relatou que depois de vários conflitos, o dentista acabou fazendo um acordo e desligou-se do quadro funcional.

Posteriormente, quando se referiu ao médico, a enfermeira e parte das inspetoras -

[...]. “Tinha um médico. [...]. Esse médico também vinha uma vez ou outra e eu nunca soube o que ele fazia. [...] O médico tinha uma enfermeira [...]. O médico não vinha, mas a enfermeira vinha. Daí, tinha [existia] um cargo, que era inspetora de ensino. Eram sete moças. E elas não tinham a função definida” [...] (ANTONIA, 9 de novembro de 2016) -

aparentando certa emoção disse: “eu NUNCA dei um passo pra trás. Eu sempre dava pra frente. Eu não tinha medo de ninguém, porque se tivesse um pouquinho de medo ia pra trás.” [...].

Pareceu-nos que além de corajosa, D. Antonia também foi criativa ao pensar formas de driblar os gastos corriqueiros da escola, sem gerar ônus para o clube: criou dois artifícios de auto-sustentação, que aumentaram o arrecadado pela caixa escolar - o chá biriba e o bazar – e tornaram a escola mais independente:

“Uma vez por mês, eu fazia um chá [...], era SUPER arrumado, e eu conseguia [emprestado] do Jockey toalha de linho, prato de vidro, copo de vidro, garçom... Tudo que eu pedia ao Jockey... [...] eles me davam. [...] eu vendia os ingressos, às senhoras do Jockey que eram casadas com o pessoal da cúpula do Jockey, sabe? Eles compravam” (ANTONIA, 8 de novembro de 2016).

Em relação ao bazar, a assessora da direção, que trabalhou com D. Antonia, disse: “Tanto em 80 como em 90 nós sempre [...] procuramos ter um bazar [...] que arrecadava um dinheiro para ir para a caixa escolar e essa caixa escolar sempre foi em função dos alunos” (HORTÊNCIA, 20 de abril de 2018).

E se por um lado, D. Antonia criou formas para diminuir os gastos, por outro, não mediu esforços para refazer o cardápio da escola, caracterizado por faturas que ostentavam itens incomuns para uma merenda escolar:

“Quando eu peguei a lista de itens do almoço, eu fiquei horrorizada. Tinha bacalhau, tinha azeitona, tinha vinho do porto. [...] Eu não sei pra quem era o bacalhau, o vinho do porto ou a azeitona, [...] Estou dando o exemplo de três itens que eu CORTEI. Cortei muitos e muitos mesmo” (ANTONIA, 8 de novembro de 2016).

Detalhadamente, nos contou seu plano: “Aí eu passei a fazer o cardápio e ver a quantidade e dividir pelo número de alunos. Trabalho difícil; [...] foram quinze anos pra eu poder chegar ao final e ficar contente” [...] (ANTONIA, 9 de novembro de 2016).

Além da árdua e demorada tarefa de racionalizar a merenda, a diretora enfrentou outra situação delicada: eliminar o costume de visitantes almoçarem na escola, sem sua autorização. Tema nevrálgico que, inclusive, fez com que D. Antonia afirmasse para nós “eu estou ansiosa pra falar mais do refeitório”. E, impostando a voz para iniciar, relatou:

“Aí, eu cheguei no refeitório... [...] CHEIO de adultos que eu não sabia quem eram. [...] Aí eu batia no ombro de um e dizia assim: “quem é o senhor?” “Ah, eu sou amigo do professor de educação física. ”Tá, então o senhor não vem mais. Não pode mais vim pra cá”. Aí saía de perto e ia pra outro; batia: “Ah, eu sou diabético, trabalho aí no Jockey e a comidinha daqui é...” “Pois o senhor não venha mais”. Eu tirei todos. TODOS. Eu fui extremamente corajosa” (ANTONIA, 9 de novembro de 2016).

Por último, a empreitada de D. Antonia também atingiu a portaria da escola, que nos anos 1990 viu-se diante de novos desafios relativos à segurança pública. Em razão disso, dona Antonia iniciou - e suas sucessoras continuaram - uma reformulação na entrada e saída da escola, dando fim ao entra e sai, uma vez que o portão da escola passou a ser trancado. Tais quais as praças medievais que foram fechadas, tornando-se espaços privados (SENNETT, 1999), a EJCB também foi “cercada”; reduzindo assim as suas relações com o exterior. Assim, o acesso dos alunos ficou restrito aos respectivos horários de suas aulas, as datas festivas passaram a ser apenas para os alunos, sem contar com a presença de suas famílias. E as visitas passaram a ser anunciadas na portaria. Mudança, inclusive, lembrada por Bruna, coordenadora da escola durante os anos de 1980, 1990 e parte dos anos 2000:

“Nós fizemos muito [muitas festividades] com os pais participando, os pais iam assistir e curtiam arrumar os filhos... [...] Mas depois começou esse nosso problema de Brasil, de Rio de Janeiro, nossas crianças saindo da Rocinha, do Vidigal, daquele pessoal todo dali da redondeza, a ficar perigoso, aí já não entrava mais, entendeu? [...]. Os pais iam. Nossa! A alegria... E depois começaram a ficar tristes,

'ah, eu queria ver a minha filha dançar" [...] (BRUNA, 15 de abril de 2018).

Entretanto, apesar da implantação das medidas administrativas,⁵⁷ acima, também foi fato que a escola após a sua saída⁵⁸ teve uma recaída e voltou a adotar expedientes já ultrapassados e/ou ações de cunho assistencialista/paternalista, uma vez que a nova diretora, D. Leila, professora da instituição desde a década de 1970, por ter vivido parte de sua experiência na escola sob o princípio esbanjador e assistencialista,⁵⁹ ao se tornar diretora acabou por adotar certas medidas ligadas a essa prática. Além disso, nessa época, a já ausência do Almirante Augusto Amaral Peixoto na vice-presidência responsável pela escola, contribuiu para "reversão".

Portanto, em sua vigência, o fornecimento de cestas básicas, para as famílias; as doações de uniforme e material escolar, para os mais empobrecidos e abonos de ponto, sem justificativas que procedessem, foram reabilitados. No entanto, embora a administração de D. Leila tenha reavivado alguns hábitos e algumas práticas do passado, o *ethos* racional e de cunho mais privatista já implantado anteriormente se encontrava forte o suficiente para se manter/impôr, até a sua completa consolidação.

Em 2007, com a saída de D. Leila, foi nomeada para essa função uma coordenadora da escola, D. Graça, contratada na época da diretora concursada, D. Antonia, responsável por introduzir os cortes de gastos na EJCB. Portanto, a D. Graça, ainda, em 2007, refaz o vôo da escola e, quem sabe, influenciada pela ex-diretora D. Antonia, que a contratou, reafirma os princípios do novo *ethos* que, definitivamente, passou a dominar o ambiente escolar da Escola do Jockey Club Brasileiro.

Enraizada nos princípios da "modernização," pretendida pela rede turfista, a escola finalmente decolou e buscou através dos atributos da meritocracia firmar-se no concorrido contexto escolar da cidade como veremos no capítulo três.

Além disso, cabe ressaltar que a identidade aristocrática do clube, familiarizada com o discurso que destaca o mérito em seus empreendimentos,

⁵⁷ Cabe salientar que D. Antonia também implantou algumas medidas de cunho pedagógico que serviram de base para D. Graça desenvolver mais plenamente o *ethos* meritocrático na escola. No capítulo três abordaremos essa questão.

⁵⁸ Por motivos pessoais, após dezenove anos na direção, D. Antônia pede demissão em 1999.

⁵⁹ D. Leila era professora da escola e trabalhou ainda no contexto assistencialista.

balizou esses tipos de culturas escolares da EJCB, na medida em que, sob a direção de D. Graça, inúmeras transformações foram implementadas e por si só simbolizaram a materialização de um novo *ethos*, visando um maior gerenciamento dos gastos, dos espaços e dos tempos da escola. Enfim, inovações que serão melhores detalhadas nos dois capítulos a seguir.

CAPÍTULO II

A LEI 5692/71: OS FUNDAMENTOS DO ETHOS RACIONAL E UTILITARISTA

Um *ethos* de cunho mais privatista – racional e utilitarista - construído pelo JCB em sua escola, na década de 1970, coadunava-se com o processo de modernização (LE GOFF, 1992) em curso na cidade do Rio de Janeiro, naquele período. Logo, os movimentos transformistas, ocorridos na escola analisada, nessa época, devem ser entendidos pelo viés da relação – da sociedade de indivíduos (ELIAS, 1994) - que permite investigar os acontecimentos em maior ângulo.

Nesse caso, ao situarmos a escola do JCB, tanto a partir dos ditames da Lei 5692/71, quanto segundo suas relações com a política implantada no Brasil após o golpe civil militar – *vide* a presença do Almirante Augusto Amaral Peixoto na EJCB - mostramos que a implementação da referida Lei abriu brecha para que a escola se estruturasse segundo os próprios princípios oriundos dos ideais do golpe civil militar.

Ou seja, essa rede de relações possibilitou a concretização de uma configuração que, conseqüentemente, implicou a reorientação tanto do currículo, quanto das práticas e dos comportamentos da escola, que a partir desse momento passaram a ser estruturados, de acordo com os princípios do modelo da iniciativa privada, instaurada, no Brasil, durante o governo civil militar (CUNHA, 2007).

Por conseguinte, este capítulo se dividiu em quatro partes. Se a primeira discorreu sobre a Lei 5692/71 e o contexto histórico em que foi promulgada, a segunda analisou o currículo da EJCB no contexto da referida legislação, ao mostrar que as transformações pedagógicas, ocorridas nessa escola, expressaram os sentidos implícitos ou explícitos na própria letra da Lei.

A terceira parte, de outro lado, apresentou uma reflexão sobre as formas de relações adotadas - repressão, cultura da denúncia - tornando expostos os sentidos de determinadas práticas, que acabaram por produzir culturas escolares mais condizentes com esses mesmos princípios (ditatoriais) que, conseqüentemente, implicaram em uma escola menos autônoma e mais dependente de outros setores do clube.

A quarta parte, finalmente, procurou mostrar que se nesse período as transformações urbanísticas que ocorreram nas cercanias da escola, contribuíram para uma mudança no perfil do seu aluno, outros aspectos – *ethos* familiar (LAHIRE, 1997) - também passaram a ser importantes para

definir o novo perfil do aluno, que cada vez mais deverá ser moldado segundo os critérios da meritocracia. Aspecto esse a ser explorado no capítulo três.

Cabe salientar, que curiosamente identificamos que, a partir dos anos 1970, a escola tanto diminuiu o seu investimento em registros fotográficos e nas anotações em seu Livro Histórico - os Ofícios, atas de decisões administrativas e pedagógicas passaram a assumir o centro das preocupações da escola – quanto, também mudou sua relação com os jornais da época, que deixaram de noticiar generosamente o seu dia a dia, seja por meio de suas festividades, seja através de suas visitas que, inclusive, também se escassearam. Em síntese, o esforço da escola do JCB voltou-se para a burocratização do administrativo e do pedagógico, como daremos a ver no decorrer deste texto.

2.1. A lei, a conjuntura e as relações com a escola.

Entender, academicamente, a escola do JCB a partir da Lei 5692/71, requer termos presente o contexto da época - ditadura civil militar. Pois, no social as dimensões estão interligadas e nada é “natural”; tudo é resultado de um conhecimento produzido socialmente (ELIAS, 1994).

Portanto, a Lei 5692/71 pressupôs a adequação da educação escolar ao novo momento em que o Brasil se encontrava inserido. Primeiramente, buscava entre outros objetivos, contribuir para “desenvolvimento” econômico no país. Nesse processo, cumpriu um papel importante, pois vinculou a escola ao mundo da produção, respondendo aos interesses de diferentes setores da sociedade, incluindo o empresariado que no Rio de Janeiro compunha grande parcela de sócios do JCB – mantenedor da escola analisada, como José Carlos fragoso Pires, ex-presidente do Jockey Club Brasileiro que chegou a ter 27 empresas em seu nome, entre elas a Frota Oceânica, uma das maiores companhias de navegação do país (GGN: O JORNAL DE TODOS OS BRASIS, 20/09/2013)

Nesse caso, a profissionalização do ensino tornou-se um de seus pilares. E conforme Luiz Antonio Cunha (1973) essa profissionalização do ensino, prevista pela Lei 5692/71, se encontrava diretamente relacionada à política brasileira, que tinha como meta crescer economicamente por meio da

redefinição das relações entre capital, trabalho e educação. Ou seja, atenderia às novas demandas por uma mão de obra especializada (CUNHA, 1973).

Segundo seus idealizadores, essa política, inclusive, colocaria em prática a ideia de que era preciso aumentar o capital para depois o dividir, segundo afirmação do próprio Ministro Delfin Netto que em 1970 afirmou: "É preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo" (LESSA, 2007, p.1). O mesmo ministro ainda fez as seguintes declarações ao jornal Correio da Manhã:

[...] O comportamento social é imprescindível ao esforço do governo. [...]. Essa participação é essencial à implantação de uma nova sociedade brasileira. De uma sociedade que seja realmente desenvolvida, livre e justa. [...] [Que] através da descentralização do poder econômico, assegure a plena expansão das oportunidades que o capitalismo democrático favorece. [...]. Esse modelo haverá de fazer-se na base da comunicação, do diálogo, da sintonia entre a ação governamental e as aspirações nacionais [...], do cotejo de posições, da fiscalização social [...] (CORREIO DA MANHÃ 11 de novembro de 1970, p.2.).

Ainda, Delfim Netto, considerado porta voz do empresariado brasileiro, afirmou: "...visão e crença nos nossos valores [se referindo àqueles determinados pelo governo e pelos grupos empresariais] levar-nos-ão a formas nobres de liberdade e enobrecimento do homem brasileiro". Ou seja, nos pareceu que o apólogo do "milagre econômico" brasileiro ao defender a aceleração do sistema produtivo, colocou no centro do debate a escola com o papel de preparar os recursos humanos que atendessem a essa demanda.

Em segundo lugar, se a Lei 5692/71 vinculou a educação escolar ao mundo do trabalho, por outro, ampliou a obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos, unificando o Curso Primário ao Ginásial e extinguindo o Exame de Admissão, ao instituir outra nomenclatura para esses graus do ensino: Primeiro Grau. (LEI 5692/71 Artigos 18 e 20). E, para aqueles que não puderam concluir os estudos regulares a legislação criou o Curso Supletivo (LEI 5692/71 Cap. IV, Artigo 24: A e B). E, ainda, no lugar do antigo Ensino Secundário, foi instaurado o Segundo Grau de três anos, sem caráter obrigatório e sem restrição de acesso. Porém, ao transformar esse segmento em Profissionalizante, a Lei acabou por legitimar uma fronteira que dividia de um lado os de trajetória propedêutica e de outro os de trajetória terminal; a

priori, aqueles habilitados para entrar no mercado de trabalho, segundo as expectativas da Lei (CUNHA, 1973).

Nessa nova configuração, a escola do JCB, apesar de ser apenas de Primeiro Grau, incrementou um currículo que ao mesmo tempo em que obedecia a letra da Lei, também estava estruturado de modo a permitir que seus melhores alunos já começassem a almejar uma vaga para cursar o Segundo Grau nos colégios considerados de prestígio - Pedro II, por exemplo.

De modo geral, no currículo a Lei determinou como obrigatórias as disciplinas Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Educação Artística e Programa de Saúde. Especificamente no Primeiro Grau aglutinaram-se as disciplinas História e Geografia que passaram aos Estudos Sociais: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” [...]. (Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. - Vide Decreto nº 69.450, de 1971). Exigências essas que foram assumidas pela escola do JCB.

Outro ponto importante a ser destacado foi que, no contexto da Lei 5692/71, se o regime ditatorial já tinha assumido sua forma mais dura na sociedade brasileira – Ato Institucional 5 (AI5), instituído em 1968 - o JCB por meio da presença do Almirante Augusto Amaral Peixoto também deixou claro a sua posição em relação aos que se encontravam no poder. Inclusive a manchete e um fragmento da reportagem no Jornal do Brasil expressaram bem essa opção:

Figura 26 - Manchete da reportagem sobre o almoço oferecido aos militares pelo JCB.



Fonte: JORNAL DO BRASIL, 11 de dezembro de 1974,

Revestido de muito brilho, encerrou-se domingo último o ciclo de homenagens que anualmente o Jockey Club Brasileiro presta às nossas gloriosas classes armadas. [...] O Brasil atual e os esforços patrióticos do governo da revolução, também não foram olvidados nas palavras que o Almirante Augusto Amaral Peixoto proferiu em nome da diretoria do Jockey Club Brasileiro e dos milhares de seus associados (Jornal do Brasil, 11 de dezembro de 1974, p. 5).

Desse modo, não fica dúvida que as práticas e discursos contundentes realizadas na escola do JCB, no plano da ordem e do progresso, defendidos sob a ótica do regime vigente, ganharam espaço no cotidiano da escola, com o objetivo de inculcar nos discentes certos valores e comportamentos, como é possível perceber em um dos discursos pronunciado pela professora de Educação Moral e Cívica dirigidos aos alunos:

Ontem teve lugar no pátio externo da Escola, às 11,45 horas, uma pequena cerimônia em comemoração ao 6º aniversário do movimento revolucionário de 1964.

Os alunos dos dois turnos, formados em fila, cantaram o Hino Nacional e em seguida a professora [Marcela Braz – nome fictício], em breves palavras, aos alunos o fato ocorrido naquela data: ‘Em 1962 subiu ao governo presidencial do Brasil, o Dr. Jânio da Silva Quadros. Renunciou meses depois, sendo substituído por João Belchior Goulart, que na época era o vice-presidente. Ele governou até 1964, quando foi deposto por um movimento das forças armadas.

O fim desse movimento foi implantar a ordem e disciplina num país que passava por uma série de irregularidades, entre elas as constantes greves que perturbavam o nosso progresso e a nossa paz.

Hoje, 31 de março, seis anos depois, estamos revivendo ligeiramente estes fatos para compararmos aquele tempo com a vida que hoje levamos de ordem e franco progresso, confiantes no governo, que dirige nossos destinos com altruísmo e com compreensão (LIVRO DE OCORRÊNCIA HISTÓRICA DA EJC, 01 de abril de 1970, p. 66).

“Uma palestra do coronel Tito Avilez sobre linguagem e expressão, mudança da gramática, [...] para várias professoras da IVRA [4ª Região Administrativa] e também para professora da escola”... [grifo nosso] (LIVRO DE OCORRÊNCIA HISTÓRICA, 9 de novembro de 1971, p.85), inclusive, mostra, o poder de interferência dos militares em certos aspectos estritamente pedagógicos.

Assim, ao longo da década de 1970 os discursos e as práticas construídas no cotidiano da EJC expressaram culturas e formas escolares (VIDAL, 2005) que visavam construir códigos que corroborassem com a manutenção da ordem e do progresso, que estavam em consonância com o projeto de nação daqueles que se encontravam no governo: a) ideias de uma escola articulada às necessidades do mercado de trabalho; b) a produção de um conhecimento escolar que referendasse os princípios da Lei de Segurança Nacional (LSN) de

1967 e 1969⁶⁰. Ou seja, sem dúvida, acreditamos que esses dois aspectos determinaram o modo como a escola durante os anos de chumbo deveria pautar suas práticas, comportamentos e atitudes escolares conforme veremos mais detalhadamente ao longo deste capítulo.

2.2. Afirmação dos princípios da Lei na cultura da escola.

Ao se adequar às determinações da Lei 5692/71, a EJCB extinguiu os Cursos Preparatórios para os Exames de Admissão⁶¹ de seu currículo e incluiu em seu sistema as turmas de 5^a a 8^a. Essa alteração exigiu dessa escola, acima de tudo, uma nova relação da própria com seus espaços e tempos, a fim de que pudesse comportar um maior número de alunos nos dois turnos já existentes, mas que teriam, a partir daquele momento, que se submeter aos novos ditames da Lei.

Inclusive, se em uma das reuniões do Círculo de Pais, já em 1975, o Almirante Augusto Amaral Peixoto explicou para os presentes que teve que fechar o Jardim de Infância e o C.A, para conseguir salas para o Ginásio (LIVRO CÍRCULO DE PAIS, 30 de março, de 1975, p.135), também é fato que essa decisão ainda implicou em corte de gastos, cada vez mais presente no dia a dia da escola.

Portanto, essa instituição agora com o nome da Escola Jockey Club Brasileiro (EJCB), além de aumentar o número de matrículas para implantar as turmas de quinta à oitava série e, assim, adequar-se ao formato de um estabelecimento de Primeiro Grau, teve que adotar uma nova relação com o tempo. Pois, o ano letivo, independentemente do calendário civil passou a ter, no mínimo, “[...] 180 dias de trabalho escolar efetivo, excluído o tempo reservado às provas finais” [...] (ART. 11 da LEI 5692/71). E, assim, a

⁶⁰ Lei voltada para a preocupação acentuada em proteger o Estado contra um "inimigo interno" — no caso do Brasil (FICO, 2010). Formalizada pelos seguintes decretos: Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967. Transformava em legislação a doutrina de Segurança Nacional, que se tornara fundamento do Estado após a intervenção Militar de 1964. E Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969. Essa Lei de Segurança Nacional foi a que vigorou por mais tempo no regime militar.

⁶¹ “Estabelecido pelo Decretado nº 19.890/31, via a Reforma Campos, esses exames eram condição para o ingresso em todas as escolas secundárias oficiais do Brasil. Extintos somente com a Lei nº 5692/71 possibilitaram a ampliação de acesso ao ensino primário”.

organização que informava que “as aulas funcionarão de 15 de março a 30 de novembro de cada ano, considerando-se os períodos de férias de 11 a 31 de julho e de 16 de dezembro a 01 de março” [...] (REGULAMENTO ESCOLAR, artigo 10, item 2 – p.7), teve que ser reformulada.

Além disso, a Lei 5692/71, também interferiu em outros aspectos pedagógicos das escolas, de modo geral, ao definir que o ensino passaria a ter por objetivo “a preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno” [...] (ART. 4, 1ª parágrafo da LEI 5692/71), conforme já mencionado.

Nesse caso, a escola do JCB procurou cumprir com as exigências da Lei tanto através da introdução das aulas de Trabalhos Manuais, para nove de suas turmas (31 de março de 1971), quanto por meio da parceria com o Jornal do Brasil, para que seus alunos da 8ª série participassem de sondagens profissionais realizadas por esse jornal (OFÍCIO Nº 4 de 28 de março de 1979).

No que se referiu à ideologia da época (vide nota de nº 40, p.54), a escola prontamente assumiu um currículo nacionalista e ao apoiar os *slogans* governamentais da ditadura civil militar - “Brasil ame-o ou deixe-o”/ “Ninguém segura esse país”/ “Este é um país que vai pra frente”/ “Nunca fomos tão felizes” - adotou a função ideologizante (vide nota de nº 40, p.54) no seu currículo quando, por exemplo, transmitiu aos alunos a imagem dos interventores como heróis, que salvaram a sociedade brasileira:

Hoje, às 11, 30 horas, teve lugar no auditório dessa escola uma cerimônia cívica em homenagem ao Dia do Soldado, comemorando-se a data do grande herói Nacional Duque de Caxias. [...] Existem nomes de pessoas e coisas que nos acostumamos a ouvir desde crianças e, às vezes, chegamos a idade adulta sem darmos o devido valor a esses nomes e coisas. Poucos são os alunos que se apegam à História do Brasil ou conseguem dela tirar o verdadeiro sentido de bravura dos nossos heróis (LIVRO DE OCORRÊNCIA HISTÓRICA DA EJCB, 25 de agosto de 1971, p. 77 - verso).

Conforme transcrição acima, o objetivo de tornar monumental a imagem dos militares como heróis nacionais fez parte das ações no interior da escola do JCB. E em razão disso, as já existentes práticas cívicas, tais como os atos de hastear a bandeira e entoar hinos, foram frequentemente utilizados. Desse modo, datas como o 21 de abril (Tiradentes), o 15 de novembro (Proclamação

da República) e o 19 de novembro (dia da Bandeira), sempre eram propícias para mencionar os militares como “salvadores” da Pátria.

O programa de um desses momentos cívicos, inclusive, mostrou que a escola incluiu o canto Fibra de Herói – canção tradicional do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira e do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha, entoada nos quartéis para homenagear a Bandeira do Brasil, a “Pátria amada” e para afirmar o sentimento de defesa, “combate ao inimigo” e amor ao país (JÚNIOR, 2011), letra em anexo - em uma de suas atividades, conforme registrado na página de número 73 de seu Livro de Ocorrências Históricas.


À vista disso, o canto Fibra de Herói, ao aparecer em um ato cívico realizado com o corpo discente na escola do JCB, reforçou a nossa interpretação de que o *slogan* “Brasil ame-o ou deixe-o”, que tinha por intenção propagar um tipo de nacionalismo e construir uma representação positiva do governo da época (FICO, 1997), estava ideologicamente (vide nota de nº 40, p.54) incorporado na escola.

De fato, o lugar ocupado pelo clube na sociedade carioca – empresa aristocrática⁶² – permite interpretá-lo sob uma relação funcional (ELIAS, 1994), que de certo modo, tinha interesses políticos e econômicos que estavam contemplados pelo projeto de nação adotado, naquele momento. Nossa constatação se torna mais contundente, quando, exatamente nesse contexto, a EJCB usou expressões que julgaram os movimentos trabalhistas como responsáveis pelo caos do país e classificaram a ditadura civil militar como “revolução que devolveu a ordem e o progresso para a nação, que estava tomada por desordens causadas pelas greves [e] [...] que perturbavam o progresso e a paz” (Livro de Ocorrências Históricas, 01 de abril de 1970, p. 60).

Coadunou, ainda mais, à ideia de patriotismo, civismo e nacionalismo, a inclusão pela escola de dois componentes curriculares: a Educação Moral e Cívica e a Organização Social Política Brasileira (OSPB). E se as referidas disciplinas se constituíram em exigências da Lei 5692/71, a OSPB, apesar de não ter sido obrigatória para o curso de Primeiro Grau, foi incluído no currículo da EJCB.

⁶² O termo aristocracia/aristocrático expressa a ideia de grupos elitizados/ historicamente enriquecidos e tradicionalmente oriundos da cultura desses grupos sociais (PIÇON; CHARLOT, 2002).

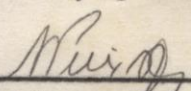
Figura 27 - Foto da grade curricular da década de 1970.


ESCOLA
JOCKEY-CLUB
BRASILEIRO

CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES DAS 5^{as}, 6^{as}, 7^{as} e 8^{as} séries

PROFESSORES	MATÉRIA	CARGA HORÁRIA	
		SEMANAL	MENSAL
[REDACTED]	Português	20	90
[REDACTED]	Português	20	90
[REDACTED]	Matemática	15	67,5
[REDACTED]	Matemática	25	112,5
[REDACTED]	E.Sociais - M.Cív.	15	67,5
[REDACTED]	Ciências - Prog.Saúde	17	76,5
[REDACTED]	Inglês	9	40,5
[REDACTED]	Inglês	15	67,5
[REDACTED]	Ed. Física	17	76,5
[REDACTED]	Ed. Física	17	76,5
[REDACTED]	Música	16	72
[REDACTED]	Artes	16	72
[REDACTED]	- E.Soc. - M.Cív. e O.S.P.B.	25	112,5
[REDACTED]	Ciências	10	45

Rio de Janeiro, 13 de março de 1978


Augusto de Amaral Peixoto Junior
Diretor Supervisor da E.J.C.B.

OBS.: Estamos aguardando a nomeação de um professor de Ciências para ocupar o lugar do professor Alfredo Luiz da Rocha Barreto, que pediu demissão.

Fonte: Pasta de Ofícios da EJC, 1978.

Além disso, como mostra a figura acima, o JCB não apenas incluiu as disciplinas determinadas pela Lei 5692/71 no currículo, como destinou uma carga horária considerável às mesmas. Pois, ao contabilizarmos os tempos destinados aos referidos componentes curriculares, constatamos que os mesmos estavam no grupo dos mais altos: Moral e Cívica e OSPB continuam

uma carga equivalente a matemática e, ainda, superior a português. O que mostra que o JCB adotou com “louvor” essa determinação legal.

Assim como as disciplinas mencionadas no parágrafo anterior, a Educação Física, a Educação Artística e o Programa de Saúde, também passaram a fazer parte do currículo, como componentes obrigatórios, determinados pela Lei 5692/71. Nesse aspecto, novamente o JCB foi exemplar e cumpriu pontualmente com a referida exigência. Inclusive elegia os melhores alunos para serem os monitores de saúde, que em cerimônias de posse “eram chamados nominalmente [pela diretora] e acompanhados de suas professoras, subiam ao palco de quem recebiam as divisas [espécie de distintivo] que lhes colocavam no braço esquerdo” (LIVRO HISTÓRICO, 12 de abril de 1971, p.72), como usadas por alguns alunos na foto abaixo:

Figura 28 - Cerimônia de posse dos novos monitores da saúde/turmas dos menores.



Fonte: Arquivo da EJC.B.

Contudo, vale chamar a atenção para o fato que foi nesse período que o clube extinguiu o consultório médico da escola e diminuiu radicalmente o

atendimento odontológico, o que de certo modo, foi uma medida que nos parece se encontrar na contramão da inclusão do Programa de Saúde.

2.3. Uma administração aos moldes da caserna: maior controle, fiscalização e burocratização.

As práticas adotadas pela escola do JCB, nos anos 1970, expressaram claramente um movimento em direção à constituição de outro tipo de relações escolares/administrativas. Aquela administração permissível, que desde meados de 1960 o clube sinalizou que não manteria, passou a ser intolerável e passível de sanções no decorrer de 1970.

O Almirante Augusto Amaral Peixoto, que já atuava cortando gastos, nesse momento, fincou na escola uma estaca racional no modo como a mesma deveria se estruturar administrativamente. No que se referiram às relações com os professores e funcionários, essas rumaram a uma formalidade, com diferentes exigências, todavia não mais flexível: controles do cumprimento do horário e dos dias de trabalho passaram a ser rigorosamente fiscalizados e cobrados, além de uma série de comunicados e advertências, alertando sobre o descumprimento das normas e regras trabalhistas, que foram elaboradas e passaram a ser bastante utilizadas. Inclusive muitas delas seguidas de citações das referências legais do Ministério do Trabalho ou do código de conduta da própria Empresa.

Também foi nesse período que o Almirante Augusto Amaral Peixoto realizou reuniões para expor e/ou reforçar as mudanças, a fim de que não houvesse dúvidas quanto às suas decisões.

Nesse caso, vários dispositivos foram instaurados, visando eliminar definitivamente qualquer vestígio de informalidade ou assistencialismo: abonos de faltas e/ou atrasos, somente mediante justificativa formal (atestado médico, por exemplo); o horário de entrada, almoço - quando era o caso - e saída passaram a ser controladas por meio de registros de ponto; os intervalos, para os que tinham jornadas de oito horas, não poderiam ultrapassar dez minutos.

Na prática, o Almirante Augusto Amaral Peixoto criou a abertura de seis documentos, que tinham como objetivo controlar e fiscalizar, a fim de que suas ordens pudessem ser mais eficazmente implementadas:

Tabela 7 - Relação dos documentos abertos ou enfatizados na gestão do Almirante Augusto A. Peixoto.

Tipo	Abertura
1. Ata ênfase do Centro de Civismo	1964
2. Livro de Queixas	1964
3. Pasta de Inventário	1970
4. Caderno Circular	1970
5. Pasta de Controle presença	1971
6. Ata de Círculo de Pais e Docentes/ novas práticas	1971

Fonte: Acervo Documental da EJCB.

Esse maior controle que, em última instância, implicou uma centralização e, conseqüente, perda de autonomia da direção da escola⁶³, também pressupôs a instituição de ofícios, que eram submetidos à avaliação e à aprovação, primeiramente do Almirante Augusto Amaral Peixoto e depois do setor competente – financeiro, segurança, marketing, compras, etc., impondo à escola sua dependência aos outros setores do clube.

O arquivo documental, nessa época, inclusive, apresentou um grande quantitativo de ofícios expedidos, conforme exemplo do quadro abaixo:

Tabela 8 – Exemplos de Ofícios expedidos.

Solicitação – Ofício – Data	Destino
Realização de canteiro e ajardinamento do mesmo – nº37/79 - 13/09/1979	Superintendência
Trânsito de alunos no JCB – nº16/70 - 30/05/1979	Superintendência
Buffet para formatura da 8ª série – nº	Vice-Presidente Financeiro

⁶³Anteriormente a diretora simplesmente comunicava as necessidades da escola ao setor competente para ser prontamente atendida, instituiu solicitações formais, datadas e numeradas, que eram avaliadas e poderiam ser aprovadas ou não. Essa mudança relacional – cargos desfeitos, pessoas não ouvidas na Escola do Jockey e concentração de poder - pode ser confrontada com a discussão sobre “uma só voz”, uma só opinião - a de ‘cima para baixo’, em ‘mão única’ de direção” feita por Ribeiro (1991), ao escrever sobre a formação política do professor no contexto ditatorial.

76/78 – 17/11/1978	
Liberação de funcionários no período de recesso – nº 22/79 – 05/07/1979	Departamento Pessoal
Requisição de Material – nº 43/79 – 04/10/1979	Setor de Compras
Queixa da Empresa Dinâmica (serviço de limpeza terceirizado que passou assumir parte desse serviço na escola) – nº 84/78 – 19/12/1978	Departamento Pessoal/ Departamento de Contratos

Fonte: Arquivo da Escola do JCB/Pastas de Ofícios.

As comunicações com setores externos ao clube também não escaparam ao controle e deveriam ser formalizados via os ofícios, conforme os exemplos a seguir: 1) “Vimos por meio deste solicitar o fornecimento gratuito de filmes e a inscrição da Escola do Jockey Club Brasileiro [...] nesta Filmoteca Global. Nosso operador é devidamente habilitado a manejar projetores cinematográficos de 16 mm sonoros” (OFÍCIO 9/78, 6 de abril de 1978). 2) “Solicitamos a V. S^a que nos envie 1.200 (mil e duzentas) Coca-Colas para o lanche que pretendemos dar no Dia da Criança, 12 de outubro. Contamos com sua valiosa contribuição” (Ofício 38/79, 19 de setembro de 1979). Os exemplos sinalizaram também que novos meios foram utilizados para conter os gastos do JCB com sua escola: adotou-se a prática de pedidos de gratuidades e de doações externas.

Desse modo, essa maior formalização/burocratização administrativa se coadunava com a implantação dos seis documentos acima mencionados (figura 35) que através do seu Livro de Queixas sintetizou os objetivos dessa prática: instalação da cultura da denúncia, característica do modelo de governo adotado pela ditadura civil militar. Ou seja, vivia-se “as consequências do divórcio, acentuado e tenso, entre o pensamento e a ação, entre o que se pensa e o que se pode dizer, escrever, representar, fazer” (RIBEIRO, 1991, p. 228). As imagens abaixo dão noção das tensões que esse documento registrava:

Figura 29 - Foto do texto de abertura do Livro de Queixas.

Escola Jockey Club Brasileiro.

2º Termo de abertura

Servirá este livro, contendo 137 (cento e trinta e sete), páginas, todas por mim rubricadas, para registro de queixas de funcionários da Escola e famílias dos alunos da mesma Escola. Foi anteriormente aberto por mim, quando vice-diretora em exercício, no ~~_____~~.

~~_____~~

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 64

~~_____~~

Fonte: Livro de Queixas da EJCB, 1964, capa da p. 01.

Figura 30 - Foto do texto introdutório do Livro de Queixas.

Este livro já havia sido aberto por
 mim e lembro-me que no mesmo
 haviam diversas queixas de mães
 de alunos e funcionários. Uma
 dessas queixas da senhora mãe do
 então aluno Roberto Meireles provo-
 cou a demissão da professora
 Sônia Lyones dos Santos. Outra
 queixa era da responsável pela
 aluna Inara de Tal contra a
 então monitora Nete Feijó.

Quando assumi a direção da
 escola encontrei-o violado, sem
 as páginas das queixas e sem
 o termo de abertura. Os funcioná-
 rios que estavam comigo e
 testemunharam o fato são
 citados no livro de ocorrência
 com a data de então quando
 mandei lavar, no dito livro, o
 fato.

Nesta data, oficializo a
 (reabert.) reabertura do mesmo
 dando ciência de sua existên-
 cia a quem interessar.

Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 64

Figura 31 – Foto1 dos registros coberto com nanquim no Livro de Queixas.

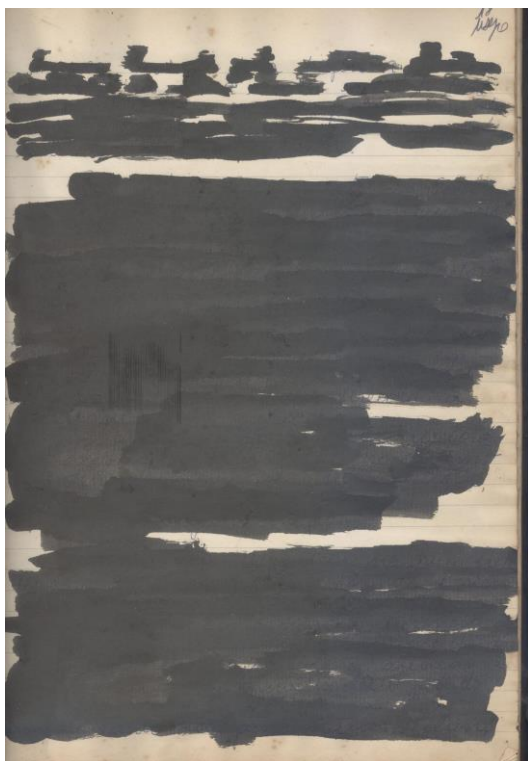
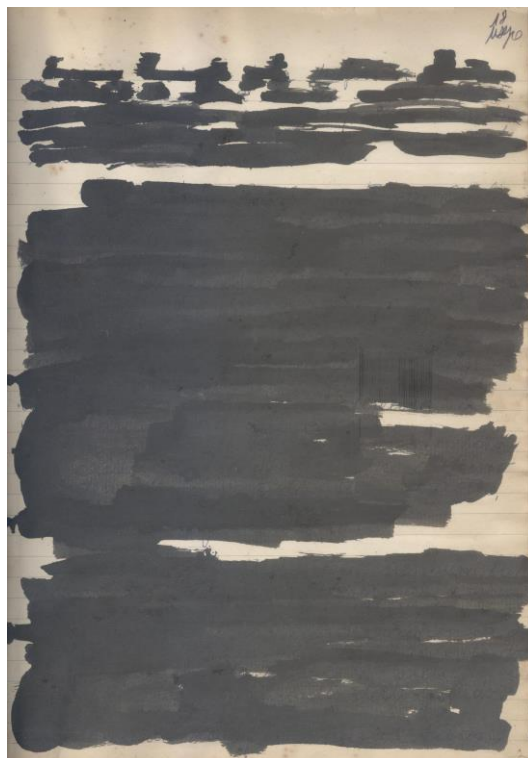


Figura 32 - Fotos dos registros coberto com nanquim no Livro de Queixas.



Fonte: Livro de Queixas da EJC, data aproximada 1970, p. 18 – 20, com versos não numerados.

As folhas acima compõem uma seqüência de seis páginas, cujos registros cobertos com tinta nanquim, mostram que o que fora escrito deveria ser enquadrado no não dito (POLLAK, 1989; RIBEIRO, 1991) da história daquela escola.

Por uma questão ética, a qual não deve estar dissociada da ciência (COSTA, 2001), não transcreveremos exemplos das tensões que foram anotadas no livro acima. No entanto, nesse documento constam queixas desde mais brandas a graves, que, seguiam o seguinte protocolo: uma pessoa denunciava outra, que tinha um período para escrever sua defesa ou explicação, posteriormente, a diretora e o vice-presidente analisavam o caso e decidiam sobre o mesmo. Ao serem “julgados”, os denunciados eram absolvidos ou levavam sanções desde advertência à suspensão ou demissão. Isso confirma que o modo de administrar da escola do JCB não escapou da cultura de repressão, instituída pelos governantes no período da ditadura civil militar (RIBEIRO, 1991).

Para os alunos foram instituídas fichas de comportamento, que os avaliavam e tinham influência na sua permanência ou não na escola. Fato que

mostrou que, mesmo com a presença da Orientadora Educacional, determinada pela 5692/71, que atuava especialmente nessa dimensão, alguns comportamentos passaram a ser intoleráveis, sendo passíveis de desligamento da instituição, como por exemplo, o não cumprimento dos horários – entrada e saída -, considerado como transgressões às regras da instituição:

Figura 33 - Frente da Ficha de Aplicação e Comportamento.

ESCOLA DO JOCKEY-CLUB BRASILEIRO
1ª Série- 6 ANO

1973 NOME _____ 804

MÊS	APLICAÇÃO	COMPORTAMENTO
março	Bom	Bom
Abril	Bom	Escecute
Maio	Bom	Bom
Junho	Bom	Bom
Agosto	Bom	Bom
Setembro	Bom	Suficiente
Outubro	Suficiente	Bom
Novembro	Suficiente	

MÉDIA ANUAL Bom - Promovido para 2ª série
RESULTADO FINAL Suficiente

Figura 34 - Verso da Ficha de Aplicação e Comportamento.

	FALTAS	PUNIÇÕES
18 OUT 1973	11 —	21 —
2 —	12 —	22 —
3 —	13 —	23 —
4 —	14 —	24 —
5 —	15 —	25 —
6 —	16 —	26 —
7 —	17 —	27 —
8 —	18 —	28 —
9 —	19 —	29 —
10 —	20 —	30 —

Fonte: Acervo da EJCB.

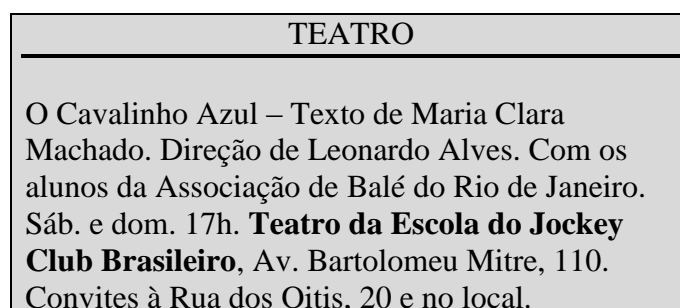
As fichas, nesse caso, ao reforçarem a imagem do aluno conforme os princípios do bom comportamento, incentivado pela escola através do seu peso na avaliação, fizeram com que tanto as condutas, quanto as atitudes, nesse momento, passassem a ter uma importância vital. Inclusive, minando aspectos da meritocracia, já em processo de adoção pela escola.

Por exemplo, os melhores alunos, aqueles que recebiam os prêmios – medalhas, condecorações - eram como uma espécie de monitor que tinha como função anotar o nome dos colegas que tivessem feito algo de errado na sala de aula⁶⁴ - o que nos remonta ao papel do “dedo duro” – delator -, função bastante incentivada pela ditadura civil militar (FICO apud DELGADO, 2010).

Por fim, nessa administração aos moldes da caserna, em que os cortes de gastos estavam no rol dos objetivos a serem alcançados, o JCB, na figura do Almirante, repensou a função do teatro da escola: de um espaço exclusivo dos alunos da EJCB, a sala bem equipada e espaçosa começou a ser alugada.

Assim, curiosamente se a escola não era mais noticiada pelos jornais da época, como era, antes de 1970, a partir desse momento passou a ocupar outro espaço nesse meio de comunicação: os classificados, em que era mencionada apenas para que o locador de seu teatro sinalizasse para os leitores onde seria o evento que realizaria. Como os anúncios da Associação de Balé do Rio de Janeiro - o Balé Dalei Achmar (Jornal do Brasil 07 de outubro de 1977, p.6), o do III Festival de Música Popular do Colégio Rio de Janeiro (Correio da Manhã 11 de novembro de 1970, p. 12.) e o da imagem a seguir:

Figura 35 - Anúncio que mostra a locação do teatro.



Jornal do Brasil 21 de outubro de 1977, p.6.

⁶⁴ Informação relatada por uma ex-aluna, que estudou na escola na década de 1960 e 1970.

Desse modo, o clube ressignificou a utilização dessa base material, proporcionando novas formas de apropriações (WERLE, BRITTO e COLAU, 2007): a sala de teatro ao entrar na lista de corte de gastos, passou a ser fonte de renda para o clube.

2.3.1. Um pequeno interregno.

Nesse contexto em que a escola perdeu grande parte de sua autonomia, na medida em que o Almirante Augusto Amaral Peixoto passou a ter ingerência direta nas decisões escolares, a figura da diretora, sem sombra de dúvidas, fragilizou-se. Inclusive os ofícios da escola na década de 1970, em sua maioria, estão assinados/autorizados pelo Almirante.

E se o próprio manteve uma atuação firme durante os anos em que esteve na vice-presidência da escola, diferente dos vice-presidentes que o antecederam e o sucederam, em 1979, ao passar seu bastão para um civil, Sr. Mário Augusto Teixeira, parece que o clube, antevendo os novos tempos, quis dar início a uma nova etapa na história da escola. Pois, de qualquer modo, os 16 anos do Almirante como responsável pela escola perante o clube foram suficientes para firmar uma base propícia para as mudanças que estariam por vir nos anos 1980: a instalação do *ethos* meritocrático.

Portanto, em 1979, no Governo de João Figueiredo, devido ao falecimento da diretora Dona Isadora, convidada para o cargo em 1972 pelo Almirante Augusto Amaral Peixoto (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 6 de março de 1972, p.92), assumiu como diretora a professora de estudos sociais Ana Moreira que, nesse caso, ainda foi indicada pelo Almirante Augusto Amaral Peixoto:

Com o falecimento da Professora [Isadora – nome fictício], ficou vago o cargo de Diretora da Escola Jockey Club Brasileiro.

Para ocupá-lo, buscamos no próprio quadro docente da Escola, elementos categorizados, recaindo a escolha na Professora Ana Moreira (nome fictício).

Admitida em 23.05.1972, está habilitada, portadora que é do diploma do curso de Diretora de Escola, pendente do devido registro na Secretaria de Educação.

[...] Propomos a V. Exa. que a Professora Ana Moreira [...] seja investida no cargo de Diretora da Escola Jockey Club Brasileiro, a partir de 01 de agosto próximo vindouro, ressalvando o direito de a qualquer tempo retornar à regência de turma (ARQUIVO MORTO, 31 de julho de 1979 – Pasta de documentação de Pessoal.).

Entretanto, cinco meses depois de sua posse decidiu voltar para sala de aula. Segundo pudemos apurar devido a questões salariais, bem como por questões relativas às reais atribuições de diretora. Ainda nos pareceu que como solicitou o desligamento da função no mesmo período que o Almirante Augusto Amaral Peixoto também deixou o cargo de vice-presidente da escola, estaria como diretora apenas em respeito ao convite que o próprio Almirante lhe havia feito para o cargo.

Assim, na década de 1980 a escola vive um novo momento com um civil como vice-presidente e com uma diretora vinda de fora da comunidade escolar e que o clube, como já mencionamos, selecionou por meio de concurso, ainda determinado pelo Almirante Augusto Amaral Peixoto ao final de sua gestão como vive-presidente.

Portanto, se a escola durante o tempo em que o Almirante foi seu vice-presidente colocou em prática, de forma bastante centralizada, os princípios da Lei 5692/71, bem como a LSN em seu cotidiano escolar, também preparou o terreno, para a contratação da nova diretora, que de forma autônoma cortou gastos e mudou os critérios de entrada e permanência na escola, para que o *ethos* meritocrático, pudesse florescer na gestação de D. Graça, conforme veremos no capítulo três.

2.4. Os efeitos de um novo contexto geográfico na escola: a Rocinha e seus alunos moradores.

As mudanças no perfil de alunos da escola do JCB na década de 1970 se deveram às próprias transformações urbanas que ocorreram na cidade, especialmente, nos bairros do Leblon, Gávea e Jardim Botânico (construções civis e de infraestrutura), onde muitos dos alunos da EJCMB moravam – nas vilas operárias e Favela Praia do Pinto – e que, após as reformas urbanas, boa parte passou a habitar a Favela da Rocinha.

Inclusive, a partir desse período a Rocinha tornou-se uma área da cidade que não “parou de crescer: mil habitantes em 1940, quatro mil em 1950, quatorze mil em 1960, trinta mil em 1970” (IBGE *apud* DRUMMOND, 1981,

p.11). E já em 2010, com uma média de 69 mil e 161 habitantes (IBGE, 2010), abrigava 90% dos alunos da escola, que têm a Rocinha como seu endereço⁶⁵.

Todavia, os dados que pesquisamos já nos levaram a inferir que os alunos, desde o início em que começaram a ser majoritariamente da Rocinha, compunham um grupo social diferenciado/privilegiado em relação aos demais, devido, por exemplo, ao seu endereço no interior dessa favela. Ou seja, eram discentes que por morarem na parte mais baixa do morro – cercanias da Rua Dois, região mais urbanizada, com mais serviços e infra-estrutura – podiam utilizar o já existente ônibus de número 546⁶⁶ que por meio de horários bastante espaçados, interligou a favela ao bairro da Gávea e do Leblon, conforme dados da Rádio Rocinha.

Além disso, se esse foi o primeiro coletivo que acessou a favela, seus moradores antes dessa melhoria utilizavam os bondes, que, desde 1904, já elétricos, faziam ponto final no alto da Rua Marquês de São Vicente, no chamado “Rodo” do Bonde – próximo à Rua Mary Pessoa (Catálogo Online dos Monumentos do Rio de Janeiro⁶⁷). A partir daí até a Rocinha teriam que cumprir um percurso de subida de aproximadamente 3,2km a pé até à Rua 1 já na Rocinha e depois mais 1km de descida até a Rua 2; conforme cálculo do Google Maps. Rotina essa quebrada em 1950, conforme nota de rodapé:

⁶⁵ Essa constatação está baseada na consulta ao arquivo da escola, em que consultamos aproximadamente duzentas fichas, para verificar onde os alunos entre os anos de 2008 – 2010 moravam. Além disso, esse dado também foi informado pela secretária escolar.

⁶⁶ A primeira lotação para a Rocinha, o 546, foi inaugurada na década de 1950 e era popularmente conhecida como Amarelinho, por ter sua lataria pintada por essa cor – ver anexo P. “Chamados de “Cata corno”, “Cata mendigos” entre outros apelidos pejorativos, as lotações de cor amarela tiveram grande parcela de importância num tempo em que a favela da Rocinha era bastante desassistida no sistema de transportes. [...] O saudoso Amarelinho também entrou para os anais do cinema brasileiro, pois pouco antes de ser desativado, serviu de cenário para as filmagens de ‘A Dama do Lotação’, um filme do dramaturgo Nelson Rodrigues, do ano de 1978” [...] Na virada dos anos 70/80 foram extintos os Amarelinhos e a TAU assumiu definitivamente a linha 546.

Fonte:

http://radiatorocinha.org/default.php?pagina=blog.php&site_id=1434&pagina_id=29717&tipo=post&post_id=8 – Acesso em 20 de abril de 2018.

⁶⁷ Fonte: <http://www.monumentosdorio.com.br/base/bairros/057.htm> – Acesso em 20 de abril de 2018.

Figura 36 - Bonde 194/Gávea.



Fonte: Arquivo do Instituto Moreira Salles

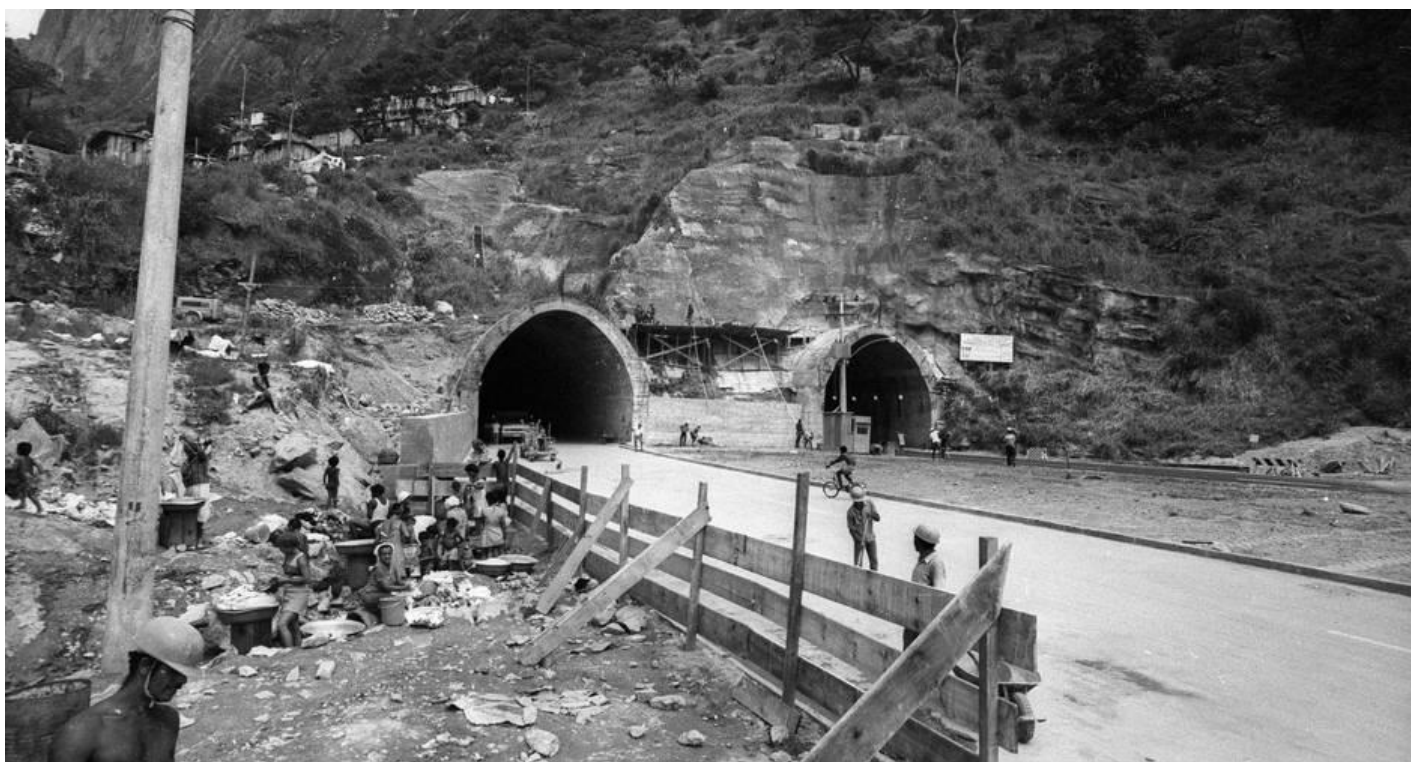
Figura 37 - Segunda linha de ônibus da Rocinha.



Fonte: Acervo Globo online, 1971.

Além da importância do ônibus 546, cabe também ressaltar que o acesso desses alunos à escola ainda foi facilitado pela construção do Túnel Dois Irmãos⁶⁸, inaugurado justamente em 1971. Planejado para ligar Zona Sul e Zona Oeste, no entanto, ao perpassar pela parte baixa da favela, diminuiu a distância entre a mesma e o Leblon. Fato que arrancou a Rocinha de seu isolamento e otimizou o tempo de acesso dos alunos – antes moradores das cercanias da escola ou do interior do próprio clube - à escola e, conseqüentemente, estimulou que mais famílias pleiteassem vagas para seus filhos na escola do JCB.

As fotos a seguir permitem a leitura e a interpretação (MAUD, 2008) da chegada dessa melhoria à Rocinha⁶⁹:



⁶⁸ Fonte: Memória Rocinha/Linha do Tempo em <http://memoriarocinha.com.br/linha-do-tempo/> – Acesso em 25 de abril de 2018. Essa obra compôs uma das tantas alterações dos bairros do Leblon, Gávea e Jardim Botânico. Enfim, já indicando uma expansão futura da zona sul para a Barra da Tijuca.

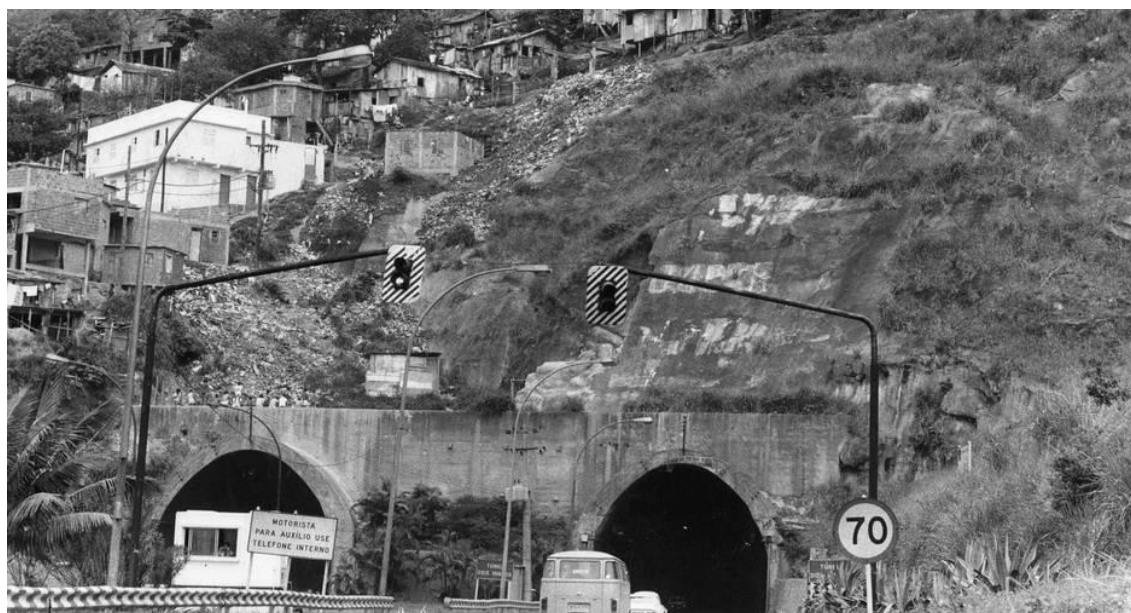
⁶⁹ Existia apenas a Estrada da Gávea e a Avenida Niemeyer, construídas no início do século XIX, mas restritas às carroças e aos carros particulares.

Fontes: <https://diariodorio.com/historia-da-avenida-niemeyer/> – Acesso em 25 de abril de 2018.
<http://museudacidadedorio.com.br/pt-br/content/s%C3%A9culos-xvi-ao-xviii> – Acesso em 25 de abril de 2018.

Figura 38 - Túnel Dois Irmãos em construção.

Fonte: Acervo Globo online, 1971.

Figura 39 - Imagem do Túnel Dois Irmãos com o alto a favela, em permanente crescimento e abaixo a estrada que passa “pelas portas” da Rocinha.



Fonte: Acervo Globo online, 1973.

A “chegada” do Dois Irmãos, portanto, ilustrou as transformações urbanas que tiveram relação com o nosso objeto de pesquisa. Portanto, essas mudanças na configuração sócio-espacial (ELIAS,1999), alargaram o quantitativo tanto de alunos quanto de funcionários da escola que ali moravam⁷⁰ e que por direito passaram a matricular seus filhos na escola do JCB.

Entretanto, se as mudanças geográficas alteraram o perfil, tanto do aluno como dos funcionários, a escola também passou a valorizar cada vez mais o “mérito” nos processos avaliativos bimestrais e mais tarde, após 1980, nos concursos de ingresso, diminuindo assim o peso no aspecto da baixa condição financeira, como fator suficiente, para os não filhos de funcionários, nela ingressarem. Ou seja, a partir desse momento não bastava mais “ser pobre” para pleitear uma vaga através de um “padrinho”. Ao contrário, o aluno

⁷⁰ Dado retirado dos contratos de trabalho assinados no final da década de 1970.

tinha que se destacar na competição entre os melhores; lógica, inclusive, que aos poucos passaria a ser dominante na escola a partir da gestão de D. Graça.

Essa alteração de perfil, portanto, pressupôs critérios de seleção e permanência mais complexos e, nesse caso, a partir desse momento, por exemplo, salário, moradia (parte baixa ou alta da Rocinha) e *ethos* familiar (LAHIRE, 1997) foram aspectos que no seu conjunto garantiram a própria entrada e a permanência dos alunos na escola do JCB, já que a meritocracia ali adotada exigiu que os mesmos fossem cada vez mais ajustados aos valores da escola; característica, sem dúvida, mais fácil de ser atingida, caso o *ethos* familiar do aluno estivesse em consonância com o da escola (IDEM, 1997).

Nessa nova conjuntura escolar, os pais inclusive, deviam ser mais participativos e atuantes na escola, comportamento que se encontrou diretamente ligado ao *ethos* familiar, na medida em que a implementação do Círculo de Pais e Professores (LIVRO DE OCORRÊNCIAS HISTÓRICAS, 30 de março de 1971) no dia a dia da escola, segundo os ditames da Lei 5692/71, lhes foi exigido um tipo de comportamento condizente à ocasião – saber-se posicionar, expressar suas opiniões, etc.

Essa nova perspectiva implantada na escola, no entanto, não a fez esquecer-se de sua “função social”, apesar de bastante diminuída e cada vez mais espaçada: tornou-se um dos pólos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), política de educação de adultos criada em 1968 pelo governo civil militar com o intuito de substituir o programa anterior, coordenado por Paulo Freire.

Inclusive o registro da inauguração da primeira turma implantada na escola do Jockey foi feito no Livro de Ocorrências Históricas:

Reunião às 10h no auditório da escola para explicar aos alunos do Mobral como serão distribuídos os óculos (banco de óculos) e orientação para os alunos da Escola Normal Azevedo Amaral e Rio de Janeiro para recrutarem analfabetos. Presentes os Srs. José Crespo, Diretor Geral do Mobral na Zona Sul, dois representantes do Lions Club, o Sr. Ministro Amaral Peixoto [o Almirante da vice-presidência do JCB e que respondia pela escola], Dona Isadora [diretora da escola do JCB na época] e a Sr^a Diretora da Escola Normal Azevedo do Amaral (LIVRO DE OCORRÊNCIAS HISTÓRICAS, 25 de abril de 1972, p.93).

No entanto, o que deve ser aqui ressaltado não é a “função social” do clube – *vide* seu *ethos* assistencialista -, mas o comprometimento da escola com o regime civil militar implantado, na medida em que ofereceu suas dependências para que ali se estabelecesse um dos pólos do MOBRAL, política na época ultra valorizada pelo governo civil militar.

Além do mais, esse feito colocou a escola novamente sob os holofotes dos jornais.

O Jockey Club Brasileiro vem participando do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL), servindo-se da magnífica instalação da Escola Jockey Club Brasileiro [...]. A primeira turma de 96 alunos recebeu diploma em cerimônia solene [...]. O almirante Augusto do Amaral Peixoto, diretor do Jockey Club Brasileiro e supervisor daquele educandário, discursou a respeito, como o fizeram depois o professor José Maria de Carvalho Júnior, representante do MOBREAL no Estado da Guanabara (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de maio de 1971, página não identificada.).

Colaborando com o Movimento Brasileiro de Alfabetização, O Jockey Club Brasileiro inaugurou, na escola primária que mantém, para os filhos de seus empregados, um curso MOBREAL para seus funcionários e profissionais, já tendo registrado 483 alunos. O curso foi inaugurado ontem, em cerimônia presidida pelo Almirante Augusto Amaral Peixoto (Jornal do Brasil, 7 de janeiro de 1971, p.10).

Esses registros, inclusive, dataram o último evento em que o JCB disponibilizou seu espaço e despendeu recursos humanos e financeiros em causas sociais. Essa mudança também pressupôs relações mais distanciadas com a Igreja, na medida em que aquelas tradicionais celebrações de Primeira Eucaristia (foto em anexo I) realizadas no auditório da escola e seguida de *buffets* deixaram de acontecer e, tanto as aulas de catecismo, como a Primeira Comunhão passaram a ser realizadas na Igreja Nossa Senhora da Gávea.

Enfim, daquele momento para frente os espaços da escola, como se pode constatar, mais privatizados, foram racionalizados e suas relações administrativas e pedagógicas passaram a ser implementadas segundo uma ótica mais racional e utilitária, conforme mostrado nos itens acima. E se os anos 1970 fermentaram as condições para a chegada de algumas inovações pedagógicas implantadas na década a seguir, também é fato que os próximos anos adquiriram características bastante próprias, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3
A MERITOCRACIA “NA BERLINDA”

Por meio das entrevistas realizadas e com auxílio de algumas imagens, este capítulo mostra em que momento e de que modo a meritocracia ocupou lugar central na história da EJC. Apresenta a discussão, tendo como eixo a gestão de D. Graça, que assumiu a escola em 2007 e desempenhou importante papel na constituição do caráter meritório. Salientamos, ainda, alguns aspectos de sua administração, bem como mostramos a relevância do *ethos* familiar, aspecto já anteriormente mencionado, para a manutenção desse sistema de valor na escola. Pois acreditamos que a partir dos anos 2000, essa relação de interdependência – *ethos* escolar e familiar - foi um quesito fundamental para o sucesso do projeto meritocrático da escola.

3.1. Caracterização das entrevistas e dos informantes.

As entrevistas foram realizadas no modo presencial, com uso de gravador de áudio. Os entrevistados mostraram estar confortáveis e se sentiram à vontade para se manifestarem quando preferiam não comentar ou responder alguma pergunta. Acreditamos que o fato de a maioria dessas pessoas, exceto uma, não ter mais vínculo com a escola propiciou que falassem sem preocupação.

Apesar, de a entrevistada que ainda atua na escola, também, não ter demonstrado desconforto com o uso do gravador, a mesma solicitou o roteiro, antes do dia da realização da entrevista, o que nos sinalizou o “peso” do lugar de onde se está falando.

Os seis informantes foram acionados por telefone e apenas não tivemos sucesso com a diretora que assumiu a escola no ano 1994⁷¹, na medida em que, segundo o porteiro de seu prédio, a mesma se encontrava na região serrana há meses.

Para obtermos dados do tempo dessa gestão escolar lançamos mão da assessora da direção, que ocupou importante papel administrativo, conforme mostraremos neste capítulo. Com isso, participaram das entrevistas duas diretoras, uma assessora da direção e duas coordenadoras, entre os períodos de 1980 – 2010, conforme resumo dos quadros a seguir.

⁷¹ Dona Leila, que tendeu a retomar uma cultura assistencialista/paternalista durante sua gestão.

Tabela 9- Dados da Dona Antonia/Diretora – 83 anos.

Período de atuação no cargo.	1980 – 1994.
Data da entrevista.	8 e 9 de novembro de 2016.
Local de realização.	Realizada em Maceió; onde reside a entrevistada. Foram dois encontros: o primeiro em um restaurante e o segundo na residência da entrevistada.
Duração/Observações.	2h30'/ solicitou que algumas falas não fossem gravadas. Mas permitiu que fossem anotadas e usadas.

Tabela 10 - Dados da Dona Hortência Flores/Assessora da Direção – 70 anos.

Período de atuação no cargo.	1980 – 2010.
Data da entrevista.	20 de abril de 2018.
Local de realização.	Realizada em um espaço privativo de um hotel da Orla de Copacabana.
Duração/Observações.	1h10'/ solicitou que algumas falas não fossem gravadas. Mas permitiu que fossem anotadas e usadas.

Tabela 11 - Dados da Dona Graça Almeida/Diretora – 65 anos.

Período de atuação no cargo.	2007 – Atualmente.
Data da entrevista.	04 e 05 de abril de 2018.
Local de realização.	Realizada na EJCB, no gabinete da direção em dois dias consecutivos.
Duração/Observações.	1h25'/ Pediu o roteiro com antecedência.

Tabela 12 - Dados da Dona Bruna/Coordenadora – 73 anos.

Período de atuação no cargo.	1988 – 2008.
Data da entrevista.	15 de abril de 2018.

Local de realização.	Realizada na residência da entrevistada, condomínio situado na Barra da Tijuca.
Duração/Observações.	55'/ solicitou que algumas falas não fossem gravadas. Mas permitiu que fossem anotadas e usadas.

Tabela 13 - Dados da Dona Monique/Coordenadora – 38 anos.

Período de atuação no cargo.	2007– 2014.
Data da entrevista.	19 de abril de 2008.
Local de realização.	Realizada em um bistrô silencioso na Tijuca, bairro onde reside a entrevistada.
Duração/Observações.	55'/ Não teve nenhuma objeção.

As entrevistadas ainda receberam o Termo de Livre Esclarecimento, aprovado pelo Comitê de Ética, aspecto esse que, neste caso, nos tranquilizou, na medida em que não se opuseram à gravação de suas entrevistas. Todas se mostraram muito abertas a contribuir e a entrevista, muitas vezes, foi antecedida de um lanche.

Enfim, os depoimentos nos permitiram uma remontagem histórica da EJCB (ALMEIDA, 2009), especialmente do período em que foi adotado o *ethos* meritório, que, neste caso, não se desconecta das mudanças administrativas, das transformações pedagógicas, do *ethos* familiar e das parcerias, que a EJCB firmou com instituições, a fim de reforçar seu projeto educacional para a escola. Portanto, a história oral, ao trazer à baila informações contidas, muitas vezes apenas, nas memórias das entrevistadas, possibilitou a elaboração de um capítulo bastante profícuo.

3.2. As mudanças significativas: rumo a uma nova escola.

Algumas medidas de ordem pedagógica, iniciadas por D. Antonia e intensificadas por D. Graça, foram fundamentais para que a escola se tornasse um estabelecimento, podemos dizer, *sui generis*, calcado nos princípios da meritocracia. Pois, afinal de contas, é gerida por um clube tradicional e de elite, situa-se no interior do mesmo, possuindo grandes dimensões espaciais, constitui estreita vinculação com o Colégio Teresiano e com a PUC, instituições

de ensino de ponta e trabalha com critérios de seleção e permanência bastante exigentes.

Enfim, essas marcas, somadas a outras que descreveremos a seguir, nos fizeram acreditar que a EJC, a partir dessas inovações, construiu uma trajetória que se encontra fortemente marcada por um *ethos* meritocrático, característica da escola a partir desse momento.

3.2.1. A seleção e a permanência em debate.

A constituição da meritocracia na EJC foi longa e laboriosa. Iniciou-se, ainda nos anos 1980, com a chegada de D. Antonia à direção que, conforme já salientamos, empreendeu várias modificações no âmbito administrativo.

Entretanto, sua atuação “radical” foi para além do administrativo: instituiu critérios de seleção/permanência, bastante rígidos, ao definir a nota 7 como a média de corte.

Talvez envolvida com a “missão” de mudar a escola, em nosso entender, ela empreendeu uma política de permanência bastante rigorosa e que mais tarde foi, inclusive, alterada. Até mesmo acreditamos que ao procurar abolir o assistencialismo vigente, seu radicalismo acabou ainda colaborando com a mudança do perfil do aluno da escola, na medida em que esses mesmos alunos para entrarem e permanecerem na escola, a partir da instauração da média de corte sete, teriam que se esforçar ainda mais. Precisariam, inclusive, de familiares mais engajados em seus estudos. Aspectos esses que, sem dúvida, devem ter aumentado o nível de rendimento do aluno e, conseqüentemente, alterado o seu perfil na escola.

D. Antonia, até mesmo, nos afirmou que [...] “achavam que menino pobre não aprendia”. Seu vice-presidente colaborando com esse mesmo pensamento também lhe disse, “mas não vai ter aluno, dona Antonia” [...]. Ou seja, não só acreditavam que D. Antonia estava sendo muito rigorosa, como também demonstraram uma visão bastante clara sobre o que pensavam a respeito do aluno que a escola atendia.

Outra medida importante, que a diretora levou a cabo, foi aquela que procurou pôr fim à distorção idade/série, conforme depoimento abaixo:

[...]. “Tinha um teste pra ficar, tinha provinha. [...] a provinha era pra nivelar mesmo a criança [...]. Ainda mais que tinha promoção automática, pelo Município. Tinha criança lá [no Município] sem saber ler, mudando de série. Acho que foi pra selecionar, porque, afinal de contas, tem um ensino legal, sério, não podia pegar uma criança sem saber ler com 10 anos” (BRUNA, 15 de abril de 2018).

A forma racional dos testes, descrita por Bruna, tinha, acima de tudo, uma clara função: selecionar a fim de impedir que os “maus” alunos do Município e com idade avançada entrassem na EJCB, principalmente naquele momento em que as escolas da Prefeitura caminhavam em direção à promoção automática (Cadernos de Políticas Públicas da Cidade do Rio de Janeiro, volume I)⁷².

E se a média para a seleção e permanência dos anos 1994 até 2007 baixou para cinco, na gestão de D. Leila, foi para seis a partir da administração de D. Graça, que quando assumiu a escola, já atuava mais com os alunos concursados – com um perfil diferente daqueles ainda filhos de funcionários, etc. -, uma vez que o quantitativo de filhos de funcionários era inexpressivo⁷³. Inclusive, a própria nos afirmou que “o processo de seleção foi um mecanismo [...] o aluno ia por mérito. Foi uma estratégia que a gente continuou” (Graça, 05 de abril de 2018).

Ou seja, as medidas drásticas de D. Antonia, ao colocarem um fim no assistencialismo pedagógico - “quem indica” e alunos apadrinhados -, fazendo valer a prova de seleção tornaram o solo fértil para o florescimento da meritocracia que será amplamente difundida na gestão de D. Graça, como veremos a seguir.

3.2.2. A relevância de D. Graça para a escola.

Para que a meritocracia pudesse se transformar em um valor na escola, D. Graça teve que focar no desenvolvimento intelectual dos alunos, em vistas de prepará-los para um cenário educacional, pautado na competitividade seletiva.

⁷² Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130264/EducacaoPORT1211.pdf> – Acesso em 27 de abril de 2018.

⁷³ Em 2007/2008, a porcentagem de filhos de funcionários estudando na escola era em torno de 10% e 15% conforme a secretaria da EJCB.

Em razão disso, seus principais feitos foram: a) adoção de livros didáticos de acordo com sua classificação no mercado pedagógico definido pela rede de escolas consideradas de excelência; b) invenção da olimpíada de matemática interna e reativação do laboratório de matemática, ambos com o objetivo de desconstruir a “barreira” que muitos alunos têm em relação a essa área de conhecimento; c) instituição das olimpíadas de português e dos simulados, com o objetivo de prepará-los para provas de concursos, de escolas de Ensino Médio; d) ampliação e estreitamento de laços com instituições parcerias, para reforçar os estudos e para formações extras – por exemplo, curso de inglês e de informática.

A minuciosa escolha das coleções dos livros didáticos foi atrelada ao objetivo de formar alunos para que, assim, se tornassem competitivos dentro do “mercado escolar”. A coordenadora, Monique, contratada por D. Graça, explicou que o critério de escolha do livro – comprado pelos pais - não considerava o custo, mas a finalidade pretendida pela escola:

[...] “buscava os livros que atendessem as necessidades, que fossem bons livros [...] às vezes não ia ajudar muito comprar mais barato e não atendessem as necessidades da escola e do aluno propriamente dito. Então tinha toda uma pesquisa voltada para os livros” [...] (MONIQUE, 19 de abril de 2018).

Inclusive, D. Graça nos disse que teve um período em que a escola adotou a mesma coleção utilizada pelo Colégio Teresiano – instituição privada – porque, queria investir em livros com bons conteúdos, a fim de formar alunos de excelência e bem preparados; para “brilharem, como brilham a maioria dos alunos da Escola Jockey” (GRAÇA, 05 de abril de 2018). Fato esse que reforça nossa hipótese de que a EJCБ escolariza, pautada em um tipo de “escolarização de filhos de chefes” (OLIVEIRA, 2000).

E, se antes essa escolarização se caracterizava mais pelo viés espacial (espaços grandiosos e de excelência) e pelo assistencialismo/paternalismo (doação de material escolar, uniforme de qualidade, bem como, alimentação farta e variada, bolsas de estudos pagas pelo clube, para alguns alunos), agora, mais concentradamente após 2007, o foco passou a ser o pedagógico: política de ingresso que seleciona os melhores para entrar na escola e ações para tornarem esses ingressantes mais “brilhantes” ainda.

A reativação do laboratório de matemática foi outro aspecto de especial importância em sua gestão, pois, apesar do mesmo ter sido criado por D. Graça na década de 1980, quando lecionava para o Ensino Fundamental II, esse recurso pedagógico foi muito enfraquecido na gestão de D. Leila. E, portanto, apesar do controle do clube em relação à contratação de pessoal, D. Graça, conseguiu contratar uma coordenadora, especialista no ensino da matemática, que reativou o laboratório. A diretora, inclusive, definiu esse momento como um marco na história da Matemática da Escola Jockey Club Brasileiro:

“Foi um marco na Escola Jockey. Um marco muito grande, porque houve, assim, um crescimento, um desbloqueio. Eu sou testemunha. Um desbloqueio, quebrando o medo dos alunos. Os alunos começaram a ver que, realmente, tudo tem um porquê. A matemática é uma ciência exata, mas não é uma ciência tão fria, vamos dizer assim. Eles começaram a descobrir o uso da matemática e começaram até, antes da teoria, aprender o conceito matemático no laboratório” (GRAÇA, 04 de abril de 2018).

E se a escassez de verbas foi um fato durante sua gestão, também foi realidade que a (re)montagem do laboratório não dependeu de investimento mirabolante, uma vez que foi efetivado com materiais já existentes na escola e/ou reaproveitados:

Figura 40 - Laboratório de Matemática da EJCB – materiais reaproveitados.



Fonte: Arquivo EJCB, 2010.

Figura 41 - Laboratório de Matemática da EJC.B.



Fonte: Arquivo EJC.B, 2010.

E, no rol das ações de cunho meritório, Monique, auxiliada por D. Graça, ainda concretizou a implantação da olimpíada interna de matemática (OIM). Conforme narrado pela diretora e por Monique, essa invenção foi muito positiva na história da matemática da EJC.B, pois desconstruiu a relação de medo com a referida disciplina, fazendo com que os alunos passassem a gostar da mesma e se sentissem motivados a resolverem as questões-desafio, contidas nas provas:

“O aluno não enxerga a matemática só como desafio, mas um desafio positivo, um desafio que no final, daquele frio na barriga, resulta no: CONSEGUI! Porque, também, desafiar para o aluno só se frustrar, não adianta muito, então desafiar e fazer com que se crie estratégia que faça ele conseguir. Então acho que é por isso que a matemática é bem desenvolvida no colégio” (MONIQUE, 19 de abril de 2018).

Realizada anualmente, as olimpíadas tiveram por objetivo premiar os melhores colocados com medalhas, assim como conferir certificados de participação, para todos que faziam a prova.

Figura 42 - Certificado distribuído na OIM/EJCB.



Fonte: Arquivo do computador da secretaria da EJCB, agosto de 2009.

Figura 43 - Olimpíada de Matemática da EJCB.



Fonte: Arquivo do computador da secretaria da EJCB, 2009

Figura 44 - Divulgação do Resultado da Olimpíada de Matemática da EJC.B.



Fonte: Arquivo do computador da secretaria da EJC.B, 2009.

O número de inscritos chegou a ultrapassar o número de vagas abertas, levando a escola a estendê-la a todos os alunos, uma vez que a inscrição aumentou de forma expressiva.

Conseqüentemente, essas duas práticas – olimpíada e laboratório – beneficiariam, mais tarde, esse alunado nos concursos para escolas de Ensino Médio. E mesmo aqueles alunos, cujas habilidades não estivessem nessa área de conhecimento, a partir desse seu aprendizado passariam a ter um mínimo de conhecimento sobre o campo matemático que, provavelmente, o favoreceria nos concursos vindouros. Visão essa que D. Graça explicitou em seu depoimento, inclusive, pontuando que “nem tudo era um mar de rosas”, havia dificuldades:

“Ah, era tudo flores? NÃO, tinha dificuldade sim, mas a cada dificuldade a gente procurava caminhos. Então, primeiro acreditando que todo mundo pode aprender, mas acreditando mesmo, de dentro para fora. E fazer o mais importante: fazer com que o aluno acreditasse nele. A gente sempre falou: você não precisa ser dez em matemática, mas você tem que aprender [...]. Você tem que aprender,

porque você é capaz. Depois você vai descobrir qual a área que você tem mais aptidão [...]” (GRAÇA, 05 de abril de 2018).

E se as dificuldades do ensinar e aprender eram fato, como narrou D. Graça, também era verdade que esse movimento teve respaldo legal de âmbito amplo: os Parâmetros Curriculares Nacionais - Matemática⁷⁴, elaborados, exatamente para ratificar a construção desse conhecimento conectado à realidade, contextualizado. Nesse caso, o próprio clube, através de sua vice-presidência responsável pela escola, incentivou a postura de D. Graça, aprovando a compra das medalhas, assim como, garantindo a participação do próprio presidente do JCB, no evento, reforçando assim o “toque meritocrático” do projeto da escola.

Além da olimpíada de matemática, também foi instituída a olimpíada de português e os simulados, ações que, igualmente às OIM, eram estimuladas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – neste caso de Língua Portuguesa⁷⁵.

Junto com a olimpíada de português, não só se passou a realizar anualmente com os alunos um chá literário com produções textuais, declamações e dramatizações de obras clássicas literárias, como, também, se resgatou o jornal da escola – Jockey News/EJCB - que havia sido interrompido durante a gestão de D. Leila e que tinha como uma de suas funções publicar as produções ganhadoras das olimpíadas.

Vale registrar, que como na OIM, Dona Graça narrou que as premiações eram realizadas no pátio, de modo a convocar os alunos, nominalmente, para receberem suas respectivas medalhas e/ou certificados. Além desse rito, durante o evento as produções vencedoras ainda eram lidas e comentadas por

⁷⁴ “Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática têm como finalidade fornecer elementos para ampliar o debate nacional sobre o ensino dessa área do conhecimento, socializar informações e resultados de pesquisas, levando-as ao conjunto dos professores brasileiros. [...] Destacam a importância de o aluno desenvolver atitudes de segurança com relação à própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, de cultivar a auto-estima [...]. Adotam como critérios para seleção dos conteúdos, sua relevância social e sua contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno [...]”.

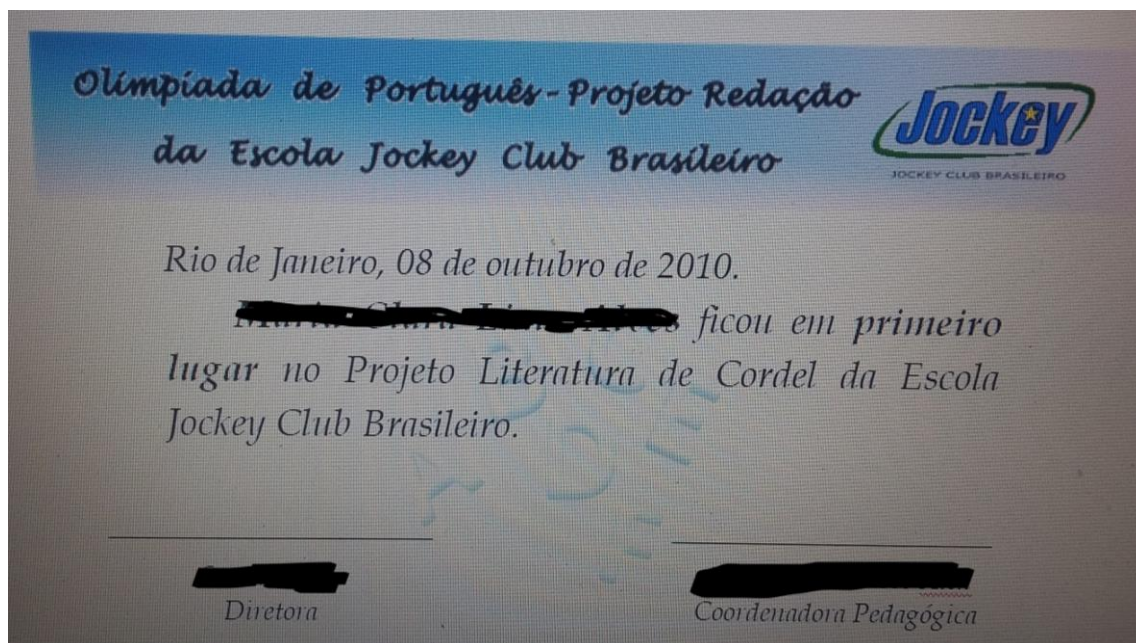
Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf> – Acesso em 28 de abril de 2018.

⁷⁵ “Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato [...]. A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la”.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf> – Acesso em 28 de abril de 2018.

uma mesa, composta pela direção, coordenação e as professoras de português. Aspecto esse que garantia certo clima solene à atividade, bem como valorizava a produção dos melhores alunos. Prática que, desse modo, inseriu o corpo discente em uma cultura competitiva e auxiliou na construção de um *habitus* (BOURDIEU, 1983) de estudo:

Figura 45 - Certificado distribuído na Olimpíada de Português da EJCB.



Fonte: Arquivo do computador da secretaria da EJCB, outubro de 2010.

Embora, os simulados e as olimpíadas reforçassem o viés competitivo e meritório da escola, tanto a coordenadora Monique, quanto a diretora D. Graça relataram que a “ansiedade dos alunos, desde o primeiro aninho, para saber o resultado era muito grande” (Monique, 2018). Ou seja, parece que, mesmo os menores, de faixa etária entre cinco e seis anos – primeira série do Ensino Fundamental - já estavam inseridos na cultura das provas, dos resultados e da mediação do conhecimento, de forma “natural”, sem estranheza (VELHO, 1978).

Se, no interior da escola, D. Graça colocou a meritocracia “na berlinda”, no sentido de elegê-la para ocupar o centro das culturas escolares (VIDAL, 2005), fora dos muros das EJCB, D. Graça também investiu: fortaleceu os fios das parcerias, outro aspecto característico do novo *ethos*, que, progressivamente, compôs o conjunto de práticas, que favoreceram o aumento

do capital cultural/escolar (BOURDIEU, 1983) dos alunos e a familiaridade (VELHO, 1978) dos mesmos com outros espaços, possivelmente, não comuns ao seu dia a dia.

Com o aumento das experiências em outros espaços pedagógicos – bolsa de estudo no curso Cultura Inglesa, Curso preparatório para o concurso de Ensino Médio de Colégios Federais e Privados, bolsa para fazer teatro no Instituto Rogério Steinberg⁷⁶, entre outros – os alunos tinham cada vez mais contato com outros espaços legítimos, que lhes permitiam ampliar seu capital cultural/escolar (BOURDIEU, 1983):

“As parcerias desenvolvidas na Escola Jockey são sempre muito positivas. É outro caminho que felizmente nós estamos tentando sempre trabalhar para dar outras oportunidades para o aluno. Eu acho fundamental. [...] CLARO, demos continuidade e talvez nos aprofundamos mais nessa parceria, incentivando mais os nossos alunos. Como hoje em dois mil e dezoito eles estão fazendo curso preparatório” (GRAÇA, 05 de abril de 2018).

D. Graça, por exemplo, intensificou e formalizou a parceria com o Núcleo de Estudos sobre o Menor da PUC-Rio (NEAM/PUC-Rio),⁷⁷ permitindo assim que o número de bolsas para o Curso de Inglês, no Cultura Inglesa, destinado para os melhores alunos da Escola Jockey, fosse aumentado:

“O curso de INGLÊS no caso é com a parceria também com a universidade, com a PUC. Através da PUC nós conseguimos indicar alunos para o Cultura Inglesa, com bolsa de cem por cento. [...] Eles já almejam, eles querem. Nossos alunos QUEREM estudar uma nova língua, MAIS profundamente [...]” (GRAÇA, 9 de abril de 2018).

Desse modo, os beneficiados estudavam a língua inglesa, desde o curso básico ao superior – média de sete a oito anos de estudo, usufruíam do fornecimento de todo material didático, aulas de reforços, atendimento

⁷⁶ “O Instituto Rogério Steinberg conta com o apoio de instituições e empresas que possam potencializar ações e, assim, contribuir significativamente para o cumprimento e fortalecimento da missão e visão institucional [formação de alunos de grupos empobrecidos]. Além disso, o IRS estabelece parcerias buscando compartilhar crenças e valores e desenvolver uma rede social capaz de fortalecer o desenvolvimento das crianças e jovens atendidas, dando-lhes oportunidades de estudo [...]. Mantém em seu site um link com o título “nossos impactos” em que divulgam os nomes dos alunos que atendem e que foram aprovados em universidades públicas e privadas. Fonte: <http://www.irs.org.br/parcerias> – Acesso em 29 de abril de 2018.

⁷⁷ Graça deu um tom formal às parcerias já existentes: passou a enviar emails solicitando novos convênios, passou a fazer contatos periódicos para saber como estava o aluno enviado e começou a documentar os acordos firmados. Na nota de rodapé de número 25, página 28, p.30 encontra-se uma definição do NEAM.

individual com dia/hora marcados para sanar dúvidas, assim como, participavam nas festas e eventos do curso voltados para o calendário inglês; tudo incluído no programa de bolsas, ou seja, gratuito.

D. Graça narrou, também, que os alunos da EJCB através do NEAM/PUC-Rio, tinham curso de informática, com intuito de ampliar a competência dos mesmos nesse campo do conhecimento. Ainda, participavam de “aulas ministradas nas férias na própria Universidade [...] nos cursos de Cidadania e Empreendedorismo; Introdução à Fotografia; Inglês – iniciante, aprimoramento da Língua Inglesa; Imersão em Design; Estudos da Matemática” [...].

A parceria realizada com o Instituto Rogério Steinberg (IRS), com o objetivo de inserir os alunos da EJCB nos melhores colégios de Ensino Médio foi outra parceria que D. Graça obteve:

[...] “O Instituto Rogério Steinberg [...] oferece curso preparatório. Então eu ficava muito feliz dos nossos alunos terem essa oportunidade, [...] incentivando mais os nossos alunos. [...] O instituto também tem outras áreas de atuação, onde o nosso aluno se inscreve” (GRAÇA, 09 de abril de 2018).

Como a própria diretora sinalizou a parceria com o Instituto não se restringiu ao curso preparatório, havia também aulas/oficinas de teatro e dança na própria escola, com a possibilidade de ingresso no Programa Despertando Talentos, no IRS, para os melhores alunos.

Sem dúvidas, a ampliação e o estreitamento das parcerias, realizadas, representaram um salto no “a mais” oferecido pela EJCB, que colaborou para que os alunos desenvolvessem familiaridade com espaços, na maioria das vezes, pouco frequentados pelos mais empobrecidos; ou seja, esses alunos passaram a ter novas experiências; segundo a diretora sempre positivas:

“Então, essas parcerias para os nossos alunos eu vejo como MUITO MUITO positivas. Sempre em função da melhor aprendizagem dos nossos alunos. Melhor qualificação, ajudando a preparar um pouquinho melhor para enfrentar aí o ensino médio” (GRAÇA, 9 de abril de 2018).

Nesse caso, essas experiências, segundo nossas hipóteses, se nas escolas privadas são fornecidas pelas próprias famílias dos alunos que pagariam por essas atividades, no caso da EJCB as mesmas foram

propiciadas por seus parceiros, de modo a assemelhar-se às formas de socialização e aos processos escolares a que, geralmente, são submetidos os alunos oriundos dos grupos sociais mais privilegiados (NOGUEIRA, 2002).

Esse movimento de D. Graça em buscar e fortalecer parcerias, que ajudassem os alunos da EJC B a terem em seus horizontes a possibilidade de cursar o Ensino Superior, compunha um quadro mais amplo instituído pela própria conjuntura nacional, de políticas de incentivo aos estudos de terceiro grau, implantados no Governo Lula, de modo especial o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁷⁸ e suas ações de incentivo à permanência no Curso Superior. Políticas essas que tornaram “o sonho” dos alunos do colégio mais viável.

Ou seja, para a diretora que assumiu a escola em 2007, a coadjuvação com outras instituições, potencializou o quantitativo de grupos sociais predestinados a resultados improváveis (LAHIRE,1997) no campo da EJC B, permitindo que estivessem mais aptos para o processo de seleção dos melhores colégios de grau médio e, posteriormente, para os vestibulares: alunos mais competitivos e mais bem preparados para alcançar bons resultados.

O depoimento de Monique corroborou com a visão de D. Graça e associou as parcerias ao tema da qualidade, sinalizando que as mesmas permitiram, juntamente com a EJC B, que alunos de grupos empobrecidos ultrapassassem seus limites espaciais, simbolicamente impostos. Linha invisível que configura uma região, onde coabitam realidades desiguais:

[...] “a escola precisa acreditar e fazer um bom trabalho, como eu falei..., grande parte dos alunos é da Rocinha e tal, mas ao mesmo tempo não perde a educação que é de qualidade. [...] E ao mesmo tempo, essas parcerias dão continuidade ao trabalho, ele [o aluno] sai

⁷⁸ “O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 [...]. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, o Prouni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. [...]O Programa possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, que possibilita ao bolsista parcial financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa”. Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa> – Acesso em 29 de abril de 2018.

dali, do nono ano e tem a oportunidade de estudar no colégio tão bom quanto” [...] (MONIQUE, 19 de abril de 2018).

Portanto, com todo o exposto, podemos concluir que as experiências pedagógicas, vividas fora dos muros da escola, foram favoráveis para a entrada dos alunos, em espaços distintos de seu âmbito social de origem, sejam para os colégios particulares altamente conceituados - por meio de bolsas de estudo integrais, os melhores alunos podiam cursar o Ensino Médio em instituições tanto no Colégio Teresiano⁷⁹ quanto no Centro Educacional da Lagoa,⁸⁰ sejam, posteriormente à conclusão do Ensino Médio, para universidades privadas. Além disso, havia aqueles alunos que, acostumados à competição e às provas de seleção passavam e ingressavam em Colégios públicos considerados de prestígio, como o Colégio Pedro II⁸¹, o Colégio de Aplicação da UFRJ⁸² e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)⁸³.

Conforme se pode perceber com a evolução da discussão, o enfoque de D.Graça voltou-se para o *slogan* de formar os melhores. Isto é, alunos competitivos. Cultura essa que representou o resultado do decurso da escola: desdobramento de um tempo histórico anterior, pautado em uma nova ideia de modernização, em que a escola se assemelhou à cultura empresarial - competitiva e meritória.

⁷⁹ “O Colégio Teresiano foi criado em 1956 como Colégio de Aplicação da PUC/RJ.

Fonte: <http://www.teresiano.g12.br/teresiano/colegio/colegio01.asp> – Acesso em 30 de abril de 2018.

⁸⁰ “Uma história de sucesso!” Que “Proporcionar uma educação global de excelência, norteada por valores humanos, contribuindo para formar cidadãos íntegros e capazes de realizar as suas potencialidades”. Fonte: <https://www.cel.com.br/sobre-o-cel/uma-historia-de-sucesso> – Acesso em 30 de abril de 2018.

⁸¹ “Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Ao longo de sua história, foi responsável pela formação de alunos que se destacaram por suas carreiras profissionais e influência na sociedade. Seu quadro de egressos possui presidentes da República, músicos, compositores, poetas, médicos, juristas, professores, historiadores, jornalistas, dentre outros”.

Fonte: http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html – Acesso em 30 de abril de 2018.

⁸² “Em setenta anos de existência, o Colégio de Aplicação da UFRJ consolidou seu espaço no cenário educacional do nosso estado como uma instituição comprometida com a formação de cidadãos críticos, capazes de assumir seu papel na sociedade em que estão inseridos [...]”. Fonte: <http://cap.ufrj.br/index.php/sobrecap/historico> – Acesso em 30 de abril de 2018.

⁸³ O CEFET/RJ atua na tríade ensino, pesquisa e extensão e visa contribuir para a formação de profissionais bem preparados para o desenvolvimento econômico e social de mesorregiões do estado do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.cefet-rj.br/index.php/apresentacao> – Acesso em 30 de abril de 2018.

Ou seja, na gestão de D. Graça a escola foi socialmente construída e certos aspectos que parecem incompatíveis com a EJC B de 2007 para frente, “escondem” a origem (POLLAK, 1989) dessa nova escola. É tão real essa afirmação, que D. Graça, que entrou na EJC B em outro tempo, já identificada com o rumo que a escola tomava, assumiu sua “missão” como algo natural, enquanto D. Hortência, assessora da direção, possuidora de uma memória passada, decidiu-se por desligar-se do quadro funcional, por estranhar o resultado do decurso da EJC B.

Até mesmo, porque as principais atividades desenvolvidas por D. Hortência foram extintas no decorrer da gestão de D. Graça: “nem’ bazar, “nem” caixa escolar ou qualquer outra ação que remontasse a um tempo passado, interessava à diretora atual. Com isso, D. Hortência viu sua função desprovida de sentido, uma vez que sua principal atuação era auxiliar na administração dessas arrecadações.

Além disso, o perfil “menos passivo” dos alunos não era “positivo”, na visão de D. Hortência, aspecto esse que reforçou ainda mais sua decisão em sair da escola, no final de 2009, “dando lugar” para D. Graça:

“Nos últimos anos que atuei em 2000 [2009], eu senti uma diferença muito grande nas atitudes, na maneira de agir, mostrando que nós estamos perdendo a nossa noção do que é a educação. Então, durante as décadas de 80, 90 e 2000 até uma certa fase, nós tínhamos um outro tipo de aluno, um aluno mais pronto pra receber, menos reativo, [...] Depois disso, então, pedi minha demissão, achei que já estava na hora de parar [...], porque eu achei que, com a revisão de disciplina e da direção atual, eu sou um pouco fora de moda, e também por achar que eu já tinha cumprido o meu tempo, os meus objetivos com escola.” (HORTÊNCIA, 20 de abril de 2018).

Diferentemente de D. Hortência, D. Graça se expressou da seguinte forma:

“Todos nós ficamos muito felizes, porque hoje o aluno tem novos objetivos, o aluno, do nono ano, já está correndo atrás de procurar os melhores colégios, estudando muito para que possa dar continuidade ao trabalho de nove anos aqui na Escola Jockey- e ele já procura os melhores colégios já pensando na universidade, numa graduação. Isso é muito positivo e realmente foi uma mudança, como eu já relatei esse tempo todo aqui na entrevista: alunos mais proativos ” (GRAÇA, 05 de abril de 2018).

Inclusive, D. Graça disporia de um sistema administrativo cada vez mais “atualizado”, o que lhe permitiu investir mais tempo nas questões pedagógicas voltadas para resultados.

Além das medidas acima, ainda implantou outras inovações que mudaram o perfil da escola, tornando-a cada vez mais definida por um tipo de comportamento que teve como meta otimizar o tempo, o espaço e o trabalho escolar – presença do *ethos* racional.

Por exemplo, o lanche oferecido aos alunos, a partir de 2008 foi terceirizado, configurando uma alimentação rápida, que requeria pouquíssimo tempo de ocupação no refeitório. Também, precisava de poucos funcionários para a manutenção do mesmo,⁸⁴ já que apenas um era suficiente, uma vez que os *kits*⁸⁵ de lanche eram de consumo estilo *fast food*, sinalizando uma nova construção e relação com o tempo (ELIAS, 1990) da EJC.B. Inclusive o slogan da empresa contratada expressa exatamente o que o clube procurou para sua escola: “a pausa prática, econômica e moderna”:

Figura 46 - Slogan da Empresa que fornece o lanche desde 2008.



Foto de fevereiro de 2018.

⁸⁴ Apenas uma para administrar o kit que já vinha pronto da empresa e mais um ou dois para a limpeza do refeitório – uma vez que a sujeira era bem diferente no período em que era servido almoço.

⁸⁵ Conjunto de coisas do mesmo gênero. Fonte: <http://www.wordreference.com/enpt/kit> – Acesso em 30 de abril de 2018.

Figura 47 - Primeiro exemplo de Kit de lanche dos alunos utilizado a partir de 2008.



Foto de abril de 2017.

Figura 48 - Segundo exemplo de Kit de lanche dos alunos, utilizado a partir de 2008.



Foto de abril de 2017.

Praticidade, que, permitiu D. Graça, não apenas focar no aluno, mas também em sua família a fim de que família, escola e aluno rumassem em direção a um mesmo objetivo: o “sucesso escolar”, como frisou em seu depoimento e de acordo com a imagem do quebra cabeça, abaixo, usada pela escola, em uma das reuniões de pais:

Figura 49 - Material usado na Reunião de Pais de 2010



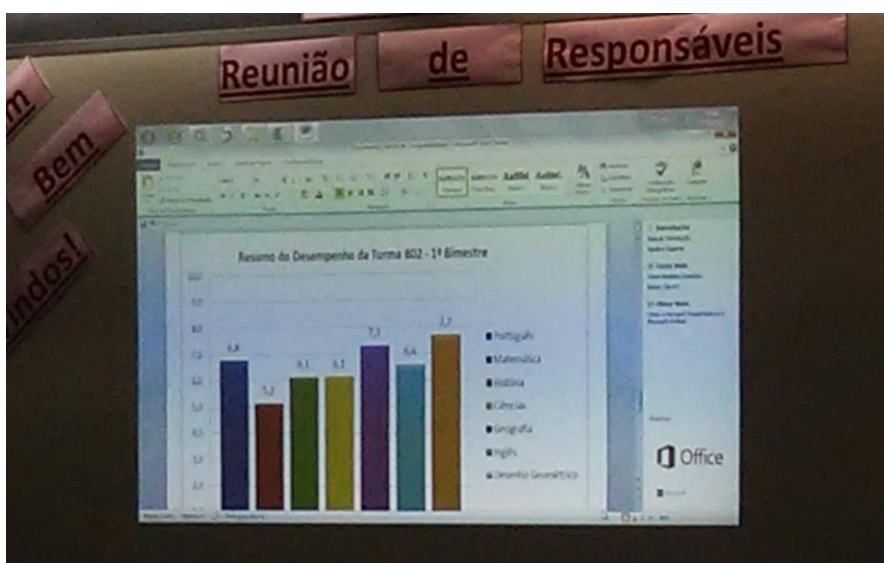
Fonte: Arquivo da EJCB/Pasta de reunião de pais, 2010.

Figura 50 - Dinâmica na reunião de pais de 2010.



Fonte: Arquivo do computador da secretaria da EJCB, outubro de 2010.

Figura 51 - Gráfico do rendimento dos alunos projetado na reunião de responsáveis de 2010.



Fonte: Arquivo do computador da secretaria da EJCB, outubro de 2010.

Finalmente, sinalizamos que suas ações, voltadas para um sistema meritório, formaram parte do contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996 (LDBEN/96),⁸⁶ a qual assinalou um momento de transição significativo e que tem por base a qualidade educacional e a competitividade: “garantia de padrão de qualidade” e “condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo” (§ 75 e IV parágrafo do §59, consecutivamente, da LDBEM/96).

3.3. A consonância da família com o projeto da escola.

O meio familiar dos alunos foi preponderante para que a escola pudesse, com sucesso, colocar em prática um projeto pedagógico, que permitisse que seus alunos tivessem acesso a uma escolarização, de longa duração, em escolas e universidades de pouco acesso a esses agrupamentos sociais de alunos que freqüentam a EJCB⁸⁷.

⁸⁶Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> – Acesso em 02 de maio de 2018.

⁸⁷ Nossa intenção com essa abordagem é destacar a configuração do bairro como um aspecto a favor e não como determinante no que se refere à trajetória escolar eficaz e de longa duração. E, principalmente, mostrar como que a escola analisada constrói a sua representação – “cobra” a participação dos pais; tem o bom desempenho escolar como critério de ingresso e permanência.

Portanto, para nós, foi através do conceito de *ethos* familiar (LAHIRE, 1997) que pudemos ter clareza desse processo. Por exemplo, entendemos que as famílias que começaram a pleitear uma vaga na EJCB dispuseram de várias estratégias de superação e ainda lançaram mão de todos os meios financeiros possíveis, a fim de garantirem a entrada e a permanência de seus filhos, na escola do Jockey. Inclusive, a continuidade dos estudos dos mesmos, após concluírem os estudos na EJCB.

A nosso ver, a composição do bairro da Gávea também teve seu papel na formação desse *ethos* das famílias dos alunos, residentes na Rocinha. Pois, sua configuração espacial formada por uma região pequena, mas com uma Universidade⁸⁸, com mais de três instituições educativas privadas de classe média alta⁸⁹ e com vários espaços culturais – Planetário da Gávea⁹⁰, Solar Grandjean de Montigny⁹¹, Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro⁹², Instituto Moreira Salles⁹³, etc – apresenta um cenário que estimulou essas famílias a desenvolverem certos hábitos que as tornam mais exigentes em relação a seus estudos.

Nesse caso, mapeamos por meio dos depoimentos de D. Graça, alguns aspectos do perfil dessas famílias e que as definiram de modo bastante diferenciado. Perfis até, digamos, *sui generis*:

“[...] De dois mil pra cá... Hoje eles têm um outro objetivo, a família. [...] Nós temos pessoas trabalhando em diversas atuações, muitos também que não tem nem registros em carteira, [...] Emprego fixo. Mas que para poder comprar um material, uma lista de material normalmente aumentam a quantidade de limpeza, vamos dizer assim, como diarista” (GRAÇA, 04 de abril de 2018).

⁸⁸ “A Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio [...], foi fundada em 1941 [...], busca a excelência na pesquisa, no ensino e na extensão, para a formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções”.

Fonte: <http://www.puc-rio.br/index.html> – Acesso em 02 de maio de 2018.

⁸⁹ Escola Parque, Colégio Americano, Colégio São Vicente e Escola Nova e Colégio Teresiano.

⁹⁰ Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro foi “fundada em 19 de novembro de 1970, se dedica a difundir Astronomia e ciências afins e oferecer cultura e lazer de qualidade à população carioca”. Fonte: <http://www.planetariodorio.com.br/> – Acesso em 02 de maio de 2018.

⁹¹ Museu dentro da PUC-Rio. Fonte: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/solar/index.html> – Acesso em 02 de maio de 2018.

⁹² “Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, popularmente conhecido com Museu da Cidade”. Fonte: <http://museudacidadedorio.com.br/> – Acesso em 02 de maio de 2018.

⁹³ Centro Cultural fundado em 1999, inspirado pelo diplomata e banqueiro Walther Moreira Salles. Fonte: <https://ims.com.br/> – Acesso em 02 de maio de 2018.

Ao prosseguir, D. Graça afirmou que as famílias que passaram a buscar a escola, a partir dos anos dois mil, almejavam mais do que o assistencialismo de épocas anteriores: procuravam uma mudança no lugar social ocupado, via uma base escolar de qualidade; no caso um Ensino Fundamental na EJC B que respaldasse um Ensino Médio já com vistas a uma aprovação no vestibular.

Pretensões essas que implicariam em um aumento de seu patrimônio cultural familiar (BOURDIEU, 1983), por meio de seus herdeiros e que eles, pais, não tiveram a chance de obter, mas que não mediram esforços para possibilitá-las aos seus filhos:

“[...] Eu tenho a impressão que a família hoje almeja [...] que o filho tenha um ESTUDO de qualidade para que possa mudar. Ter MAIS oportunidade para a família- que o pai e a mãe não tiveram. Ou seja, eles estão buscando uma base bem positiva no estudo para que ele possa, no ensino médio, dar continuidade e almejar já a universidade para mudar a realidade de vida dele. De repente sair do local onde mora... enfim. A gente vê muito isso, que os objetivos mudaram, temos a impressão e eles estão tendo objetivos maiores” (GRAÇA, 4 de abril de 2018).

Assim sendo, as próprias famílias residentes da Rocinha driblaram as dificuldades em relação à locomoção de seus filhos e contrataram um ônibus escolar, só para fazer a condução dos mesmos até a escola. Atitude que, inclusive, resultou, entre os anos 2005 e 2010, em uma organização, constituída por ônibus numerados que passaram a atender os alunos da Rocinha⁹⁴.

⁹⁴ Informação dada pela responsável pelos ônibus escolares que atendem os alunos da Rocinha.

Figura 52 - Ônibus escolar da EJC.B.



Foto retirada em fevereiro de 2017.

Essa, entre outras mobilizações das famílias, foi superando as razões dos improváveis e possibilitando o sucesso escolar (LAHIRE, 1997) de seus filhos, junto à escola. E se a diretora Graça e as outras entrevistadas não têm registros de quando, exatamente, as famílias contrataram um transporte privado, a coordenadora Bruna, disse acreditar que o mesmo passou a prestar o serviço no final da década de 1990, representando, na visão dela, segurança e comodidade para as famílias: “em 80 não era ônibus escolar, não. Espera aí. Ônibus escolar foi depois. Foi depois de 90, foi de 2000 pra cá, [...] por aí. Esse ônibus escolar. E era segurança para os pais” [...] (Bruna, 15 de abril de 2018).

Enfim, o tema do ônibus escolar reporta ao aspecto dos alunos atendidos, mostrando que os acontecimentos não ocorreram independentes uns dos outros. As famílias, que se organizaram para contratar um serviço de transporte, foram as que tinham condições de reconhecer a escolaridade oferecida como um valor, mas também as que buscavam uma locomoção mais cômoda e, ao mesmo tempo, uma forma de proteger seus filhos da violência urbana que crescia cada vez mais.

Nesse sentido, é fato que os alunos da escola, a partir dos últimos anos da primeira década dos anos 2000, juntamente com suas famílias diferem bastante daqueles do passado, como recordou D. Graça:

“[...] Minha experiência aqui na Escola Jockey..., eu entrei em oitenta e oito. Realmente o público, o nosso aluno era bem mais carente. Eu cheguei a pegar essa época, onde nós tínhamos que socializar com um grupo de professores até para conseguir um conga, um cobertor. Os alunos eram realmente bem mais carentes, digamos assim. E em função até de toda essa situação ele, conforme eu já citei anteriormente, eles não almejavam continuar os estudos. Então... acredito que a partir de 2005... 2007... [...] eles têm um outro objetivo, a família. Hoje as nossas crianças... não que sejam ricas, mas demonstram ter maior poder aquisitivo, mesmo com muita dificuldade” (GRAÇA, 06 de abril de 2018).

Para Monique, o público descrito por D. Graça constituía “uma elite, não elite no sentido financeiro”, mas na concepção de poder vislumbrar algo melhor para os filhos das famílias que ali estudavam. Ainda segundo Monique, D. Graça simulando a fala de uma mãe de aluno dizia: “eu quero que o meu filho estude na escola Jockey, porque é uma escola melhor e eu quero o melhor para o meu filho”. E, continuando seu discurso, nos falou sobre o medo das famílias de que seus filhos ficassem reprovados e perdessem a vaga, na medida em que a EJCB representava o passaporte para uma escolaridade de qualidade – entrada em uma escola de Ensino Médio e uma Universidade que permitisse uma inserção social via escola:

“[...] eles [os pais] tinham muita preocupação do filho não perder a escola, dele não repetir de ano, dele... então era uma coisa assim e, era muito assim: “Meu Deus e se perder a escola o que quê eu vou fazer?”. Porque eles identificam que a escola tem um bom ensino. E então, talvez, elite nesse sentido, da preocupação com a formação do filho, acadêmica né. [...]” (MONIQUE, 19 de abril de 2018).

Para concluir, acrescentamos às assertivas acima, que antes da formalização da parceria entre a EJCB e o Colégio Teresiano, as próprias famílias dos filhos dos alunos da EJCB já “batiam à porta” do colégio católico em busca de bolsas de estudos para seus filhos⁹⁵ iniciativa que reforça, ainda mais, nossa teoria de que os alunos que ingressaram na EJCB, a partir de 2007, têm por detrás uma família caracterizada, de acordo com a discussão de Lahire (1997) sobre o que denomina *ethos* familiar.

⁹⁵ Conforme nos narrou a diretora que dirigira o colégio Teresiano, Marília Palhares, aliás, muito prestigiada pelas famílias do Colégio Teresiano e reconhecida pela distinção no campo educacional – Informação escrita com ciência e autorização da referida diretora, inclusive para identificá-la nominalmente.

CONCLUSÃO

Ao final desta jornada, percebemos que a trajetória da EJCB, de fato, cumpriu com o legado de seu mantenedor: estabeleceu um *ethos* assistencialista quando esse tipo de abordagem era próprio e o ultrapassou, mais tarde, assumindo outro, quando o clube e a própria escola foram obrigados a adotar uma administração mais empresarial. Além disso, a escola sempre procurou manter um modelo de educação – valores, culturas, práticas e comportamentos – que lembrasse os valores, os comportamentos e as culturas do clube de clientela historicamente enriquecida – dança, balé, curso de inglês – que ainda a mantém.

Portanto, ao ultrapassar às duras penas seu *ethos* assistencialista, dando à luz aos novos códigos e valores, a escola por meio de duas diretoras de peso - D. Antonia, que deixou o nascituro (meritocracia) que à D. Graça coube “criar” – definitivamente mudou o seu perfil.

Obviamente, encontraram dificuldades; porém a segunda já em um contexto mais favorável, inclusive, já preparado pela primeira, pôde desenvolver um projeto educacional mais condizente com a cultura empresarial determinada pelo clube, principalmente a partir dos anos 2007.

E se, aos poucos, aquela escola paternalista e assistencialista, foi substituída por outra, que se abriu para o processo de modernização em vigor principalmente a partir da década de 1970, as famílias dos alunos, diante desse cenário de transformação social, também se modificaram e passaram a participar e almejar uma nova relação com a escola.

Portanto, é fato, que é o passado da EJCB que “colore” seu presente, ou seja, seu presente igualmente evoca o seu passado. E são os desdobramentos dessa história, que a levou a passar de uma relação do clube com escola, em que os alunos e as famílias atendidas comportavam-se mais passivamente, para outra relação em que o sucesso do projeto da escola passou a estar intimamente ligado ao tipo de família – *ethos* familiar – de seus alunos.

Assim, por meio de muitas idas e vindas, até que o *ethos* meritocrático fosse alcançado mais plenamente, na primeira década dos anos 2000, a escola passou por três momentos históricos que vale aqui ressaltar: a) um de maior duração – 1946 até parte de 1960 – o qual denominamos de *ethos* assistencialista, que consonante com a configuração social da época, estabelecia uma relação entre o clube e sua escola, em que o primeiro

ocupava uma função social de benemerente e o segundo de assistido. Nesse momento, inclusive, a cultura propagada pela escola era aquela que o próprio clube definia como legítima – cultura europeia, *vide* as fotos no primeiro capítulo; b) outro de transição – 1970 – 1994 – em que a administração implantada na escola, nos anos 1980, cortou gastos e ainda acabou com o corporativismo dos funcionários. Para que esse momento de atitudes radicais fosse levado a cabo, a escola, que a partir de meados dos anos 1960 até a década seguinte, teve que conviver com atitudes também radicais em seu cotidiano, *vide* a vice-presidência da escola nas mãos do Almirante Augusto Amaral Peixoto; c) o último momento de uma cultura meritocrática – 2007 – 2010 -, cultivado no solo fértil deixado por D. Antonia para, logo após, D. Graça retomá-lo e investir na excelência/sucesso escolar, que implicou um *ethos* seletivo e meritório.

Outro aspecto a ser ressaltado é que esta dissertação procurou levar em consideração o fato de que a trajetória acima descrita só pôde ser percebida porque optamos em analisá-la a partir de seis instâncias sociais, que envolveram o objeto de pesquisa debatido: 1) o espaço - da escola, do clube, do bairro e da cidade; 2) o tempo; 3) as relações sociais; 4) as configurações familiares; 5) o *habitus* dos alunos; 6) e as culturas escolares.

A primeira instância, o espaço, mostrou que as portas da escola, historicamente abertas e acolhedoras foram fechadas, na medida em que os novos tempos impuseram um novo comportamento, que aqui definimos como um tipo de encapsulamento/privatização dos espaços (SENNETT, 1999). Pois, por conta da violência - fenômeno que cresceu e se sofisticou, juntamente com o processo de urbanização -, a escola decidiu que o porteiro fiscalizasse o ir e vir, proibindo a entrada desnecessária e, muitas vezes, inconveniente de certos convidados e empregados, pondo fim aos almoços regados a vinho e bacalhau.

O bairro, por sua vez, também se transformou e além de se constituir como área residencial de grupos historicamente enriquecidos, passou a compor o rol daqueles mais ricos em instituições culturais, educativas e de entretenimento, espelhando novos horizontes, inclusive, para os grupos empobrecidos, principalmente os da Rocinha e que pleiteavam uma vaga para seus filhos na EJC. Ou seja, ao mesmo tempo em que o crescimento desigual do bairro acirrou a violência e a desigualdade social serviu de exemplo do que

seria uma vida digna e confortável para famílias desfavorecidas cultural e economicamente.

Diante essas novas possibilidades, bem como a introdução das medidas pedagógicas capitaneadas por D. Graça, a base meritocrática instituída acabou gerando resultados: trajetórias de ensino longas para a maioria dos alunos, em detrimento das curtas e terminais do passado, permitindo que os discentes do colégio chegassem às melhores instituições de Ensino Médio, já estimulados em dar prosseguimento aos estudos até a universidade.

A cultura empresarial encabeçada pelo clube e pelas organizações que mantiveram os convênios com a escola foi por nós entendida como o fio que teceu as relações na EJCB rumo à meritocracia. E se, em um primeiro momento, o clube “dividiu” as despesas com a comunidade escolar para garantir a permanência dos mais empobrecidos na escola - via as ações de auto-sustentação criadas por D. Antonia -, no momento posterior, o clube apoiou integralmente a decisão de D. Graça ao extinguir qualquer tipo de medida assistencialista.

Assim, na administração de D. Graça o acesso à EJCB ficou restrito apenas a um grupo seletivo de alunos que conseguiam cumprir com as exigências da escola: aqueles que se saíam bem nas provas de ingresso e atingiam a média mínima, seis, para não serem jubilados.

Fator esse que exemplificou a complexidade social – ser *sui generis* - da EJCB: permaneceu atendendo grupos empobrecidos, entretanto, oriundos de famílias que contribuía para o bom desempenho escolar de seu filho e que, portanto, juntamente com a escola, colaboraram para a constituição de uma elite escolar das camadas empobrecidas daqueles que moram na Rocinha. Essa elite escolar pôde, inclusive, ser percebida, conforme contou D. Graça, no quantitativo de alunos que retornaram à escola ao final do ano letivo de 2007 para visitar e contar que tinham sido aprovados para o Ensino Médio de escolas consideradas de excelência⁹⁶.

Diante disso, D. Graça passou a realizar a partir de 2008, um projeto chamado “Profissões”, em que ex-alunos contam sua experiência positiva na

⁹⁶ D. Graça narrou inclusive que o Curso Radical (preparatório para provas de Ensino Médio), que faz um preço diferenciado para os alunos da EJCB, deve ter parte do quantitativo de 2007 e dos anos subsequentes. Entramos em contato com o referido curso, que alegou ter os dados, mas precisaria localizá-los. Por conta do prazo, não foi possível incluí-los nesta dissertação.

EJCB para os discentes do 9º ano. Desse modo, a nova escola, ainda hoje continua estimulando seus alunos a pensar, desde já, em seu projeto de trajetória escolar.

Por fim, as culturas da escola remontadas no mérito e na competitividade selecionaram o tipo de aluno que a escola passou a atender. Fato que se por um lado possibilitou, via os alunos da EJCB que traçaram uma trajetória escolar de longa duração, a incidência no que decidimos por denominar “elite intelectual dos grupos historicamente empobrecidos”, por outro mostrou que a meritocracia instaurada na escola a tornou bastante seletiva e excludente. Assim, a implantação de seu *ethos* meritocrático, ao mesmo tempo, pressupôs a exclusão daqueles grupos mais empobrecidos e que, provavelmente, não tinham um meio familiar que os apoiassem.

Essa percepção complexa da EJCB só pôde ser possível por conta da teoria relacional (ELIAS, 1994), que permitiu fazer uma análise a partir do interior da escola, sem perder de vista o contexto e o tempo social de qual forma parte. Portanto, entender o jogo social de cada tempo histórico da EJCB, separando o “bebê da água do banho”, como alerta o ditado popular, foi fundamental. Pois avanços e retrocessos, relações assimétricas, desigualdades e preconceitos, também estiveram presentes na história da EJCB, e, assim, logo foi preciso, sem ingenuidade, saber analisar os documentos – escritos, orais e fotográficos -, a fim de que não se circunscrevessem em uma perspectiva do “isto ou aquilo”.

Portanto, valeu recorrer ao passado da EJCB que se apresentou antes da administração de D. Graça. Assim, mais do que fazer uma leitura unilateral, nossa opção permitiu que relativizássemos os dados analisados, para que, desse modo, pudéssemos chegar à conclusão que o *ethos* meritório instaurado por D. Graça só foi possível devido às próprias mudanças administrativas e pedagógicas capitaneadas por D. Antonia, o nosso entendimento sobre o que veio anteriormente – o *ethos* assistencialista – à gestão de D. Antonia, foi, por sua vez, indispensável para compreendermos sua luta contra esse modo de existir da escola. Ou seja, entendemos a trajetória da escola rumo à meritocracia como um processo.

Enfim, encontramos nas materialidades sobre determinados aspectos da EJCB – condição de vida das famílias dos alunos, infra-estrutura da escola,

relação com o clube que a mantém e com o bairro em que se insere – as respostas às perguntas que orientaram esta pesquisa. Portanto, as imagens/documentos, as imagens monumentos (MAUAD, 2008) e a história oral (POLLAK, 1989; 1992) narraram acontecimentos que nos fizeram concluir que o *ethos* que a escola construiu, a partir de 2007, natural para uns e estranho para outros, representou o legado de uma tradição, moldada ao longo dos anos da existência da EJCB, sob uma configuração social e espacial com o clube que a mantém e com o bairro que se insere.

No entanto, tragicamente, essa nova conformação da escola transformou-se em seu “calcanhar de Aquiles”, criado a partir da relação escola excelência escolar, seleção e meritocracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, G. S. A. de. A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 2, p.291-302, 2010.

ALMEIDA, D. B. As Memórias e a História da Educação: aproximações Teórico-Metodológicas. **História da Educação**, Santa Maria, v. 13, n. 27, p.211-243, jan/abril, 2009.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **Questão de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zero Limitada, 1983.

_____. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Z. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2012.

BURGOS, M. B. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do *Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M.. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 25-60.

CALDEIRA, A. S. **Proposições de direitos humanos para a primeira infância: públicos oferecidos no Município do Rio de Janeiro**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO. F. A. L. de. O Conceito de Representações Coletivas Segundo Roger Chartier. **Diálogos**. Maringá, v. 9, n. 1, p.146-165, nov. 2015.

CARVALHO N. O. **Jockey Club Brasileiro 130 anos. Rio de Janeiro um século e meio de turfe**. Rio de Janeiro: Impressão Gráfica, 1998.

CASTRO, L. D. VII CBHE, 2013, Cuiabá. **História e memória do instituto Teresa Valsé Salesianas (1959-1970)**. Cuiabá: CBHE, 2013. 8 f..

CANDAU, M. F. Vera (org.). **Diferenças culturais e Educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011

CHARTIER, R. O Mundo como Representação: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p.173-191, 1991.

CHAVES, M. W. A vitória colegial. Registros de sucesso escolar nos anos

1950. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p.197-223, maio 2010.

_____. Desenvolvimentismo e Pragmatismo: o ideário do MEC nos anos de 1950. **Cadernos de Pesquisa**, Belo Horizonte, v. 36, n. 129, p.705-725, set. 2006.

_____. Escola Argentina: Um celeiro de experimentação pedagógica na década de 1930. In: CHAVES, M. W.; LOPES, S. C. **Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro. Um século de história (1850 – 1950)**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009. p. 169-187

_____. O Ensino Secundário Católico no Rio de Janeiro na década de 1950: clássico ou científico? In DALABRIDA, N; SOUZA, R. F. **Entre o Ginásio de Elite e o Colégio Popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931 – 1961)**. Uberlândia: EDU UFU, 2014. p. 161-186.

_____. O papel da educação escolar na formação de novos hábitos culturais no antigo distrito federal anos 30. **Revista Contemporânea da Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-16, jun. 2006.

_____. História da Educação Escolar e Sociologia: uma relação promissora. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p.95-116, abr. 2014.

COSTA, M. V. O diálogo entre a Ciência e o mundo – Uma agenda para jovens pesquisadores e pesquisadoras. **Revista Virtual Contestado e Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-12, mês não identificado. 2001

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p.809-929, ago. 2007.

_____. **O Ensino Profissional na irradiação do industrialismo. 2ª Ed. São Paulo**. Brasília: UNESP, 2005.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional - 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DIAS, J.L. Partidos e eleições no Rio de Janeiro – **1974 – 94**. In FERREIRA, M de M. **Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 167-182.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **Mozart: sociologia de um gênio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESCOLANO, A. El espacio escolar como escenario y como representación. **Revista Teias**, Valladolid, v. 1, n. 2, p.1-12, jun. 2000.

FARIA FILHO, L. M. & VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 5, n. 14, p.19-34, jun. 2000.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FERREIRA, M. O. V. Discutir educação é discutir trabalho docente: o trabalho docente segundo dirigentes da CTERA. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p.281-295, maio 2009.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In Revista Brasileira de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, jan. 2004.

GOMES, A de C. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo: Vértice, 1998.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.31-58, 1996.

GONÇALVES, L. A. O et. al. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. Documento/monumento, In LEITÃO, B. **História e Memória.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994. p. 535-553..

DELGADO, L. A. N; FERREIRA, J. **O Brasil Republicano, Vol. 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 30, n. 1, p.9-44, 2001.

KINZO, M.D.G. **Oposição e autoritarismo na Gênese e trajetória do MDB, 1966-79.** São Paulo: IDESP Vértice, 1998.

LAHIRE, B. **Sucesso Escolar nos Meios Populares.** São Paulo: Editora Ática,

1997.

LESSA, C. A opção pelos pobres e a crítica de Delfim Netto. **Valor Econômico**. Rio de Janeiro, p. 1-2, fev. 2007.

LIMA, F. S. C. **As normalistas chegam ao Subúrbio. A história da escola normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946 – 1953)**. 2015. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

MATIELLO, M. Colégio Regina Coeli: de escola confessional à escola comunitária. In: CBHE, 9, 2017, Goiânia. **Anais**. Goiânia: CBHE, 2017. p. 1 - 14.

MELO, P. B. Um passeio pela História da Imprensa: O espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Revista Comunicação & informação**, Goiás, V. 8, n. 1, p. 1 -1 5, jun. 2005.

MAUAD, A. M. Fotografia e História: possibilidades de análises. In ALVES, N; CIAVATTA, M. **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 19-35.

MATTOS, R. Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p.171-190, out. 2013. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/remocoes-de-favelas-na-cidade-do-rio-de-janeiro-uma-historia-do-tempo-presente/>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MELLO, L. I. Almeida. **John Locke e o individualismo liberal**. In WEFFORT, F. **Os Clássicos da Política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2011. p. 64-71. Disponível em: <http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/164696/mod_resource/content/1/Francisco%20Weffort%20-%20Os%20Classicos%20da%20Politica%20Vol.%2001.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

MOÇÃO, V. de M. **Espinhos no jardim: conflitos e tensões na criação do Jardim de Infância Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909-1911)**. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, URFJ Rio de Janeiro, 2015.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do relatório português. In CATINNI, D. B.; CÂMARA, M. H. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

NUNES, C. **Escola & dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

PACHECO A. A violência no Rio de Janeiro, na década de 1970, em “Feliz Ano Novo” (1975) de Rubem Fonseca como um dos sintomas da literatura

contemporânea brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 72 - 82.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-2012, 1992.

PINÇON, M; PINÇON-CHARLOT, M. A infância dos chefes: a socialização dos herdeiros ricos na França. In NOGUEIRA, M. A. et al. **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-28.

PRADO, L. C. D; EARP, F. S. O “Milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In DELGADO, L. de A. N. et al. **O Brasil republicano – o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-242.

ROCHA, H. **A Escola dos Jóqueis: a escolha da carreira do aluno atleta**. 2013. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, R. **Os Parques Proletários e os Subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre 1930 e 1960**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

SEVCENKO, N. **A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SPOSATI, A. O. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 5, p.200-212, mês não informado. 1992.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio/ Anísio Teixeira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VEIGA, C. G. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In: FARIA F. L. M. de. **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. et al. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

VINCENTI, G; LAHIRE, B; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. não identificado, n. 33, p.7-47, jun. 2011.

VIDAL, D. G. Cultura e Práticas Escolares. A Escola como Objeto de Pesquisa. In VIDAL, D. G: **Culturas escolares: estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. Brasília, V. 2: UNB, 1999.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WERLE, F. O. C; BRITTO, L. M. T. de S; COLAU, C. M. Espaço escolar e História das Instituições Escolares. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p.147-163, set. 2007.

DRUMMOND, D. **Architectes des favelas**. Paris: Bordas, 1981.

R. MEDEIROS. Desenhos animados em sala de aula: Tom e Jerry e Bob Esponja Calça Quadrada, uma análise Comparativa. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p.151-174, jan. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/viewFile/17373/18276>>. Acesso em: 21 out. 2017.

FICO, C. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JÚNIOR, W. L. Nacionalismo e suas vertentes: um estudo sobre a história do canto orfeônico na escola brasileira. In: FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 7, 2001, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Embap, 2011. p. 1 - 10.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

FONTES DOCUMENTAIS.

Acervo da EJCB:

Álbum de Reportagens Históricas da EJCB, 1956.
 Álbum fotográfico da escola.
 Arquivo fotográfico da EJCB.
 Ata de Círculo de Pais e Docentes.
 Ata ênfase do Centro de Civismo.
 Caderno Circular do Acervo da EJCB.
 Caderno Circular.
 Livro de Círculo de Pais.
 Livro de Círculo de Pais.
 Livro de Ocorrência Histórica da EJCB.
 Livro de Queixas.
 Pasta de Controle presença.
 Pasta de documentação de Pessoal.
 Pasta de documentação do Corpo Discente.
 Pasta de Inventário.
 Pasta de Ofícios.
 Pasta de registros.
 Pasta de reunião de pais.
 Regulamento Escolar.

Periódicos:

A Manhã, 10 de dezembro de 1947, p. 10.
 Correio da Manhã, 11 de novembro de 1970, p.2.
 Correio da Manhã, 6 de novembro de 1959, p. 5.
 Correio da Manhã. 11 de novembro de 1970, p. 12.
 Correio de Manhã, 23 de abril de 1958, p.09.
 Diário da Noite, 11 de maio de 1955, p.17.
 Diário de Notícias, 18 de abril de 1976, p. 5.
 Diário de Notícias, 18 de abril de 1976, p. 6.
 Diário de Notícias, 18 de abril de 1976, p. 6.
 Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1973, p. 27.
 Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1973, p. 27.
 Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1973, p. 27.
 Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1973, p. 27.
 Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1973, p. 27.
 Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1973, p. 27.
 Diário de Notícias, 9 de dezembro de 1973, p. 27.
 Gazeta de Notícias, 13 de maio de 1971, página não identificada.
 Gazeta de Notícias, 13 de maio de 1971, página não identificada.
 Gazeta de Notícias, 15 de agosto de 1951, p. 5.
 Jornal do Brasil 07 de outubro de 1977, p.6.
 Jornal do Brasil 07 de outubro de 1977, p.6.
 Jornal do Brasil 21 de outubro de 1977, p.6.
 Jornal do Brasil 21 de outubro de 1977, p.6.
 Jornal do Brasil, 11 de dezembro de 1974, p. 5.
 Jornal do Brasil, 7 de janeiro de 1971, p.10.

Jornal do Brasil, 7 de janeiro de 1971, p.10.
 Luta Democrática, 11 de maio 1955, p. 6.
 Luta Democrática, 11 de maio 1955, p. 6.
 Luta Democrática, 11 de maio de 1955, p.6.
 Manchete, 21 de maio de 1955, p. não identificada.
 Nota Carioca, 1955, p. 8.
 O Campo, novembro - dezembro de 1948, p.18.
 O Jornal de Todos os Brasis, 20/09/2013.
 O Jornal, 11 de maio de 1955, p. 7, 2ª seção.
 Tribuna da Imprensa, 11 de maio de 1955, p. 6.
 Tribuna DA Imprensa, 11 de maio de 1955.
 Tribuna da Imprensa, 31 de março de 1952, p.6.
 Última Hora, 11 de maio de 1955, p.9.

Revistas:

Guia Turfista, maio de 1955, página não identificada.
 Revista da Semana, 03 de janeiro de 1959, p. 43.
 Revista do Turfe, maio de 1955, página não identificada.
 Vida Doméstica, 1952, p. 23.

Leis consultadas:

Decreto Lei 314, 13 de março de 1967.
 Decreto nº 314, de 1967.
 Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969.
 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996 (LDBEN/96).
 Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.
 Lei nº 5.767, de 20 de dezembro de 1971.
 Lei nº 5692/71.
 Lei nº. 4.440, de 27 de outubro de 1964.

Endereços eletrônicos:

<https://fundacao.bradesco>

<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>

<http://www.sbhe.org.br/quem-somos-nos>

<http://site.anpuh.org/index.php/quem-somos>

<http://www.anped.org.br/sobre-anped>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luta-democratica>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>

<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL,%20O.pdf>

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%C3%8DCIAS.pdf>

<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dos-anos-50-aos-2000-revista-manchete-imprimiu-sua-marca-ao-jornalismo-21204604>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000100011

<https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/99900-a-cruz-jornal-religioso,-litterario,-historico-e-philosophico.html>

<file:///C:/Users/Rosaline/Videos/Jockey%20Club%20Brasileiro,%20uma%20vista%20de%20tirar%20o%20fôlego!%5b1%5d.mp4>

<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/8689-rocinha-de-fazenda-a-maior-favela-do-rio-de-janeiro>

<https://oglobo.globo.com/rio/a-historia-da-favela-da-rocinha-em-sao-conrado-3222591>

<http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=arquivo-geral-da-cidade-do-rio-de-janeiro>

http://radiatorocinha.org/default.php?pagina=blog.php&site_id=1434&pagina_id=29717&tipo=post&post_id=8

<http://www.monumentosdorio.com.br/base/bairros/057.htm>

<http://memoriarocinha.com.br/linha-do-tempo/>

<https://diariodorio.com/historia-da-avenida-niemeyer/>

<http://museudacidadedorio.com.br/pt-br/content/s%C3%A9culos-xvi-ao-xviii>

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130264/EducacaoPORT1211.pdf>

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>

<http://www.irs.org.br/parcerias>

<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>

<http://www.teresiano.g12.br/teresiano/colégio/colégio01.asp>

<https://www.cel.com.br/sobre-o-cel/uma-historia-de-sucesso>

http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html

<http://cap.ufrj.br/index.php/sobrecap/histórico>

<http://www.cefet-rj.br/index.php/apresentacao>

<http://www.wordreference.com/enpt/kit>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>

<http://www.puc-rio.br/index.html>

<http://www.planetariodorio.com.br/>

<http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/solar/index.html>


<http://museudacidadedorio.com.br/>

<https://ims.com.br/>

ANEXOS

Anexo A - Documento de aprovação da pesquisa no Conselho de Ética – CEP
(Parecer: 2.372.183):⁹⁷

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Escola Jockey Club Brasileiro: particularidades de uma história ainda não contada (1970 - 2008).

Pesquisador: ROSALINE ALVES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74001617.2.0000.5582

Instituição Proponente: DECANATO DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.372.183

[...]

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.372.183

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	rcleatualizado.pdf	20/09/2017 17:40:11	ROSALINE ALVES DA SILVA	Aceito
Cronograma	cronogramaatualizadosetembre.pdf	20/09/2017 17:23:06	ROSALINE ALVES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetcronogramaatualizado23outubro.pdf	20/09/2017 17:22:20	ROSALINE ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	RCRE.pdf	17/09/2017 18:56:07	ROSALINE ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	cartaaceitepesquisa.pdf	20/06/2017 16:47:46	ROSALINE ALVES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folharosroassinada.pdf	20/06/2017 16:46:00	ROSALINE ALVES DA SILVA	Aceito

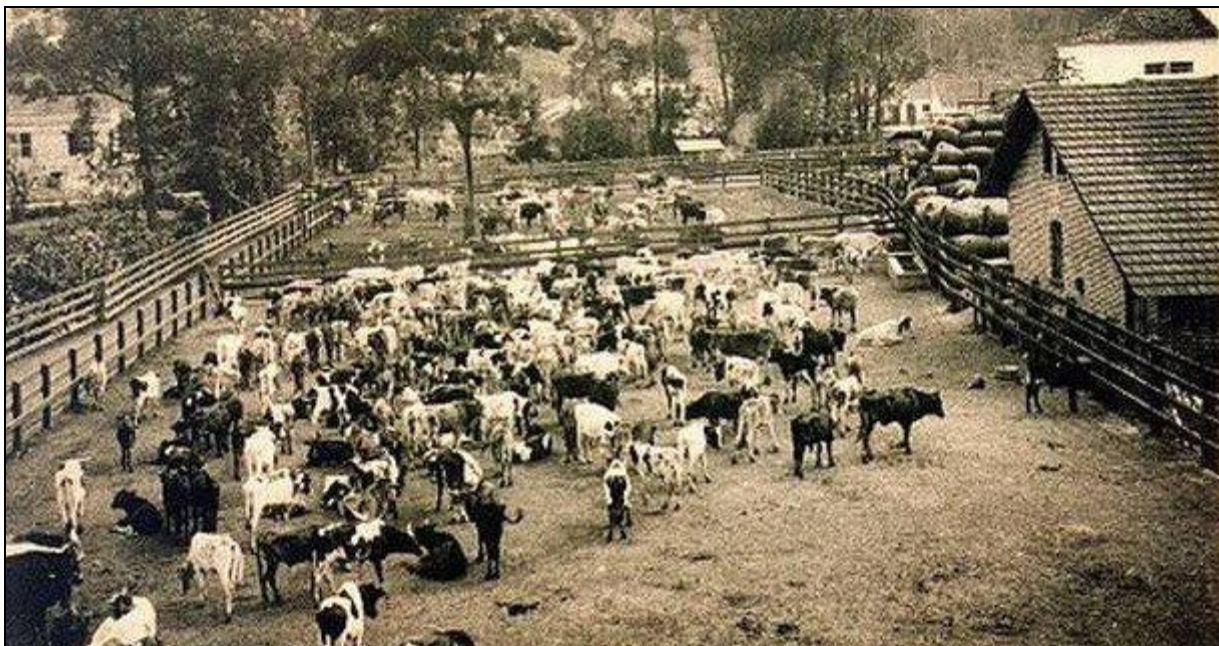
Situação do Parecer:
Aprovado

Fonte: PLATAFORMA BRASIL -

<http://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgrupador.jsf>

⁹⁷ O título e o recorte temporal mudaram no decorrer da pesquisa: percebemos que o atual título expressa melhor o trabalho realizado e, em relação ao recorte temporal que para entender melhor a escola a partir de 1970 era preciso dialogar com o seu passado.

ANEXO B – FAZENDA CANGALHAS, ANTES DO LUGAR SE CONFIGURAR A FAVELA DA ROCINHA



Fonte: ACERVO GLOBO, 25 de setembro de 2017 <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/antiga-fazenda-rocinha-cresceu-junto-com-leblon-ipanema-nos-anos-50-21867722#ixzz5BB4pCmL4>.

ANEXO C – LETRA DA CANÇÃO FIBRA DE HERÓI USADA NAS ATIVIDADES CÍVICAS DA EJCIB:

Canção Fibra de Herói
Hinos e Marchas Militares

Se a Pátria querida for envolvida
 Pelo inimigo, na paz ou na guerra
 Defende a terra
 Contra o perigo

Com ânimo forte se for preciso
 Enfrenta a morte
 Afronta, se lava com fibra de herói
 De gente brava

Bandeira do Brasil
 Ninguém te manchará
 Teu povo varonil
 Isso não consentirá

Bandeira idolatrada
 Altiva a tremular
 Onde a liberdade
 É mais uma estrela
 A brilhar

Fonte: <https://www.letras.mus.br/hinos-marchas-militares/250259/>

ANEXO D - REPORTAGENS SOBRE AS ASSISTÊNCIAS OFERECIDAS PELA

EJCB:

3.º CADERNO

CORREIO DA MANHÃ — 23 DE ABRIL DE 1958

ASSISTÊNCIA SOCIAL

FILHOS DE FUNCIONÁRIOS DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO POSSUEM A MAIS MODERNA ESCOLA PRIMARIA CARIOCA

Uma das mais eficientes do país a assistência social da sociedade turfística da Gávea — Conjunto educacional de grande beleza arquitetônica e funcional localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 1.110



ASSISTÊNCIA DENTÁRIA
NADA FALTA AS CRIANÇAS

Com o fito de proporcionar às famílias de seus funcionários, uma perfeita assistência social, o Jockey Club Brasileiro mantém a Escola Primária supervisionada pelo sr. Paulo Burlamaqui de Mello, em que abriga, gratuitamente, os filhos de seus tratadores e demais empregados.

Tal empreendimento, considerado como uma das mais perfeitas realizações assistenciais de nosso país, foi inaugurado a 10 de maio de 1955, e vem se mantendo até hoje como um exemplo da moderna escola brasileira.

Assim, a sociedade turfística da Gávea, ao lado dos magníficos estábulos que apresenta em seu Prado, nas tardes e noites turfísticas, vem dar mostras ao povo carioca do que pode ser feito em benefício de seus servidores.

Esta obra de assistência escolar, oferecida pelos "turfmens" à infância traduz perfeitamente a nítida compreensão do programa a que se propõe realizar o Jockey Club, voltada para o problema da educação da criança, numa benemerita cruzada de educação nacional.

O EDUCANDÁRIO

Localizado à Rua Bartolomeu Mitre, 1.110, o conjunto educacional de grande beleza arquitetônica e funcional obedece nos mais rigorosos preceitos da pedagogia moderna.

Ao lado da execução dos planos relativos às novas instalações inauguradas há três anos, a Escola Jockey Club Brasileiro passou por uma ampla reforma do sistema didático. Bastaria que citássemos o modular regime de alimentação dado às crianças e a assistência médica e dentária eficiente para dizermos dessas reformas.

Por outro lado, a localização esplêndida da Escola possibilita o fácil acesso dos alunos. Ocupando uma área de 4.500 metros quadrados, o prédio está dividido em dois pavimentos.

AUDITÓRIO PARA 600 PESSOAS

No primeiro andar, além da sala do supervisor, sala da diretoria, gabinete dentário, seis salas de aula, sala de banho para Educação Física, duas salas com lavatório e "toilettes" para as crianças, vamos encontrar um magnífico auditório de estilo moderníssimo, que recebe confortavelmente instaladas, mais de 600 pessoas.

Ali são realizadas todas as solenidades cívicas da Escola, bem como sessões cinematográficas. No palco, várias peças teatrais já foram encenadas e chamamos a atenção, um camarim, localizado na parte esquerda do palco, um dos mais bem montados que já vimos. Além de seu grande tamanho, existe um "toilet" particular, só para uso dos artistas.

COZINHA MODERNA

Além do primeiro pavimento vamos encontrar a cozinha da Escola, construída dentro das mais rígidas normas da técnica moderna, com máquinas elétricas de lavar pratos, panelas e higienicas e todos os demais atributos de uma cozinha exemplar. Ressalte-se também a existência, neste pavimento, de uma enorme copa onde, além das instalações de água quente e fria,

possuem o aparelho denominado "Telepic" que permite a fácil comunicação entre as autoridades diretoras da instituição e os funcionários, num coordenamento perfeito e harmonioso.

BIBLIOTECA E MUSEU

No segundo pavimento, vamos encontrar a única Biblioteca especializada para professoras primárias existente no Brasil. Na mesma sala, um pequeno "museu-vivo" está sendo organizado pela srta. Maria Magdalena Sammartino Carregal, diretora-educacional da Escola. Pretende D. Maria Magdalena, quando ampliar as instalações do Museu, oferecer às crianças todo o material de uso, gratuitamente.

ROUPAS E MATERIAL

Localizados também no segundo pavimento, estão o almoxarifado, a administração, a rouparia e o depósito. Serviços perfeitamente entrosados pela diretora-educacional da Escola, professora Marina Guelndner, oferecem às crianças todo o material de uso, gratuitamente.

— "Desde o sapato, a roupa, até o livro" — comenta a diretora. Mais adiante, na sala direita do segundo andar, fomos encontrar mais sete salas de aula e dois banheiros.



A professora Maria Magdalena Sammartino Carregal, diretora educacional da Escola quando falava à reportagem

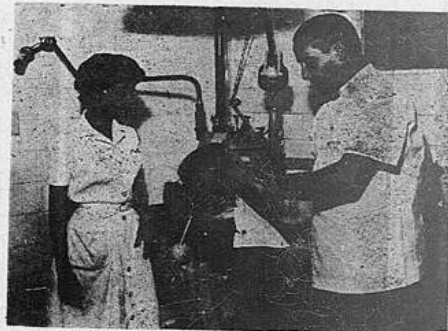
REFEIÇÃO PARA 500

— "Nossos alunos almoçam aqui mesmo na Escola. O Jockey lhes fornece alimento gratuito. Hoje,

diretora-educacional nos explica então: — "Trata-se de um hábito que os nossos alunos têm aqui na Escola. Cada grupo de quatro (as



Na sala de aula
Filhos de funcionários do Jockey Clube



DR. FRANCO NETTO
DEDICAÇÃO PELAS CRIANÇAS

por exemplo, teremos almoçando aqui 458 crianças."

Fomos então ao refeitório e encontramos mesas fôrnicas perfeitamente distribuídas em filas de seis por todo um vasto salão. Em cada uma delas, um vaso com plantas muito bem cuidados. A

mesas são para quatro alunos) cuida, diariamente, das folhagens que ornamentam a sua mesa, zelando, assim, para o embelezamento do refeitório."

CORPO DOCENTE

O Jockey procede com rigoroso critério a escolha daqueles que constituem o corpo docente da sua Escola. Somente entrega as turmas a professoras de grande capacidade profissional e moral.

Ao lado dessas, cada turma possui sua monitora, moças que no impedimento das professoras, tomam conta da turma e até mesmo levam avante o programa educacional.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

A assistência médica aos alunos não é descuidada também pela direção do Jockey Clube. O departamento médico dedica especial atenção à medicina preventiva, realizando anualmente, exames e abreguários em todos os educandos e funcionários para estudos pelo clínico, bem como exames de laboratório de controle e imunização por meio de vacinas, contra doenças infecciosas mais comuns em nosso meio.

O médico da escola, dr. Mário Franco Netto, profissional competente e dedicado não descuida um só instante da saúde das crianças, sendo auxiliado em seu mister pela enfermeira Caecilha Barreiros.

Todas as intervenções cirúrgicas necessárias, assim como serviços médicos de especialistas contratados, são custeadas pelo Jockey Club Brasileiro. Além disso, toda criança gravemente enferma é internada nas melhores casas de saúde da Capital da República e até mesmo do Interior (águas).

SERVIÇO DENTÁRIO

O serviço dentário é também dos mais completos. Instalado num gabinete moderníssimo, o sr. Italo Occhioni, auxiliado pela senhora Niete Feijó, examina, diariamente, as crianças, dando-lhes eficiente tratamento odontológico.

CABELEIREIRO

A Escola Primária Jockey Club Brasileiro mantém, igualmente, um serviço de cabeleireiro. Toda criança que necessitar cortes de cabelo, o obtém gratuitamente (como todos os demais serviços) na própria Escola.

O amparo que os filhos dos funcionários do Jockey Club recebem nesta moderna escola, supervisionada pelo sr. Paulo Burlamaqui de Mello diz bem do espírito empreendedor e humanitário dos dirigentes do Jockey Club Brasileiro.

FONTE: CORREIO DA MANHÃ, 22 de abril de 1958.

ANEXO E – MATÉRIA SOBRE SALÁRIO-EDUCAÇÃO E SOBRE A EJCB:

O Jockey Club Brasileiro, com muito mais de 100 empregados, mantém sua escola própria desde 1953. Em 64 foi instituído o salário-educação, pela lei 4.440, de 1,4% sobre a folha de pagamento da empresa.

— A partir da instituição do salário-educação a situação da Escola Jockey Club, ao invés de melhorar, passou a piorar consideravelmente — diz o diretor-supervisor da Escola, Almirante Augusto do Amaral Peixoto, que considera um absurdo o Jockey além de gastar cinco vezes mais mantendo uma escola do que gastaria pagando o salário-educação, ainda ter de pagar uma quota de excedente que se eleva a 36 mil cruzeiros por ano.

— Ninguém esconde que é mais vantajoso para as empresas pagar o salário-educação. E as empresas já sentiram essa realidade porque entre as 25/30 mil empresas que têm opção de escolha apenas 95 optaram pela manutenção de escola própria — diz o gerente-geral do Grupo-Tarefa Salário-Educação, Fábio Veloso, técnico em Administração Pública, afirmando que ao determinar o número mínimo de alunos que cada empresa é responsável o FNDE tem em base o custo médio por aluno, e não quer saber se a escola é de luxo, gasta mais ou gasta menos. A escola tem de ser popular — afirma o técnico Fábio Veloso.

— Não queremos ajuda do Governo, só queremos uma liberação, achamos um absurdo, depois de se gastar tanto com o ensino, ainda ter de pagar uma quota de excedente por alunos que não temos condições em favor de um ensino melhor, de cuidar — explica o Almirante Amaral Peixoto. Essa lei é injusta. Ao determinar o número mínimo de alunos, só se pensou em quantidade e não se considerou a qualidade do ensino. — conclui ele.

— A lei é categórica ao determinar o número mínimo de alunos e não pode ser de outra forma, pois senão grandes empresas poderiam, para se isentar de pagar o salário-educação, criar escolas pequenas, de luxo, destinadas a 15 filhos de diretores e mostrar que gastava uma quantia elevada em ensino do 1º grau. Ao ser determinada a quota de 7%

o salário-mínimo regional representando o custo médio por aluno, o Plano Nacional de Educação se baseou em sólidas fontes e critérios, e não pode, de forma alguma, abrir mão desse decreto. Falou o técnico em Administração Pública.

Escola Jockey Club

Desde 1953 o Jockey Club Brasileiro mantém uma escola própria para os filhos de seus empregados. A partir de 64, com a instituição do salário-educação — que previa a criação e manutenção de uma escola pelas empresas com mais de 100 empregados — a situação da escola do Jockey, ao invés de melhorar, passou a piorar e atualmente está sendo estudado o destino da escola que oferece um dos mais completos serviços sociais a seus alunos.

As opções são: ou o Jockey Club acaba com a escola (o que não está sendo acatado por seu diretor-supervisor) ou assina um convênio com a Secretaria de Educação do Estado, passando a ser «escola em cooperação», com o ensino patrocinado pela SED, mas com prioridade para os filhos dos empregados do Jockey, que continuariam a receber a mesma assistência social.

Situação desoladora

Como diretor do Jockey Club, encarregado de supervisionar a Escola, o Almirante Augusto do Amaral Peixoto vê a escola e seus alunos com muito carinho e não se conforma com a proposta do economista consultado pela administração do Jockey sobre o problema da escola. De acordo com os cálculos do economista o Jockey Club só tem uma saída: fechar a escola e pagar o salário-educação de 1,4%.

Embora ainda esteja em fase de estudos, essa proposta não é vista com bons olhos pela diretoria do Jockey que, segundo o diretor-supervisor da Escola «não queremos ajuda do Estado, mas achamos um absurdo ter de pagar ainda 36 mil cruzeiros por ano de quota de excedentes no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que arrecada o salário-educação».

O preço da glória

O Jockey Club Brasileiro descon-

ANEXO F – REPORTAGEM SOBRE FAVELA EM FRENTE À ESCOLA DO JCB:

1.º Caderno

Mais nova favela da Zona Sul tem moradora que não inveja os ricos

— “Com a situação como anda, não tenho vontade nenhuma de sair daqui. Vou ficando até que um desses doutores que vêm aqui me visitar, resolvam me ajudar mesmo. Não tenho é muito espaço na hora de dormir. O sr. já viu *forçado* dormindo em arvores, um em cima do outro. Assim é que eu e meus filhos dormimos. Até que ajuda a es-

crianças sem carne de jeito nenhum.

O BARRACO

A um quarteirão do R.º GACAI e da Praça Santos Dumont, em frente à Escola do Jockey Club Brasileiro, na Av. Bartolomeu Mitre, está o barracão de Anália Rodrigues. Feito de pedaços de caixotes de madeira compensada, mede pouco mais de metro e meio de comprimento. O teto é forrado com matéria plástica e a porta é um pedaço de lona. Dentro está a cozinha com fogão (a álcool mas, é), bateria de alumínio e copos coloridos. Há também uma pilha de 3 colchões e alguns lençóis e cobertores.

AJUDA

Disse Anália que recebe ajuda de várias pessoas que passam e moram por perto. Não pede ajuda às autoridades, porque de conversa está farta. Vai ficando por lá até que resolvam ajudá-la mesmo. A nossa saída perguntou: — “Mas o *Correio da Manhã* vem aqui, tira fotografias e não ajuda em nada? Assim não está certo”. Após receber a ajuda agradeceu e convidou: — “Voltem qualquer dia desses para um cafézinho. Podem trazer convidados que sempre se dá um jeitinho...”



“As “madamas” também têm pouco espaço nos apartamentos...”

— “Palavras de Anália Rodrigues, paraibana residente sob pedaços de caixotes e com teto forrado de matéria plástica. O barracão está localizado na Av. Bartolomeu Mitre em frente à Escola do Jockey Club Brasileiro. Anteriormente Anália morava na Rocinha. Mas lá os problemas eram muitos e resolveu descer depois de ter sido abandonada pelo marido Antônio Francisco. Não luta contra a falta d’água, carne ou leite. — “Sempre encontro carne para comprar, em geral a cem cruzeiros. Quando não posso compro meio quilo ou menos. Não deixo os meus filhos sem carne.”

AFAZERES DOMÉSTICOS

Encontramos Anália Rodrigues em pleno trabalho doméstico. Lavava sua filhinha menor, Eliza-

para o almoço e Antônio e Murilo já estavam prontos, arrumados e limpos, ambos com uma camisa listrada de vermelho e branco.

POUCO ESPAÇO

— Bom dia mãe, pode chegar — disse Anália Rodrigues continuando a dar banho em Elizabeth.

A senhora mora aí? Não é um pouco pequeno — perguntamos.

— Bem — respondeu — é mesmo mas, as madamas também dormem nos apartamentos e nem todos são grandes. As vezes se amontoam como nós como um trempé. E nós ainda temos uma vantagem: aqui é mais arejado e nós apreciamos o movimento. Nos dias de corrida como hoje (ontem) então, é muito melhor e recebemos bastante ajuda.

FAMOSO GANGSTER ASSASSINADO COM OITO TIROS

NOVA YORK, 5 — Frankie Abbatemaro, conhecido “gangster” de Nova York, foi morto à queima-roupa, ontem à noite, por dois indivíduos mascarados. Parece tratar-se de um ajuste de contas. Abbatemaro, que tinha 60 anos de idade, foi atingido por duas balas quando saiu de um bar. Voltou cambaleante ao interior do estabelecimento, onde foi atingido por outras seis balas. Os dois matadores mascarados conseguiram fugir de automóvel. (F.P.).

Prêmio Nobel

Continuação da 1a. página

e escreveu um livro: “A fabricação privada de armas”, que teve grande repercussão, pois nele o autor defendia com paixão a tese da segurança coletiva, único meio, na sua opinião, de salvar a paz. Dentro desse espírito foi que defendia contra as críticas a utilidade da Sociedade das Nações.

Noel-Baker tem um filho, Francis, jornalista e deputado trabalhista desde 1945. (F.P.).

ANEXO G – A MÃE COM O MAIOR NÚMERO DE FILHOS NA ESCOLA SENDO CUMPRIMENTADA PELO ALMIRANTE NO DIA DAS MÃES:



Fonte: ACERVO DA EJC B - álbum fotográfico - data não identificada, acreditamos que a imagem seja da década de 1970.

ANEXO H – A MÃE COM O MAIOR NÚMERO DE FILHOS NA ESCOLA SENDO HOMENAGEADA POR UM ALUNO:



Fonte: ACERVO DA EJC B - álbum fotográfico - data não identificada, acreditamos que a imagem seja da década de 1970.

ANEXO I – REPORTAGEM QUE DESCREVE A EJCB COMO UMA DAS MAIS EFICIENTES NO PAÍS E COMO UMA OBRA ASSISTENCIAL PROMOVIDA PELO JCB:

2.º Caderno

CORREIO DA MANHÃ — 23 de Abril de 1957

7

UMA DAS MAIS EFICIENTES NO PAÍS

A Assistência Social no Jockey Club Brasileiro

Moderna Escola Primária é mantida pela sociedade turfista da Gávea para os filhos de seus funcionários — Escolas de Aprendizes de Jôquei e de Tratadores, as grandes realizações do Jockey Club para a formação de profissionais



O dr. Mário de Azevedo Ribeiro, operoso presidente do Jockey Club Brasileiro

ESCOLA DE APRENDIZES DE JÓQUEI

A inauguração em 1955, da Escola de Aprendizes de Jôquei, veio resolver por completo um dos grandes problemas da direção da entidade turfista da Gávea, qual seja a da formação profissional do jôquei. É sabido que os jôqueis se fazem através da tonante dos velhos profissionais e pela própria instituição. Falta, portanto uma escola que ao lado de dar uma formação teórica aos futuros jôqueis, lhes proporcionassem, também, a prática indispensável. Assim pensando, os diretores do Jockey não pouparam esforços e recursos financeiros para instalar uma escola que realmente hoje constitui um modelo no gênero.

Com o apoio da diretoria e sob a supervisão do dr. Paulo Burlamaqui, ao lado da Escola do Jockey Club Brasileiro, levantou-se a Escola de Aprendizes de Jôquei, que conta com as dependências necessárias ao conforto dos alunos e às exigências do ensino técnico e moral. Dentre as boas instalações do estabelecimento de ensino profissional são dignas de registro as salas da diretoria, da secretaria, de aula; rouparia, refeitório, cozinha, banheiros, instalações sanitárias e enfermaria de urgência.

O curso que é de duração de dois anos, tem como responsável pelo ensino técnico-profissional, no regime do freio, o sr. Geraldo Costa, e Osvaldo Ulta, no brido. Completam o quadro do Corpo Docente da Escola, o treinador Moisés de Araújo, Valtér Cunha e o cap. Fernando de Carvalho. O curso de alfabetização para o qual ocorrem muitos profissionais das rédeas, é dirigido pela professora Luiza Oliveira Campos, secretária pelo professor José Nunes Pires.

A escola possui um picaideiro para o necessário treinamento dos alunos e vários casarões de propriedade do Club, instalados em bom bem cuidados.



Alunos em pleno exercício no decorrer de uma aula. Torna-se evidente o natural aproveitamento destas horas de convívio espiritual com os mestres.

O Jockey Club Brasileiro a partir ofereceu aos seus funcionários em geral magníficos espetáculos em seu Prado, nas tardes, ou notadas turísticas; proporciona aos seus funcionários e famílias, uma perfeita assistência social, considerada uma das mais perfeitadas no país.

ESCOLA PRIMARIA

A Escola Primária que o Jockey Club mantém para os filhos de seus funcionários é, sem dúvida, uma das maiores realizações assistenciais da entidade turfista da Gávea, dirigida pelo general Luiz de Toledo, essa Escola mantém além do curso primário os de Jardim de Infância e de Admissão. Após o curso de admissão os jovens estudantes recebem a natural assistência para cursarem o ginásio, o científico ou clássico, bem como as faculdades dos vários cursos superiores. Anualmente, o Jockey Club oferece Bolsas de Estudo aos alunos que tenham se distinguido durante os cursos primário e de admissão em seu Educandário. Essas bolsas destinam-se à matrícula no Internato Ginasial da Fundação Getúlio Vargas, em Nova Friburgo.

INSTALAÇÕES DO EDUCANDÁRIO

Inaugurado no dia 10 de maio de 1955, as novas instalações do estabelecimento de ensino primário mantido pelo Jockey Club, estão localizadas à Rua Bartolomeu Mitre, 1.110. O conjunto, de grande beleza arquitetônica e funcional, dividido em dois pavimentos, ocupa uma área computada de 4.500 metros quadrados. No primeiro pavimento localizam-se a sala do diretor, sala da diretoria, gabinete dentário, seis salas de aulas, salas de professoras, de monitores, de banho do ginásio, ginásio, duas salas com lavatórios e "toilettes" para crianças, salão de música, auditório com capacidade para 600 pessoas, cozinha e copa.

No segundo pavimento, estão, na ala direita, 7 salas de aulas e dois banheiros; na ala esquerda, a administração, o almoxarifado, a rouparia e um depósito. Achar-se também nessa ala, merecendo destaque a Biblioteca, a única especializada para professoras primárias existente no Brasil.

ASSISTENCIA MEDICA

A assistência médica aos alunos não é descuidada também pela direção do Jockey Club. O departamento médico dedica especial atenção à medicina preventiva, realizando todos os anos exames e abreviaturas em todos os educandos e funcionários para estudos pelo clínico, bem como exames de laboratório de controle e imunização, por meio de vacinas, contra doenças infecciosas mais comuns em nosso meio. Presta, além disso, assistência integral à criança doente: hospitalização nas melhores casas de saúde e todas as intervenções cirúrgicas necessárias, assim como serviços médicos de especialistas contratados.

Por outro lado, a assistência dentária é também completa.

CORPO DOCENTE

O Jockey Club procede com rigoroso critério a escolha daqueles que constituem o corpo docente de sua Escola, somente entregando a responsabilidade das turmas a professoras de capacidade moral e profissional.

ESCOLA DE TRATADORES

A formação profissional dos tratadores foi sempre considerada, mundialmente, como de alta importância turfística. A responsabilidade do tratador é avaliada quando se sabe que a ele são entregues cavalos que valem centenas de milhares de cruzei-

ros. Por esta razão é que o Jockey Club mantém há anos, uma escola de tratadores que tem por principal objetivo, preparar profissionais capazes de receber, cuidar e treinar animais de puro sangue inglês, para corridas.

O curso tem a duração de 2 anos, divididos em dois períodos, nesses períodos estão agrupadas em seis disciplinas e são as seguintes: Anatomia e Fisiologia Equina e Hipologia; Patologia Equina (médica e cirúrgica); Higiene e Alimentação; Trato e Trabalho de Potro etc; Treino do Cavalinho Adulto; Stud Book; Código de Corridas e Ética profissional. É óbvio que os conhecimentos dados nessas cadeiras não são revulgos; ao contrário, suscitam, mas tanto quanto o necessário para os tratadores não exercem sua profissão na penumbra intelectual.

No segundo ano, os alunos são obrigados a fazer um estágio em

cocheiras previamente designadas.

As disciplinas de Anatomia e Fisiologia Equina, de Hipologia e Patologia Equina são lecionadas por médicos veterinários de reconhecida competência. As de Trato e Trabalho do Potro, Estudo do Cavalinho, Stud Book, Código de Corridas e Ética Profissional têm como instrutores, tratadores ou técnicos no assunto, também de alta capacidade.

Os exames de admissão constam de conhecimentos elementares de português e aritmética, demonstrados em provas orais e escritas, assim como uma prova prático-oral sobre trabalhos de cocheiras. Para a realização desta última prova, os candidatos estranhos ao turfe e aos profissionais de mesmo, com menos de dois anos de atividade, a escola proporciona um estágio em cocheiras.



Visão de uma aula científica da Escola de Tratadores, patrocinada pela sociedade turfista da Gávea



Parte da fachada da moderna Escola Primária mantida pelo Jockey Club Brasileiro para os filhos de seus funcionários



A religião não poderia estar ausente de tão importante organismo, como o Jockey Club Brasileiro. Seu importante papel ajusta-se ao sentido moral dos empreendimentos sociais desta Entidade, cooperando eficazmente na utilidade dos mesmos. Na foto acima, aspecto da cerimônia da comunhão de filhos de funcionários do Jockey Club

Fonte: CORREIO DA MANHÃ, 23 de abril de 1957, p.7.

ANEXO J – FRENTE DA ESCOLA ASFALTADA MOSTRANDO OUTRO TEMPO, POSTERIOR À AVENIDA DE PARALELEPÍPEDOS DA DÉCADA DE 1950:



Fonte: Fonte: ACERVO DA EJCB - álbum fotográfico – data não -identificada.

ANEXO L – FRENTE DA ESCOLA NA DÉCADA DE 1950:



Fonte: Fonte: ACERVO DA EJCB - álbum fotográfico - 1955.

ANEXO M - REPORTAGEM SOBRE A INAUGURAÇÃO DA ESCOLA:

Página 8

A CRUZ

29-5-1955

Consagradora Efeméride a Inauguração da "Escola Jockey Club Brasileiro" Uma obra social que consagra o Méritos dos seus Escultores

Uma grande e mesmo consagradora efeméride assinalou o Jockey Club Brasileiro, ao promover a inauguração da Escola do seu nome, localizada à rua Bartolomeu Mitre, n. 1.110 contigua ao seu majestoso Hipódromo, porque o fato comprovou a capacidade dos seus dirigentes na execução da obra social que propuseram, em prol dos profissionais do turfe e de seus filhos, dando definitivo impulso a uma das sombras do saudoso Nilo de Vasconcelos, prematuramente roubado ao nosso convívio.

A capacidade da Escola é de 533 alunos, sendo 344 do curso primário e 189 do Jardim de Infância, merecendo particular citação a Biblioteca, que é especializada e talvez única, no nosso país, destinada às professoras.

O ensino segue, rigorosamente, o programa da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, havendo também cursos extensivos de Português e Pedagogia para professoras e funcionárias.

Como benefício aos estudantes mais destacados do curso primário (admissão), proporciona a Escola bolsas de Estudo no Internato que a Fundação Vargas mantém em Juvá Friburgo.

As 10 horas, precisamente, chegaram ao edifício os srs. Presidente da República, Prefeito Alim Pedro, Ministro Alencastro Guimarães, sendo recebidos à entrada pela Diretora do Jockey Club Brasileiro, sob os acordes do Hino Nacional executado pela banda dos Fuzileiros Navais.

Convidado o Chefe da Nação a hastear o pavilhão nacional, o fez com simplicidade, enquanto o céro infantil entoava as estrofas comemorativas do hino da nossa Pátria, hastedo em seguida a bandeira do Jockey Club Brasileiro, uma testaneta do MAJOR SUCKOW, aluna da Escola.

Entreando no edifício, o sr. Presidente da República desceu o lago simbólico que vedava a passagem para o Gymnasium, verificando-se a inauguração.

Nesse momento, o Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, S. Revma. Dom José Távora, representando o Cardeal Dom Jaime Câmara, lançou a bênção ao edifício.

de profundas mudanças de orientação em que se afirmam os princípios liberais conduzindo os povos livres aos seus grandes destinos. A obra de assistência escolar, oferecida à infância, nesta data, traduz em perfeita harmonia de vistas, a nitida compreensão do programa adiantado que cumpre realizar.

Numa época de sucessivas retrocessões, é preciso marchar, resolutamente, para a realidade, que se anuncia, a fim de evitar que os acontecimentos surpreendam as sociedades desprevenidas. A tradição cristã da formação brasileira foi o exemplo magnífico que inspirou a Diretoria a que tenho a honra de presidir. Voltando as atenções para o problema de instruir a criança, não poderia o Jockey Club servir melhor a benemérita cruzada da educação nacional.

O ensino ministrado, no Jardim da Infância e no Curso Primário, obedece aos rigorosos preceitos da pedagogia moderna. Ampla reforma do sistema didático precedeu a execução dos planos relativos às instalações físicas e materiais.

Com o benefício aos estudantes mais destacados do curso primário (admissão), proporciona a Escola bolsas de Estudo no Internato que a Fundação Vargas mantém em Juvá Friburgo.

As 10 horas, precisamente, chegaram ao edifício os srs. Presidente da República, Prefeito Alim Pedro, Ministro Alencastro Guimarães, sendo recebidos à entrada pela Diretora do Jockey Club Brasileiro, sob os acordes do Hino Nacional executado pela banda dos Fuzileiros Navais.

Convidado o Chefe da Nação a hastear o pavilhão nacional, o fez com simplicidade, enquanto o céro infantil entoava as estrofas comemorativas do hino da nossa Pátria, hastedo em seguida a bandeira do Jockey Club Brasileiro, uma testaneta do MAJOR SUCKOW, aluna da Escola.

Entreando no edifício, o sr. Presidente da República desceu o lago simbólico que vedava a passagem para o Gymnasium, verificando-se a inauguração.

Nesse momento, o Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, S. Revma. Dom José Távora, representando o Cardeal Dom Jaime Câmara, lançou a bênção ao edifício.

panhado de outros diretores do Jockey Club, foi ao recinto, onde se achava a imprensa, agradecer e congratular-se com os presentes pelo grande acontecimento que vivia de se realizar. Em nome dos jornalistas falou o cronista de turfe, dr. Cerson Cordeiro, presidente da Associação dos Cronistas de Turfe do Rio de Janeiro. O orador exaltou a grande obra e também a diretoria que acabava de realizá-la.

Como se manifestaram as altas personalidades presentes - A PALAVRA DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

O Presidente da República, dr. João Café Filho, ouvindo pela imprensa, disse "que não tinha palavras para exprimir a impressão magnífica do que lhe era dado presenciar. Apenas, declarava, que a obra do Jockey Club era um exemplo que devia ser seguido por outras instituições e feletivas a Di-

retoria pelo belo espetáculo* que assistira".

COMO OPINOU O PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

O Prefeito do Distrito Federal, engenheiro Alim Pedro, manifesta sua excelente impressão da Escola do Jockey Club Brasileiro, que acabava de ser inaugurada naquele momento por S. Excia. o Senhor Presidente da República. "Esta Escola vem alistar a Prefeitura do Distrito Federal a absorver os inúmeros excedentes nas escolas primárias, atendendo, assim, a uma preocupação constante do Prefeito do Distrito Federal e do Presidente da República. Ela é pátrio do que melhor possa ser feito pelo Governo Municipal".

AS EXPRESSÕES DO MINISTRO DO TRABALHO

"Esta é uma das inaugurações a que assisto com grande prazer. Trata-se de uma Escola destinada aos filhos dos trabalhadores. O Jockey Club Brasileiro, assim, emprega, um bom dinheiro numa boa causa levar o ensino e a educação aos filhos dos trabalhadores. Como Ministro do Trabalho me é particularmente grato assistir a esta inauguração e me congratular com a administração do Jockey Club e com os trabalhadores por este acontecimento tão simpático que merece ser limitado por outras agrimações".

vidores do Jockey Club, eu posso dizer que não conheço nenhum colégio mesmo os colégios para as famílias abastadas daqui do Rio de Janeiro, não se encontram, facilmente, aparelhagem e ambiente como o desta Escola, que, a primeira-

espetacular do ponto de vista social e formulo votos que possam continuar a orientar e dirigir os destinos do Jockey Club Brasileiro com este espírito de fazer bem ao povo. Sei mais, que os diretores do Jockey Club Brasileiro pretendem

extender esse benefício às populações pobres das favelas marginais ao Hipódromo Brasileiro, colaborando, assim, com o Governo, para atender a esse problema importante de assistência social".

HOMENAGEM DAS PROFESSORAS AO CEL. LUIZ TOLEDO

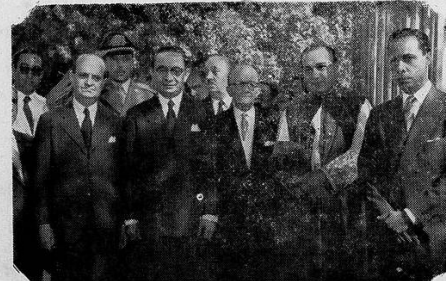
No final da festa as professoras numa das salas da Escola homenagearam de modo altamente expres-

sivo o Diretor Coronel Luiz Toledo, Supervisor da Assistência Social, a qual está subordinado aquele estabelecimento de Ensino. Ofereceram-lhe com palavras de grandes significação uma placa de prata, na qual se lê: AO CORONEL LUIZ TO-

LEDO, ILUSTRE DIRETOR DA ESCOLA DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO, QUE LEVOU A TERMO SUA CONSTRUÇÃO E QUE, NUM ESFORÇO SOBREHUMANO CONSEGUIU ENQUADRAR NOS LEGÍTIMOS MOLDES DA DOUTRINA CRISTA E DA PEDAGOGIA MODERNA, A GRATIDÃO, A ADMIRAÇÃO E A AMIZADE DE SEUS FUNCIONARIOS.



Ladeado pelos Excelentíssimos Srs. Presidente da República e Presidente do Jockey Club Brasileiro, o Exmo. Sr. Arcebispo D. José Távora lança a bênção à Escola



Flagrante tomado durante a solenidade, vendo o presidente do Jockey Club entre os Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Dom José Távora

BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S. A. Todas as Operações Bancárias Agência Copacabana Rua Figueiredo Magalhães, 22 Tels.: 37-9223, 37-9225 e 37-9399 Diretoria: RUA OUVIDOR, 71 RUA DO CARMO, 65 52-2010

Fonte: A CRUZ, 29 de maio de 1955, p. 8.

ANEXO N – INAUGURAÇÃO DO *PLAYGROUND* DA ESCOLA:

Fonte: ACERVO DA EJC B - álbum fotográfico - data não identificada, acreditamos que a imagem seja da década de 1950.

ANEXO O – ALUNO NO *PLAYGROUND* COM UMA DAS INSPETORAS DE ENSINO:

Fonte: ACERVO DA EJC B - álbum fotográfico - data não identificada, acreditamos que a imagem seja da década de 1950.

ANEXO P – ÔNIBUS AMARELINHO/ 546 – ANTIGA LOTAÇÃO QUE FAZIA O
ITINERÁRIO GÁVEA – ROCINHA:



Fonte: <http://www.rocinha.org/arteeastral/view.asp?id=139> – Acesso em 21 de maio de 2018.

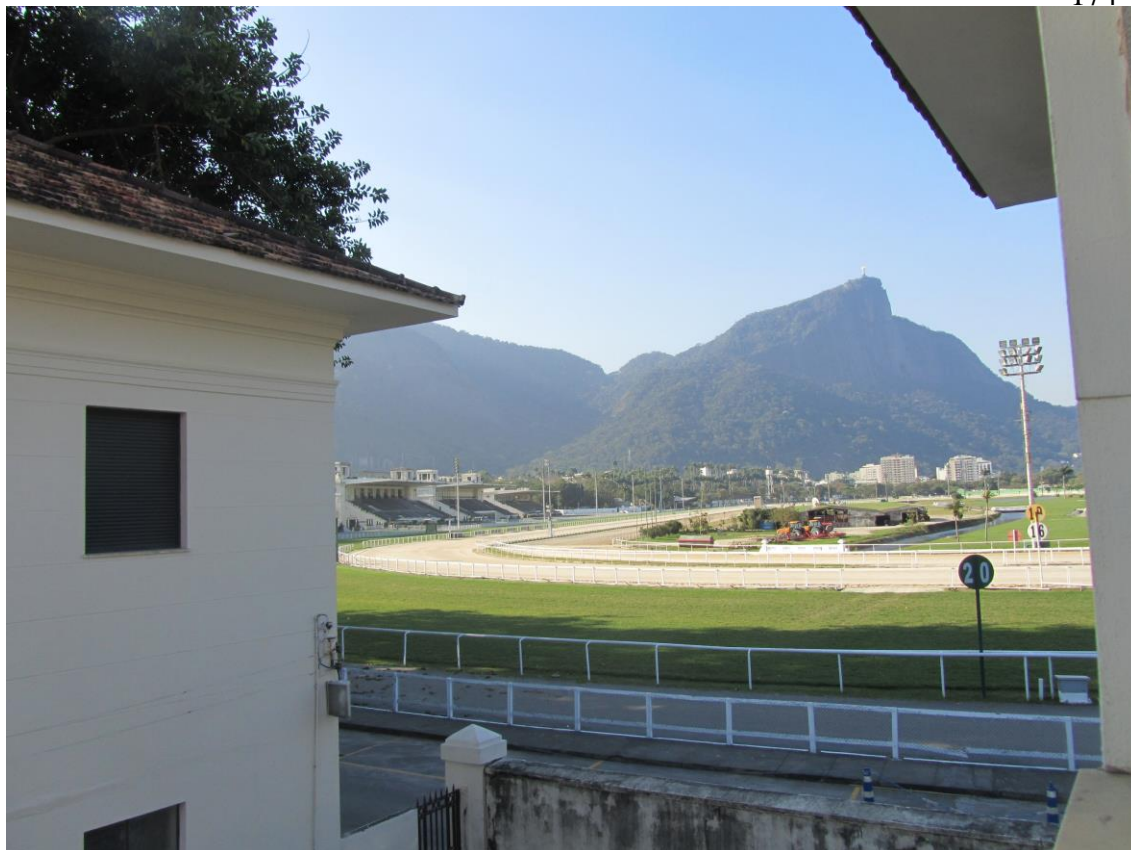
ANEXO Q – DEZ FOTOS ATUAIS DE ALGUNS ESPAÇOS INTERNOS E EXTERNOS DA EJCB:



Fonte: Fotos de ROSALINE ALVES, 17 de agosto de 2017.



Fonte: Fotos de ROSALINE ALVES, 17 de agosto de 2017.



Fonte: Fotos de ROSALINE ALVES, 17 de agosto de 2017.



Fonte: Fotos de ROSALINE ALVES, 17 de agosto de 2017.